

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS  
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**SILVIO LUIS DOS ANJOS**

**“MEMÓRIAS DE UMA FORMAÇÃO CIDADÃ,  
ESCOLA ESTADUAL DR. REYNALDO KUNTZ BUSCH – 1965 A 1978”**

**SANTOS  
2015**

**SILVIO LUIS DOS ANJOS**

**“MEMÓRIAS DE UMA FORMAÇÃO CIDADÃ,  
ESCOLA ESTADUAL DR. REYNALDO KUNTZ BUSCH – 1965 A 1978”**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação, da Universidade Católica de Santos, como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE em Educação.

Área de concentração: Educação e Formação.  
Orientador: Prof. Dr. Vandrê Gomes da Silva.

**SANTOS**

**2015**

[Dados Internacionais de Catalogação]  
Departamento de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos

A597m Anjos, Silvio Luís dos.  
"Memórias de uma formação cidadã: Escola Estadual Dr. Reinaldo Kuntz  
Busch - 1965 a 1978". / Silvio Luís dos Anjos; orientador Prof. Dr. Vandrê  
Gomes da Silva. - 2015.  
148 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Santos, Programa de  
Mestrado em Educação.

1. Dissertação. 2. Formação para a cidadania. 3. Fins da educação. 4.  
Sociologia. 5. Memória escolar e história. I. Silva, Vandrê Gomes da. II.  
Universidade Católica de Santos, Programa de Mestrado em Saúde Coletiva.  
III. "Memórias de uma formação cidadã: Escola Estadual Dr. Reinaldo Kuntz  
Busch - 1965 a 1978".

CDU 1997 - 614(043.2)

**SILVIO LUIS DOS ANJOS**

**“MEMÓRIAS DE UMA FORMAÇÃO CIDADÃ,  
ESCOLA ESTADUAL DR. REYNALDO KUNTZ BUSCH – 1965 A 1978”**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação, da Universidade Católica de Santos, como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE em Educação.  
Área de concentração: Educação e Formação.  
Orientador: Prof. Dr. Vandré Gomes da Silva.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Vandré Gomes da Silva – Orientador - UNISANTOS

---

Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira – UNISANTOS

---

Profª. Dra. Fabiana Silva Fernandes - FCC

## DEDICATÓRIA

A Nosso Senhor Jesus Cristo em primeiro lugar,  
A memória de meu pai Sylvio dos Anjos,  
A minha mãe Maria Amélia dos Anjos,  
À minha esposa Maria Adília Antunes dos Anjos,  
Aos meus filhos Rodrigo Luiz Antunes dos Anjos,  
Leonardo dos Anjos Santos e Viviane dos Anjos Santos.  
A estes, eu dedico este trabalho e a minha vida.

## AGRADECIMENTOS

A CAPES, pela concessão da bolsa e pelo apoio na realização deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Vandr  Gomes da Silva pela orienta o, pela confiança no meu potencial, por acreditar que eu seria capaz, pela dedica o, paciência e incentivo como meu orientador e responsável direto por todos os passos desta caminhada.

A Profa. Dra. Roberta Peres, bem como sua mãe, a jornalista Maria Alice Peres, que prestaram inestimável colabora o na realiza o desta pesquisa.

Ao todos os professores do programa, em especial a Profa. Dra. Maria Aparecida Rodrigues Franco, a Profa. Dra. Maria Angélica Rodrigues Martins, ao Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira e a Profa. Dra. Ivanise Monfredini, que estiveram sempre ao meu lado nessa luta, nunca permitindo que eu desanimasse e sempre nos transmitindo palavras de incentivo. Além disso, todos eles nos proporcionaram grandes ensinamentos com paciência e dedica o. Enfim, sem o auxílio deles este sonho não seria realizado.

Aos Professores da linha de Pesquisa 1, que embora orientassem especificamente a outro grupo de alunos, sempre se mostraram solícitos quando precisamos procurá-los para pedir auxílio, em especial, a Profa. Dra. Maria Am lia do Rosário Santoro Franco que me acolheu em 2012 em seu grupo de pesquisa, Prof. Dr. Paulo Lorandi e a Profa. Dr. Irene Jeanete Lemos Gilberto, coordenadora do Programa de Mestrado da UNISANTOS.

A colega Profa. Me. Helenice, egressa do programa de mestrado do ano anterior ao meu ingresso, pelas orienta es e palavras de incentivo.

As colegas da linha de pesquisa 1, Silvia e Maria Rosário, que embora estivessem inseridas em outro grupo, sempre caminharam conosco, ajudando-nos também a vencer os momentos de dificuldade.

Finalmente aos amigos e colegas da linha de Pesquisa 2: Andrea, Nadja, Carlos, Soutello, David (que infelizmente não nos acompanhou até o fim deste jornada) e Matilde. Estes, estiveram conosco do início ao fim da caminhada, vivendo cada momento e se ajudando mutuamente a vencer cada etapa deste desafio.

ANJOS, S. L. **Escola Estadual “Reynaldo Kuntz Busch”, memórias de uma formação cidadã, 1965 a 1978.** Dissertação de Mestrado. Santos: Universidade Católica de Santos, 2015.

## RESUMO

O tema da dissertação refere-se à análise da experiência vivenciada na Escola Estadual “Reynaldo Kuntz Busch”, sediada no município de Praia Grande, litoral de São Paulo, no período de 1965 (ano de sua instalação) até o final do ano de 1978 (ano em que, como aluno, concluí o Ensino Médio na referida Escola). Este estudo tem como foco central verificar o quanto e de que forma essa escola no período em tela, favoreceu uma autêntica formação cidadã vinculada aos Direitos Humanos, aos seus alunos, em um período de ditadura militar e severas restrições ao exercício de direitos civis e políticos. A investigação se deu a partir de um enfoque qualitativo de investigação, pautado por uma pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas com atores que participaram direta e indiretamente do cotidiano dessa escola. Nesse sentido a pesquisa procurou: 1) Abordar uma perspectiva do conceito de cidadania relacionada aos Direitos Humanos e sua relevância no contexto de uma formação escolar específica; 2) Analisar o movimento de emancipação do município de Praia Grande, que aconteceu concomitantemente à luta para a criação de uma escola que oferecesse no município o ciclo secundário até então inexistente; 3) Buscar depoimentos de atores envolvidos com a história da escola no período que é objeto desta pesquisa; 4) Desenvolver categorias de análise que busquem relacionar e analisar minimamente a idéia de uma formação para cidadania com práticas escolares presenciadas e/ou percebidas no “Kuntz” no período em tela. Estão descritas ao longo da pesquisa as fontes documentais encontradas dentro do período mencionado além do referencial teórico. No decorrer da pesquisa, verificou-se elementos importantes daquilo que se poderia classificar como uma formação para a cidadania atrelada aos Direitos Humanos, vivenciados pela Escola Estadual “Dr. Reynaldo Kuntz Busch” desde sua criação em 1965 até o ano de 1978.

Palavras chave: Formação para a Cidadania, Fins da Educação, Sociologia, Memória Escolar e História.

**ANJOS, S. L. State School “Reynaldo Kuntz Busch” and its memoirs of civic education, 1965 a 1978.** Master Dissertation. Santos: Universidade Católica de Santos, São Paulo, Brazil, 2015.

### **ABSTRACT**

The subject of this dissertation refers to the analysis of the experience of studying at the State School “Reynaldo Kuntz Busch”, located in Praia Grande, on the coast of São Paulo, Brazil, between 1965, when the school was first opened, and 1978, when I finished High School as a regular student. This paper has, as its core, the aim to investigate how much and in what ways this school, within the proposed time frame, favored an authentic citizen education tied to Human Rights to its students, in a period through which the country was under military dictatorship, having severe restrictions to civilian and political rights being imposed upon its citizens. The research focused on qualitative approach, based on bibliographical research, document analysis and interviews with players who participated both directly and indirectly on the school daily routine. In that sense, the investigation sought: 1) To address a perspective on the citizenship concept to related Human Rights and its relevance within a context of specific school education; 2) To analyze the movement for Praia Grande’s municipal emancipation from its neighboring town, São Vicente, which happened simultaneously to the fight for the creation of a school that would offer Junior High School studies, which were non-existent at that time. 3) To get testimonials from players who were involved in the school history during the time frame in this research paper. 4) To develop categories for analysis which aim at relating and analyzing deeply the idea of education for citizenship, with school practices being witnessed or perceived at the “Reynaldo” school during the period under study. Documental sources related to the time period and theoretical references are described throughout the paper. During the research, we identified elements which can be seen as key for educational citizenship connected to Human Rights, experienced by the students at the State School “Reynaldo Kuntz Busch” since its creation, in 1965, until 1978.

Keywords: Education for Citizenship, Educational Ends, Sociology, School Memory and History.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |    |
|---|----|
| Figura 01 – Encontro dos formandos de 1978 – 30 anos depois.....        | 12 |
| Figura 02 – Confraternização dos formandos de 1976, 1977 e 1978.....    | 12 |
| Figura 03 – Praia Grande pouco depois da emancipação.....               | 48 |
| Figura 04 – Praia Grande após a emancipação.....                        | 48 |
| Figura 05 – O Museu da Cidade.....                                      | 48 |
| Figura 06 – Praia Grande antes da emancipação.....                      | 51 |
| Figura 07 – Ponte Pênsil – inaugurada em 1914.....                      | 52 |
| Figura 08 – Fachada do Ginásio Estadual de Praia Grande.....            | 54 |
| Figura 09 – Notícia publicada no jornal “A Tribuna” nos anos 60.....    | 55 |
| Figura 10 – Ata de inauguração do Ginásio Estadual de Praia Grande..... | 56 |
| Figura 11 – Sala de aula do Ginásio Estadual de Praia Grande.....       | 57 |
| Figura 12 – Prof. Roque Sandoval – o primeiro diretor.....              | 57 |
| Figura 13 – O primeiro corpo docente da escola.....                     | 58 |
| Figura 14 – A construção do novo Ginásio.....                           | 60 |
| Figura 15 – Reynaldo Kuntz Busch.....                                   | 62 |
| Figura 16 – O Distintivo da Escola.....                                 | 71 |
| Figura 17 – A Caderneta Escolar.....                                    | 71 |
| Figura 18 – O Primeiro uniforme esportivo da Escola.....                | 77 |
| Figura 19 – O Laboratório de Ciências.....                              | 87 |
| Figura 20 – Solenidade de inauguração do Laboratório de Ciências.....   | 88 |
| Figura 21 – Notícia do Jornal Panorama de Praia Grande.....             | 90 |
| Figura 22 – Festa de Aniversário do Colégio.....                        | 90 |
| Figura 23 – Os cargos do “Poder Executivo”.....                         | 93 |
| Figura 24 – O “Prefeito” momentos antes da posse no Paço Municipal..... | 93 |
| Figura 25 – Solenidade de posse no Paço Municipal.....                  | 94 |
| Figura 26 – O público na solenidade de posse no Paço Municipal.....     | 94 |
| Figura 27 – Notícia do primeiro Festival da Canção.....                 | 95 |
| Figura 28 – O time de futebol de campo da escola em 1971.....           | 97 |
| Figura 29 – O Desfile Cívico em 1972.....                               | 98 |
| Figura 30 – A fanfarra da escola.....                                   | 99 |
| Figura 31 – Os alunos da escola em desfile cívico.....                  | 99 |
| Figura 32 – A encenação da Independência.....                           | 99 |

|  |     |
|--|-----|
| Figura 33 – O convite de Formatura de 1972.....                | 126 |
| Figura 34 – O convite de Formatura de 1973.....                | 128 |
| Figura 35 – O convite de Formatura de 1974.....                | 131 |
| Figura 36 – O convite de Formatura de 1975.....                | 134 |
| Figura 37 – O convite de Formatura de 1976.....                | 137 |
| Figura 38 – O convite de Formatura de 1977.....                | 141 |
| Figura 39 – O convite de Formatura de 1978.....                | 144 |
| Figura 40 – Lei 1095/65 – Câmara Municipal de São Vicente..... | 148 |

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>12</b>  |
| <b>1 UMA IDÉIA DE FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA.....</b>  | <b>19</b>  |
| <b>1.1 A cidadania e a educação a partir da legislação do período.....</b>                        | <b>20</b>  |
| <i>1.1.1 A Constituição de 1946.....</i>  | <i>21</i>  |
| <i>1.1.2 A LDB de 1961.....</i>   | <i>22</i>  |
| <i>1.1.3 A Constituição de 1967.....</i>  | <i>24</i>  |
| <i>1.1.4 A Lei 5692 de 1971.....</i>  | <i>26</i>  |
| <b>1.2 Uma perspectiva do conceito de cidadania relacionada aos Direitos Humanos.....</b>         | <b>27</b>  |
| <b>1.3 A formação escolar e os valores da cidadania.....</b>                                      | <b>35</b>  |
| <b>1.4 Requisitos de uma formação cidadã.....</b>   | <b>41</b>  |
| <b>2 O CONTEXTO DA ESCOLA.....</b>  | <b>48</b>  |
| <b>2.1 A emancipação político administrativa de Praia Grande.....</b>                             | <b>49</b>  |
| <b>2.2 As origens da Escola Estadual “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”.....</b>                          | <b>52</b>  |
| <i>2.2.1 Os desdobramentos políticos nas origens da escola.....</i>                               | <i>59</i>  |
| <b>2.3 A nova denominação da escola.....</b>  | <b>61</b>  |
| <b>2.4 Importância e relevância da escola para a comunidade.....</b>                              | <b>62</b>  |
| <b>2.5 Alguns aspectos da Cultura Escolar no contexto da E.E. “Dr.Reynaldo Kuntz Busch” .....</b> | <b>64</b>  |
| <b>3 UMA IDEIA DA EXPERIENCIA FORMATIVA DESENVOLVIDA NA E.E. “REYNALDO KUNTZ BUSCH”.....</b>      | <b>71</b>  |
| <b>3.1 Elementos da vida escolar no “Kuntz” .....</b>   | <b>72</b>  |
| <b>3.2 Práticas e condutas docentes.....</b>  | <b>78</b>  |
| <b>3.3 O envolvimento da escola com a comunidade e os eventos marcantes no período.....</b>       | <b>85</b>  |
| <b>3.4 O “Projeto Pedagógico” do “Kuntz” .....</b>  | <b>100</b> |
| <b>3.5 A formação para a cidadania no contexto político da época.....</b>                         | <b>103</b> |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>111</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>  | <b>115</b> |

|  |            |
|--|------------|
| <b>APÊNDICES E ANEXOS.....</b>   | <b>119</b> |
| <b>APÊNDICE A - Questionário semi-estruturado de pesquisa – ex-alunos.....</b>   | <b>119</b> |
| <b>APÊNDICE B - Questionário semi-estruturado de pesquisa – Professores.....</b> | <b>120</b> |
| <b>APÊNDICE C - Perfil dos Entrevistados.....</b>                                | <b>121</b> |
| <b>APÊNDICE D - Termo de consentimento livre e esclarecido.....</b>              | <b>124</b> |
| <b>APÊNCIDE E - Os eventos de formatura da E.E. “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”</b>   | <b>125</b> |
| <b>ANEXO A – Decreto nº 52.443/70.....</b>                                       | <b>146</b> |
| <b>ANEXO B – Lei Estadual nº 742/75.....</b>                                     | <b>147</b> |
| <b>ANEXO C – Lei nº 1.095/65 – Câmara Municipal de São Vicente.....</b>          | <b>148</b> |

Figura 01 – Encontro dos Formandos de 1978 – 30 anos depois



Fonte: Acervo pessoal de Silvio Luis dos Anjos.

Figura 02 – Confraternização dos formandos de 1976, 1977 e 1978



Fonte: Acervo pessoal de Silvio Luis dos Anjos.

## INTRODUÇÃO

Nasci em São Paulo, capital, em 30 de setembro de 1959, sou filho único do taxista Sylvio dos Anjos e da costureira Maria Amélia dos Anjos. Ao completar 6 anos de idade fui matriculado na escola e surpreendo-me ao ver que não saí dela até hoje. No início de minha adolescência minha família transferiu-se para o município de Praia Grande no litoral do Estado de São Paulo. Cheguei à cidade em 1º de março de 1973 e, nesse mesmo dia, teve início o ano letivo na 6ª série “B” do Colégio Estadual de Praia Grande que mais tarde receberia a denominação de Escola Estadual “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”. Ao atravessar pela primeira vez os portões daquela escola, mal sabia que estava dando início a uma caminhada que me proporcionaria uma incrível experiência de vida e que marcaria para sempre a minha trajetória pessoal, profissional e de inserção na esfera pública. Permaneci naquele estabelecimento por seis anos concluindo ali os antigos Primeiro e Segundo Graus (este último na 1ª turma de ensino técnico profissionalizante que a escola formou).

Os momentos vividos naquela escola foram inesquecíveis, algo relativamente comum em se tratado de um período transformador pelo qual os sujeitos que tiveram oportunidade de freqüentar e concluir uma “boa escola” podem experimentar. No meu caso a impressão inicial é a de que aquele período tenha sido os últimos anos de uma “educação romântica” que provocava um notável apego do aluno à escola. A opção para que me tornasse mais tarde um professor e educador da escola pública, aconteceria em razão da experiência escolar vivida no Kuntz<sup>1</sup>, como carinhosamente os alunos se referiam à escola. No entanto, só pude perceber isso muitos anos depois e mais claramente a partir do meu ingresso no programa de pós-graduação em educação da Universidade Católica de Santos.

As recordações e marcas daquela escola e período propiciaram em 1998 a organização por parte de ex-alunos, professores e funcionários de um encontro para comemorar os 20 da formatura da primeira turma do Ensino Técnico, ocorrida em 1978. Depois de mais dois eventos (em 2008 e 2013), ficou determinado pelo grupo que os encontros seriam realizados anualmente e com a presença também de formandos dos dois anos escolares anteriores: 1976 e 1977. Foi a organização desses encontros pelo autor desta dissertação que provocou o desejo inicial pela investigação mais profunda e assertiva sobre o sentido daquela experiência escolar, culminando na proposta de localizar nos primeiros anos do “Kuntz” uma pesquisa de

<sup>1</sup> Doravante, sempre que possível e a fim de facilitar a linguagem, nos referiremos à Escola Estadual “Dr. Reynaldo Kuntz Busch” apenas como “Kuntz”.

Mestrado. De certo modo, a presente dissertação resgata e reconstrói parte de minha vivência como aluno do “Kuntz”, ainda que essa memória de caráter mais pessoal não constitua um objetivo precípua da pesquisa.

Nesse sentido, esta pesquisa teve por objetivo fundamental refletir sobre alguns aspectos fundamentais envolvidos em uma formação para a cidadania tendo em vista a experiência vivenciada em uma determinada escola a partir das especificidades e características próprias de uma formação escolar em um dado contexto. Assim, a presente investigação busca problematizar a Escola Estadual “Dr. Reynaldo Kuntz Busch” no período de 1965 a 1978, investigando os elementos ali encontrados nesse período que possam ter contribuído ou favorecido, de alguma forma, uma formação para a cidadania em âmbito escolar. O recorte de tempo coincide com o período de inauguração da escola até o ano de conclusão do antigo Segundo Grau pelo autor desta dissertação.

Não se pretende discutir aqui de forma destacada o exercício da cidadania neste ou naquele período, mas a perspectiva de uma formação para a cidadania em âmbito escolar, ainda que em um contexto ditatorial, com severas restrições e violação de direitos na esfera pública. Não se trata, portanto, de uma pesquisa que busque atestar uma dada realidade, mas a construção de sentido de uma formação favorável ao exercício de cidadania – compreendida nesta pesquisa como um direito humano – que pôde ser viabilizada de maneira relativamente autônoma em relação a um contexto avesso ao pleno exercício de direitos de cidadania para além dos muros escolares. Embora se apresente como uma bandeira comum e com larga aceitação, a perspectiva de uma formação para a cidadania em âmbito escolar não se basta apenas por essa prescrição, de caráter amplo, mas vago. Como um princípio geral prescrito na atual Constituição Federal (como em outras cartas magnas), nos parece fundamental sua melhor compreensão a partir tanto da análise desse conceito, como também sua reflexão a partir de uma experiência escolar.

Quanto à abordagem metodológica, lançamos mão de levantamento bibliográfico voltado ao tema da pesquisa – em especial, sobre a perspectiva de se formar para a cidadania e o próprio conceito de uma formação escolar – e a coleta de dados que pudesse fornecer o máximo de informações e impressões possíveis sobre a escola em tela, no período de 1965 a 1978. Aqui, o intuito foi o de apreender alguns indícios de práticas escolares e percepção de atores que, em alguma medida, pudessem esclarecer elementos da formação escolar ali desenvolvida.

Na busca de concretização dos objetivos dessa investigação, foram levantadas algumas fontes de pesquisa possíveis, em especial algumas fontes orais e, também, algumas matérias

jornalísticas e material iconográfico do período em foco<sup>2</sup>. Esse recorte se deve à inexistência ou dificuldade de acesso a outras fontes que poderiam propiciar dados e perspectivas interessantes – como o material pedagógico da época - objetivado em livros, cadernos, trabalhos escolares de alunos, anotações de professores e outros registros escolares.

Para a obtenção dos depoimentos descritos ao longo do trabalho, foram realizadas diversas entrevistas com alguns sujeitos que tiveram envolvimento direta ou indiretamente com a história da escola no período em questão. As entrevistas, de caráter semi-estruturado, foram realizadas através de um roteiro pautado por questões e categorias de análise forjadas a partir da constituição de nosso referencial teórico. Compondo um retrato plural da escola naquele período, foram entrevistados 17 indivíduos que participaram da pesquisa, mediante seu papel institucional específico, no período em tela (ou parte dele), divididos nos seguintes grupos: sete ex-alunos, sete ex-professores, a secretária escolar na época, o Dirigente Regional de Ensino do período em que a escola foi inaugurada e o primeiro Prefeito eleito da cidade, que voltaria a ocupar o cargo de Prefeito por mais duas vezes. O perfil de cada um dos entrevistados está descrito nos anexos deste trabalho e identificados nesta dissertação.

Embora a presente investigação não tenha a pretensão de se constituir em uma pesquisa de história oral, a oralidade é sem dúvida a fonte principal de dados aqui apresentados, revelando um fundamental veículo de transmissão da memória e da cultura escolares. Fazendo uso deste importante tipo de dado, depoimentos e entrevistas foram colhidos objetivando reconstruir, em alguma medida, uma memória da Escola Estadual “Dr. Reynaldo Kuntz Busch” naquele recorte temporal.

De acordo com Thompson (1992):

Por meio da história, as pessoas comuns procuram compreender as revoluções e mudanças por que passam em suas próprias vidas: guerras, transformações sociais como mudanças de atitude da juventude, mudanças tecnológicas como o fim da energia a vapor, ou migração pessoal para uma nova comunidade. De modo especial, a história da família pode dar ao indivíduo um forte sentimento de uma duração muito maior de vida pessoal, que pode até mesmo ir além de sua própria morte. Por meio da história local, uma aldeia ou cidade busca sentido para sua própria natureza em mudança, e os novos moradores vindos de fora podem adquirir uma percepção das raízes pelo conhecimento pessoal da história. Por meio da história política e social ensinada nas escolas, as crianças são levadas a compreender e a aceitar o modo pelo qual o sistema político e social sob o qual vivem acabou sendo como é, e de que modo a força e o conflito têm desempenhado e continuam a desempenhar um papel nessa evolução. O desafio da história oral relaciona-se em parte, com essa finalidade social essencial da história. (THOMPSON, 1992, p.21).

<sup>2</sup> Em termos documentais foi possível acessar uma razoável quantidade de material iconográfico e algumas matérias jornalísticas que fazem parte do acervo do Museu da Cidade (Secretaria de Cultura e Turismo da Estância Balneária de Praia Grande), além de algum material iconográfico, em menor escala, pertencente ao acervo pessoal de professores e ex-alunos que colaboraram com esta pesquisa.

De certa forma, os depoimentos colhidos nesta pesquisa coincidem em diversos aspectos, permitindo forjar uma visão coletiva da formação escolar no “Kuntz”, naquele período e naquele contexto. Esse sentido, só é possível perceber em perspectiva retroativa pela reconstrução e articulação da memória dos sujeitos que vivenciaram àquela experiência escolar. De acordo com Larrosa Bondia (2002, p.27), “a experiência é específica, singular, impossível de ser repetida ou separar-se do indivíduo concreto em que se encarna”.

Em outros termos, a partir dos relatos dos atores institucionais entrevistados, buscamos forjar o sentido que adquiriu àquela experiência escolar a partir da identificação de alguns de seus aspectos constituintes. Nesse sentido, as fontes orais deste trabalho nos ajudam a compreender a sequência de acontecimentos que possibilitaram a instalação do primeiro Ginásio Estadual na cidade e os fatores que nos permitem compreender alguns dos elementos e percepções da experiência escolar que possa ter favorecido uma formação para a cidadania no “Kuntz”, no período que é objeto deste estudo.

Ainda de acordo com Thompson (1992):

A história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras que existam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior; e na produção da história – seja em livros, museus, rádio ou cinema – pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras. (THOMPSON, 1992, p.22).

Ao trazer as fontes orais como um dos elementos centrais desta pesquisa, um dos objetivos que se buscou foi exatamente esse descrito por Thompson, ou seja, “devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram” a história do “Kuntz” nos primeiros anos de sua existência – um lugar fundamental e notadamente marcante, em sentido positivo – de acordo com o testemunho prestado por cada um dos entrevistados. Lembramos aqui as palavras de Bryan (2005):

A escola é o local onde as histórias são contadas, recriadas, interpretadas. Espaço de descobertas, de troca, de educação. Parte permanente da memória, lembrança de um outro tempo vivido. O edifício, a casa da escola é poesia solidificada, materializada pelo cotidiano, pela experimentação diária do lugar, pelo ato de recordar e de imaginar. (BRYAN, 2005).

Ao restabelecer, portanto, um sentido da formação desenvolvida no “Kuntz”, são reconstruídas cenas e episódios que tenham sido relevantes no sentido de favorecer uma formação para a cidadania. Assim, “pela memória construímos nosso passado; recoletamos

cenas, reconformamos episódios, distinguimos o ontem do hoje, confirmamos termos experimentado um dado passado” (LOWENTHAL, apud PINTO, 1998, p.205).

A origem da Escola Estadual “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”, fruto de uma demanda real pela ampliação de vagas escolares no ainda bairro de São Vicente, coincide com o processo de emancipação de Praia Grande e se configura em elemento fundamental de constituição e de identidade dessa escola na cidade. Nesta, como em qualquer outra escola, existem limitações institucionais e nesse contexto é preciso estar atento às circunstâncias comuns ou específicas desta ou daquela instituição escolar, principalmente em um período de exceção como é o caso desta pesquisa. Embora naquele período o direito e o acesso à educação não fossem ainda ampliados como nos dias atuais, isto é, não era universalizado, é plausível verificar se aqueles que puderam vivenciar ali aquela experiência escolar tiveram acesso a um tipo de ensino, práticas e organização escolar, capazes de propiciar uma formação coerente com os valores da cidadania como um direito humano, mesmo em uma época marcada pela ditadura militar e a restrição dos direitos na vida social e pública, isto é, uma severa restrição do exercício da cidadania na esfera pública.

Esta dissertação está organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo analisa-se o conceito de cidadania, atrelada à perspectiva de Direitos Humanos. Este capítulo aborda ainda a questão da especificidade de uma formação para a cidadania, através de práticas que lhe sejam coerentes e da própria noção de uma formação escolar.

No segundo capítulo estabelece-se um natural diálogo com a História no sentido de situar o leitor a respeito do contexto em que foi criado o “Kuntz” – em um momento próximo à própria emancipação do município de Praia Grande – e como foi o seu funcionamento nos primeiros anos de sua existência.

No terceiro capítulo deste trabalho, descrevemos uma perspectiva da experiência formativa desenvolvida no “Kuntz”, a partir da hipótese de que, no período de 1965 a 1978 e, em meio àquele contexto específico, pudessem existir ali elementos que evidenciassem de alguma forma o favorecimento de uma formação para a cidadania, conforme os fundamentos apresentados no primeiro capítulo. Aqui, em especial, os relatos orais de sujeitos que viveram o período se constituíram em uma fundamental fonte de pesquisa. Grande parte das fontes iconográficas e matérias jornalísticas da época que puderam ser encontradas no museu da cidade e no acervo pessoal de ex-professores e ex-alunos ilustram este capítulo. Ainda neste último capítulo da pesquisa, abordou-se uma questão que se reveste de fundamental importância na presente investigação e, talvez, seja o cerne deste trabalho: como formar para

a cidadania em tempos de ditadura? Por fim, apresentamos algumas considerações que busquem sintetizar e destacar algumas idéias centrais deste trabalho.

*“Todo ser humano tem direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor”.*

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 27, incisos 1 e 2

**CAPITULO 1**

**UMA IDEIA DE FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA**

## **1 UMA IDEIA DE FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA**

Pretende-se, neste capítulo, caracterizar minimamente o conceito de cidadania e também alguns aspectos que envolvem a sua formação. Entretanto, não se pretende abordar aqui o exercício da cidadania neste ou naquele período. Isto porque os requisitos que envolvem o exercício da cidadania na esfera pública se distinguem daquilo que seria próprio da sua formação em âmbito escolar, tendo em vista uma perspectiva ampla de cidadania aqui compreendida como um valor humano.

Ainda que os elementos de uma formação cidadã aqui abordados, se apoiem em uma experiência escolar específica – a Escola Estadual “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”, de 1965 a 1978, notadamente um período de ditadura e restrição severa de direitos – a perspectiva aqui adotada é de identificar alguns elementos de uma formação escolar característica que poderiam favorecer uma formação cidadã, ainda que num período de exceção. Não se trata de uma tarefa fácil, mais ainda quando é relativamente comum supor uma relação endógena entre a instituição escolar e sociedade, não raro a escola compreendida como uma instituição capaz de reproduzir as desigualdades sociais ou, por outro lado, de superá-las, a depender do referencial teórico que pode informar essas distintas perspectivas.

Inicialmente, neste capítulo, será traçado um breve panorama da legislação em vigor no período que é objeto deste estudo. A seguir será apresentada uma perspectiva do conceito de cidadania definida em sua vinculação aos Direitos Humanos. Após essa abordagem, procurar-se-á apresentar e discutir alguns dos elementos que concorrem para essa formação no âmbito escolar capazes de sustentar a abordagem pouco convencional que busca relacionar duas dimensões aparentemente opostas: formar para a cidadania em tempos de ditadura.

### **1.1 A cidadania e a educação a partir da legislação do período**

Antes de abordar e delimitar alguns conceitos que se pretende utilizar para a fundamentação e progressiva estruturação desta dissertação, pode ser interessante verificar de que forma a noção de cidadania aparece a partir da legislação do período que vai localizar a experiência escolar no “Kuntz”. A perspectiva desta abordagem tem como objetivo verificar, na legislação, os parâmetros legais da cidadania, tendo em vista suas possíveis vinculações - ou não - com uma formação escolar. Assim, nesse contexto, no recorte temporal que se estabeleceu para esta pesquisa (1965 a 1978), verificar-se-á o que estava preconizado na

Constituição Federal do período, e de que forma a cidadania é abordada na primeira Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

### ***1.1.1 A Constituição Federal de 1946***

Quando a escola foi inaugurada estava em vigor no país a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, promulgada pela mesa da Assembléia Nacional Constituinte, em 18 de setembro de 1946, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). No período anterior denominado pelos historiadores como “Era Vargas” (COTRIM, 2005, p.485), o país estava submetido a uma organização corporativa, implantada pelo “Estado Novo” em 1937. A nova carta não manteve esse status atribuindo um poder maior ao Congresso Nacional.

De acordo com a nova Carta, o mandato presidencial seria de 5 anos, não sendo permitida a reeleição para os cargos do poder executivo. A atuação do Congresso Nacional foi fortalecida, tornando o poder legislativo federal um órgão mais fiscalizador das ações do Poder Executivo. Foi fixado também um princípio federalista que definiu as atribuições da União dos Estados e dos Municípios.

Nesse contexto, a carta de 1946 parece ter se configurado como uma constituição liberal e mais democrática do que as quatro promulgadas ou outorgadas anteriormente.

De acordo com o acervo do jornal “O Globo”:

A postura liberal foi uma marca da Carta. Havia um motivo para isso: a Constituição de 1946 foi a mais democrática que o país teve até então, o que se deveu à heterogeneidade político-ideológica dos parlamentares que a redigiram. Pela primeira vez, uma bancada comunista participou do processo constituinte. No mesmo plenário estavam Luiz Carlos Prestes e seu primeiro perseguidor, o ex-presidente Artur Bernardes; notórios opositores do Estado Novo, como Afonso Arinos, e ministros do regime deposto, como Gustavo Capanema, além do próprio Vargas. Entre os dispositivos básicos regulados pela Carta estavam a separação dos três Poderes, a garantia ampla de defesa do acusado, a garantia de prisão só em flagrante delito, a liberdade de expressão e a liberdade de consciência, de crença e de culto religioso, entre outras medidas avançadas para a época. (O GLOBO, 2013).

Apesar de ser apenas a opinião de um órgão de informação, acredita-se ser interessante a descrição desta publicação, uma vez que o seu conteúdo pode nos ajudar a compreender alguns aspectos da Constituição de 1946. De fato, o artigo 141 da lei maior de nosso país à época estabelece que “A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade...” (BRASIL, 1946). Nos 38 parágrafos seguintes são descritos os termos em que esses direitos e garantias individuais são estabelecidos.

No texto desta carta magna, a palavra cidadania está apenas relacionada à nacionalidade, no título IV, capítulo I, art. 129. No capítulo II, que trata da Educação e Cultura, a palavra cidadania não é mencionada. No entanto o *caput* do art. 166 estabelece que “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana” (BRASIL, 1946). Embora o texto do artigo remeta, de alguma forma, a um possível componente da noção de cidadania (quando menciona que a educação é direito de todos), o termo em si não foi citado.

De todo modo, é importante destacar que a expressão “direito de todos” mencionada não se configurava na prática para além do ensino primário (que hoje corresponde do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental). De fato, nos anos 1960, época em que o “Kuntz” entrou em funcionamento, o acesso ao ginásio (que hoje representa do 2º ciclo do Ensino Fundamental – do 6º ao 9º ano) não era universalizado. O ingresso à 1ª série ginásial (que hoje se configura no 6º ano do Ensino Fundamental) representava para época uma nova etapa da escolaridade e exigia a realização do exame de admissão (Azanha, 1987). Ou seja, uma espécie de exame de seleção semelhante ao “vestibulinho” utilizado hoje para o ingresso no Ensino Médio, em um Instituto Federal de Educação. Assim, muitos jovens na época optavam por terminar de forma abrupta seus estudos ao término do ensino primário, pois em caso de reprovação no exame de admissão, não tinham como prosseguir estudos nas escolas públicas da rede estadual.

### ***1.1.2 A Lei das Diretrizes e Bases de 1961 – Lei 4024.***

Em 1965, ano da inauguração do “Kuntz”, já se encontrava em vigor a primeira Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada no governo parlamentarista de João Goulart, em 20 de dezembro de 1961. Em seu art. 1º, alínea “a”, o termo “cidadão” já era utilizado explicitamente. Estabelece o referido artigo que:

A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim: a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade. (BRASIL, 1961).

Nesta LDB, no título II, artigo 2º, em seu *caput* novamente era estabelecido que “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola” (BRASIL, 1961). Curiosamente, logo a seguir, no parágrafo único, há um dispositivo que, dependendo da interpretação, pode descaracterizar “o direito de todos” estabelecido no artigo 2º. Este parágrafo estabelece que “À família cabe escolher o gênero de educação que deve dar aos seus filhos” (BRASIL, 1961). Aqui, está estabelecido que, naquela ocasião, as famílias poderiam optar por educar

seus filhos em casa e assim não estariam contrariando a legislação. O artigo 30 confirma esse dispositivo: “Não poderá exercer função pública, nem ocupar emprego em sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, o pai de família ou responsável por criança em idade escolar, sem fazer prova de matrícula desta em estabelecimento de ensino, ou de que lhe está sendo ministrada educação no lar.” (BRASIL, 1961). A “educação no lar” aqui estabelecida tem um caráter vago, ou seja, como uma determinada família poderia provar que a educação estaria sendo ministrada com eficiência no lar? Ademais, é preciso destacar a conveniência desse dispositivo ante um quadro sabidamente insuficiente de oferta de vagas em todos os níveis de ensino. Nesse contexto “o direito de todos” estabelecido no artigo 2º não era algo passível de ser garantido quando se pensa em educação escolar.

Antes de seguir adiante na análise da lei, destacamos que, no artigo acima, a LDB não fala em exercício da cidadania, mas sugere uma cidadania atrelada à prática escolar, ou seja, sugere que a educação nacional, através da escola, teria por fim propiciar a “compreensão dos direitos e deveres”. Esta observação é essencial em razão dos objetivos deste trabalho, pois é através dessa compreensão que o sujeito desenvolverá a capacidade de exercer a cidadania com consciência e liberdade. Essa compreensão deve ser oferecida na formação escolar, uma vez que a legislação, em si mesmo, tem suas limitações e não abrange o sentido de formação.

Na LDB de 1961, o Ensino Médio era definido como um prosseguimento de estudos posterior ao ensino primário (hoje, 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental) e era dividido em 2 ciclos: o ginásio (equivalente ao 2º ciclo do Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano) e o colegial (equivalente ao Ensino Médio). A referida lei atribuía aos Estados e ao Distrito Federal a competência de autorizar, reconhecer e inspecionar os estabelecimentos de ensino primário e médio. O ensino ginásial, portanto, a partir da promulgação da nova lei, seria uma competência dos Estados. Não havia, no entanto, nenhum dispositivo na LDB que garantisse educação escolar formal para todos em nível ginásial (hoje, 6º ao 9º ano), na medida em que vigorava a exigência do *exame de admissão* que restringia o acesso ao ginásio.

De todo modo, embora a palavra cidadão já estivesse presente na redação da nova LDB recém promulgada, a idéia de cidadania na sua possível relação com a educação era restritiva e seletiva, uma vez que não garantia um dos princípios mais elementares da cidadania moderna: a escola básica para todos.

### ***1.1.3 A Constituição Federal de 1967***

As garantias estabelecidas na Constituição de 1946 foram suspensas logo após a instauração do golpe militar, através de uma medida tomada pela junta militar, em 9 de abril de 1964, mais tarde conhecida como Ato Institucional nº 1. Diante na nova ordem institucional, o texto da Carta de 46 foi, aos poucos, sendo substituído por outros atos institucionais que procuraram “legitimar” o golpe que levou os militares ao poder. Esses atos, na prática, davam ao poder executivo, exercido pelo Presidente da República, a autoridade de legislar sobrepondo-se a uma atribuição que deveria emanar do Congresso Nacional. Esses atos arbitrários suspendiam direitos políticos, cassavam mandatos daqueles que se posicionavam contra a ditadura, aposentavam compulsoriamente servidores públicos, dentre outras arbitrariedades que segundo o poder constituído objetivavam combater a subversão e a corrupção. Diante de tantos Atos Institucionais, houve a necessidade de outorgar uma nova carta que legitimasse o novo poder constituído.

Assim, uma nova constituição entraria em vigor, no dia 15 de março de 1967, a sexta do Brasil e quinta da República. Embora tenha sido elaborada pelo Congresso Nacional, foi escrita sob pressão, objetivando legalizar o poder constituído desde o golpe de 1964. Foi, portanto uma constituição outorgada e autoritária que concentrava as funções de estado de forma quase absoluta no poder executivo. O texto da nova carta em seu parágrafo 1º do artigo 1º, logo no início já expressava um princípio legítimo, mas não factível naquele contexto: “Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido” (BRASIL, 1967). Ora, se as eleições para os cargos do poder executivo em nível Federal e Estadual estavam suspensas como se poderia estabelecer que “todo poder emana do povo”? O texto da nova carta possibilitava ainda a abertura de vários precedentes que permitiram mais tarde, o estabelecimento da censura. Evidentemente, o sistema vigente na época procurou exercer uma forte influência na educação do período, tanto nos rumos da política educacional como na orientação e criação de disciplinas e determinadas práticas escolares. Destacamos aqui alguns aspectos possíveis de alguma associação aos valores de exaltação à Pátria, marcados pelo período de exceção.

Segundo Souza (2008):

O cultivo dos valores cívico-patrióticos foi reforçado nas escolas públicas e privadas nos anos 70 em consonância com a ideologia do regime militar. [...]. Prática de hasteamento da bandeira e canto do Hino Nacional nas escolas foram revalorizadas. Os desfiles cívicos foram enaltecidos e incentivados pelos poderes públicos, tornando-se espetáculos de grande visibilidade social. Professores de

educação Física e de Educação Moral e Cívica foram encarregados de organizar tais certames com brilhantismo. Em muitas escolas esse foi um período de intensa mobilização dos alunos em torno das fanfarras e bandas marciais, competições esportivas e ginástica rítmica. Nas solenidades e comemorações cívicas era exigido o comparecimento obrigatório de todos os professores, alunos e funcionários da escola. (SOUZA, 2008, p.282).

Cabe destacar aqui que a exaltação à Pátria não significa necessariamente adesão ou “estar de acordo” com as práticas características de uma ditadura. Em um regime democrático, o cultivo desses valores pode ser um importante elemento de fortalecimento da democracia. Tais práticas, à época, poderiam até ser utilizadas pela ditadura como uma espécie de valorização do sistema político vigente, porém elas podem também adquirir um significado próprio de uma cultura escolar (Julia, 2001, p.10) e não representam, necessariamente, corroborar com a ditadura vigente no país. No “Kuntz”, por exemplo, essas práticas marcaram a trajetória da escola naquele período e tiveram um significado próprio na cultura escolar que marcou essa escola nos primeiros anos de sua existência. Assim, não significavam necessariamente uma adesão automática à ditadura, como se pretende discutir mais adiante.

No artigo 168, que trata das questões de família, educação e cultura, a carta estabelece novamente que “A educação é um direito de todos e será dada no lar e na escola: assegurada a igualdade de oportunidade, devendo inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana.” (BRASIL, 1967). Aqui novamente estão dispostas expressões e ideias que na prática não se configuravam como “direito de todos”. Neste texto encontram-se também palavras que representavam uma utopia para o momento político que o país vivia como o termo “liberdade”, por exemplo. No parágrafo 3º, incisos II e III do mesmo artigo, a Constituição não garantia educação para todos além do ensino primário (hoje, 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental). No inciso II, a Carta estabelece que o “ensino dos sete aos quatorze anos é obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos primários oficiais” (BRASIL, 1967) e no inciso posterior (o III) está estabelecido que “o ensino oficial ulterior ao primário será, igualmente, gratuito para quantos, demonstrando efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos”. (BRASIL, 1967). Novamente, a Carta de 1967 repete a anterior no que se refere à seletividade de acesso em nível além do ensino primário, ou seja o ensino ginásial continuaria gratuito, desde que o aluno fosse aprovado em um exame de admissão. Em 1969, a Constituição outorgada dois anos antes, ganharia a Emenda Constitucional nº 1, que entraria em vigor em 17 de outubro de 1969 e que na verdade se configurava em uma nova Constituição. Nas Cartas constitucionais de 1967 e 1969, as

expressões “cidadania” quando mencionadas, estão relacionadas quase que exclusivamente à noção de nacionalidade.

#### ***1.1.4 A Lei que fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus – Lei 5692/71***

Na vigência da constituição de 1967, entraria em vigor uma nova lei que fixava as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, a lei 5692/71. Essa norma não tratava de uma nova LDB, nem tampouco poderia ser considerada, na prática, uma Lei de Diretrizes e Bases, uma vez que ela legislava apenas sobre o ensino de 1º e 2º graus e revogou apenas parcialmente a Lei 4024/61. Esta, que foi imposta pelo poder constituído, estabelecia em seu artigo 1º que:

O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício da cidadania. (BRASIL, 1971).

Portanto aqui, avançando um pouco mais em relação ao poder maior que emana da Constituição, a expressão cidadania, citada na Carta Constitucional de 1967, apenas em relação à nacionalidade, surge no texto da Lei 5692/71. Embora autoritária e imposta pelo regime vigente, a nova lei que fixava as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, introduzia uma modificação radical na educação básica que se apresentava como uma possibilidade de democratização do acesso. Ao criar o ensino de 1º grau, unificando o antigo primário e o ginásio, na prática, o acesso ao antigo ginásio deveria ser automático e, em tese, essa antiga etapa da educação, passaria a ser extensiva a todos. Faltava, no entanto proporcionar uma quantidade de vagas suficiente, uma vez que a lei recém criada não proporcionava ainda essa garantia.

Foi nesse contexto de direito constitucional e da legislação educacional que o “Kuntz” funcionou desde sua inauguração, em 1965, até o ano de 1978 (período de objeto deste estudo). Nesse período, portanto, não havia nada estabelecido na legislação que permitisse o acesso democrático, isto é, irrestrito à etapa de ensino oferecida pelo “Kuntz”. Portanto não havia garantia de vagas para todos naquela escola ou em qualquer outra escola da rede estadual no período, tanto nas últimas quatro séries do primeiro grau (5ª a 8ª série na época, hoje equivalente ao período que vai do 6º ao 9º ano do ensino Fundamental) bem como no segundo grau (hoje equivalente ao Ensino Médio). Foi na década de 70, no entanto, que a democratização do acesso começou a se configurar lentamente até que mais tarde viesse

efetivamente a fazer parte do texto constitucional, de 1988 e da LDB, promulgada em 1996 (Oliveira; Araujo, 2005, p.02).

Embora não seja o objetivo deste trabalho discutir propriamente o exercício da cidadania, mas sim alguns elementos que concorrem para a sua formação a partir de uma prática escolar no recorte temporal deste estudo, é importante situar o que estava preconizado na legislação do período a esse respeito. Como se verificou, a Constituição Federal vinculava os termos “cidadania” e “cidadão” apenas à nacionalidade. Por outro lado, as duas leis que tratam do tema “Educação” no período (A LDB de 1961 e a Lei 5692/71), a ideia de “cidadania” tem um sentido muito amplo e não nos apresenta uma perspectiva mais clara de como se dá sua formação em âmbito escolar. Essa, contudo, pode ser uma característica da legislação, que formulada em termos gerais e amplos não reduza ou restrinja essa temática ou defina diferentes formas de abordá-la na escola. De qualquer modo isso aponta a pertinência de definir melhor o conceito de cidadania e sua relação com a formação escolar e de se discutir e atribuir um significado especial à noção de formação para a cidadania: como um valor universal. É desta forma que ela será aqui analisada

## **1.2 Uma perspectiva do conceito de cidadania relacionada aos Direitos Humanos**

Ao analisarmos o verbete “cidadania” em um dos mais renomados dicionários da língua portuguesa (HOLANDA FERREIRA, 2001, p.153), encontraremos uma definição que remete à “condição de cidadão”. O termo “cidadão” é definido como o “indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado” (HOLANDA FERREIRA, 2001, p.153). Entretanto, quando se busca trazer a definição deste termo para o universo da educação, no sentido de uma busca progressiva da formação para a cidadania que se procura propiciar aos nossos alunos, essa definição oferecida denota uma maior complexidade e na mesma proporção pouca especificidade. De forma geral, a formação para a cidadania em âmbito escolar, que é aquela que se pretende discutir aqui, envolve o trabalho com os valores humanos – incluindo o direito ao conhecimento produzido pela humanidade – e que deve obrigatoriamente ser vivenciada cotidianamente no trabalho em sala de aula, em todas as disciplinas.

No campo educacional especificamente, é comum verificarmos a exortação à ética e à cidadania como valores indispensáveis à formação escolar básica obrigatória. Carvalho (2002, p.157), vai mais além quando afirma que as questões que envolvem a formação da cidadania, assumem tal importância que deixaram de ser algo restrito apenas à educação e se constituem

uma questão de interesse público mais amplo. Entende-se, portanto que os valores intimamente ligados à formação para a cidadania ultrapassam o âmbito da educação e tornam-se uma questão de fundamental importância em todos os segmentos da sociedade, isto é, uma questão pública.

De fato, dificilmente ouviremos no Brasil algum educador ou profissional que atue na área da educação, ou mesmo alguém que esteja envolvido em qualquer outro meio social, se posicionar contrariamente aos princípios de cidadania, seja na escola ou em âmbito social mais amplo. Contudo, o termo cidadania por si só parece angariar caráter demasiadamente amplo. Afinal, o que se entende por cidadania, quando exortamos à sua formação na legislação educacional e, em diversos discursos educacionais – de caráter mais acadêmico ou não? – Enfim, de que cidadania estamos falando?

De acordo com Dallari (2004):

...o que significa *cidadania*? Lembremos inicialmente que tanto a Constituição quanto a Lei de Diretrizes e Bases dizem que um dos objetivos da educação é a *preparação para a cidadania*. Essa noção, por sua vez, é inseparável de um claro entendimento acerca do que são os *direitos humanos*. (DALLARI, 2004, p.21).

A expressão Direitos Humanos (ONU, 1948), que é relativamente recente na história da humanidade, surgiu, quando os conflitos que ocorriam entre os povos, como os confrontos bélicos por exemplo, provocavam o desrespeito às mais elementares normas do direito natural de qualquer ser humano. Assim, desde a pré-história a convivência humana exigiu, para que houvesse entendimento entre os homens, a adoção de normas de conduta ou normas de convivência. Essa perspectiva denota importância fundamental, uma vez que respeitar tais normas pode significar, em última instância, o estabelecimento de uma convivência pacífica entre os sujeitos e mesmo entre nações.

De acordo com Castoriadis, *apud* Valle (2001, p.3), foi na Grécia que se produziu pela primeira vez de forma explícita, leis e normas em sociedade:

Cada sociedade se cria, criando os valores, as normas, os costumes, as práticas e os ideais que a regem. Esses valores, normas, costumes, práticas e ideais constituem-se, como já se disse tantas vezes, no verdadeiro cimento das sociedades. Por isso, a força dogmática, o caráter quase sagrado de que se revestem, ao serem transmitidos de geração em geração. Definindo o próprio modo de ser de cada sociedade, de sua manutenção parece depender a sobrevivência de todo o edifício social. Por isso também, dificilmente são desafiados. Foi, porém, o que se produziu no mundo grego, que realizou – ao que parece pela primeira vez na história – a instituição consciente e explícita das leis e das normas da sociedade, instituindo, ainda, fóruns e procedimentos permanentes de questionamento das decisões tomadas pela assembléia dos cidadãos. (CASTORIADIS, *apud* Valle, 2001, pg.3).

A preocupação com a ideia de cidadania, marcada pela criação e pelo respeito às normas de conduta, já era, portanto uma questão de grande interesse e norteadora da vida pública da *Pólis* na Grécia clássica. No período áureo da democracia praticada em Atenas, nos séculos IV e V a.C. esses valores eram indispensáveis. Aristóteles em seus discursos discutia os valores relativos à virtude, a ética e a cidadania. Dialogando com o pensamento de Aristóteles sobre essa questão, Canivez (1991), afirma que:

Para ser cidadão, diz ele, não basta habitar o território e poder pleitear seu direito diante dos tribunais. Porque os estrangeiros também têm essa possibilidade. O cidadão autêntico (em oposição as mulheres, as crianças e aos que são atingidos por *atimia* – degradação cívica total ou parcial por faltas graves) é quem exerce uma *função pública*: que ele governe, ou que tenha função no tribunal, ou que participe das assembleias do povo. A cidadania é, pois, a participação *ativa* nos assuntos da cidade. (CANIVEZ 1991, p. 30).

Contudo, cabe ressaltar que naquele período as mulheres e os escravos não eram considerados cidadãos e, apesar de a democracia ateniense no período clássico ter significativas diferenças em relação à democracia moderna em suas diversas expressões históricas e geopolíticas, já naquele contexto, a cidadania, tratava-se de uma prática consolidada e um tema frequentemente debatido.

De acordo com Dubet (2011, p.2) “É importante compreender que a cidadania não é uma, ela muda segundo as épocas, os países e as tradições e, sobretudo que ela não é homogênea, pois abrange várias dimensões mais ou menos contraditórias entre si”. É preciso destacar também que a cidadania, como fenômeno eminentemente político, contém diferentes dimensões e delimitações legais.

No mesmo sentido Benevides (1998) afirma que:

A ideia de cidadania é uma ideia eminentemente política que não está necessariamente ligada a valores universais, mas a decisões políticas. Um determinado governo, por exemplo, pode modificar radicalmente as prioridades no que diz respeito aos deveres e aos direitos do cidadão: pode modificar, por exemplo, o código penal alterando sanções; o código civil equiparando direitos entre homens e mulheres; o código de família no que diz respeito aos direitos e deveres dos cônjuges, na sociedade conjugal em relação aos filhos, em relação um ao outro. Pode estabelecer deveres por um determinado período, por exemplo, àqueles relativos a prestação do serviço militar. Tudo isso diz respeito à cidadania. (BENEVIDES SOARES, 1998, p.41).

Todavia, embora a cidadania configure questão política diretamente relacionada a uma determinada nação, governo ou sociedade, é possível identificar determinados aspectos que circunscrevem o conceito de cidadania compreendido como um valor, isto é quando se relaciona o conceito de cidadania à perspectiva dos Direitos Humanos. Nesses termos, muitos países, em especial as nações que adotam um regime democrático e são signatárias da

Organização das Nações Unidas, passaram a associar em sua ordem jurídico-política a definição legal de sua cidadania à defesa dos Direitos Humanos.

É o que afirma Benevides (1998):

...direitos de cidadania não são direitos universais, são direitos específicos dos membros de um determinado Estado, de uma determinada ordem jurídico-política. No entanto, em muitos casos, os direitos do cidadão coincidem com os direitos humanos, que são mais amplos e abrangentes, em sociedades democráticas é geralmente o que ocorre e, em nenhuma hipótese, direitos ou deveres do cidadão podem ser invocados para justificar a violação de direitos humanos fundamentais. (BENEVIDES SOARES, 1998, p.41).

Aqui a questão dos Direitos Humanos, de acordo com a autora, está diretamente relacionada à cidadania. Contudo no Brasil (de 1964 a 1985), embora os governantes proclamassem exaustivamente que éramos uma nação democrática, esses direitos não foram respeitados. No entanto, a perspectiva de cidadania atrelada aos Direitos Humanos, sobretudo como um parâmetro de análise que aqui se refere a diferentes Estados e Sociedades, tem, nesse contexto, como princípio, um importante valor, independente do lugar, épocas ou culturas. Assim, a temática dos Direitos Humanos, tanto como expressão legal bem como prática social demanda uma reflexão mais abrangente, ampliando assim o escopo de sua compreensão e eventual aplicação.

De acordo com Dornelles (1993):

Para dar conta da expansão do conteúdo conceitual dos direitos humanos passou-se a utilizar a expressão “direitos sociais, econômicos e culturais”[...]. Os direitos sociais não são proclamados com o intuito de limitar a intervenção e o poder do Estado (não se luta mais contra o absolutismo feudal). São direitos que exigem a ação positiva do poder estatal, criando condições institucionais para o seu efetivo exercício. (DORNELLES, 1993, p.30).

De fato, a própria expressão, *Direitos Humanos*, é, de certa forma como já dito aqui, recente na história da humanidade. A perspectiva que provocou o surgimento dos Direitos Humanos foi forjada no intuito de proporcionar uma convivência humana digna, que caminhasse no sentido de que o mais elementar direito de qualquer ser humano seja respeitado dentro do “fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo” (ONU, 1948).

Quando se discute a temática dos Direitos Humanos, é preciso que se estabeleça que eles se referem aos direitos fundamentais da pessoa humana. De acordo com Dallari (2004, p.25), “Eles são ditos fundamentais porque é necessário reconhecê-los, protegê-los e promovê-los quando se pretende preservar a dignidade humana e oferecer possibilidades de desenvolvimento. Eles equivalem às necessidades humanas fundamentais”.

De acordo com Benevides Soares (1998, p.45), o conjunto dos Direitos Humanos, em sua evolução histórica, costuma ser classificado a partir da identificação de três gerações. Contudo, a chegada de uma nova geração, de acordo com a autora, não supera a anterior, pois os novos direitos continuam incorporados na geração seguinte.

As três gerações dos Direitos Humanos, segundo Benevides Soares (1998) são as seguintes:

A primeira geração é a das liberdades individuais, ou os chamados direitos civis. São as liberdades consagradas no século XVIII, com o advento do liberalismo; constituem direitos individuais contra a opressão do Estado, contra o absolutismo, as perseguições religiosas e políticas. [...] Trata-se da liberdade de locomoção, propriedade, segurança, acesso a justiça, opinião, crença religiosa, integridade física. [...] A segunda geração é a dos direitos sociais, do século XIX e meados do século XX. São todos aqueles direitos ligados ao mundo do trabalho, como direito ao salário, horário, à seguridade social, férias, previdência, etc. [...] Trata-se dos direitos de caráter social mais geral, como o direito à educação, saúde, habitação. São direitos marcados pelas lutas dos trabalhadores. [...] A terceira geração é aquela que se refere aos direitos coletivos da humanidade. Referem-se esses ao meio ambiente, à defesa ecológica, à paz, ao desenvolvimento, a autodeterminação dos povos, à partilha do patrimônio científico, cultural e tecnológico. Direitos sem fronteiras, chamados de solidariedade planetária. (BENEVIDES SOARES, 1998, p.45).

Assim, a primeira geração dos Direitos Humanos chegou até nós por meio da Revolução Francesa, cujo adágio (Liberdade, Igualdade e Fraternidade) objetivava aniquilar todas as formas de opressão praticadas pelo absolutismo e findar com os privilégios da nobreza e do clero, valorizando assim a igualdade natural entre os homens. Nesses termos sedimentaram-se alguns pressupostos do *liberalismo*, que está diretamente ligado à origem da democracia moderna. De acordo com Benevides Soares (1998, p.45), esta primeira geração contemplou as liberdades de locomoção, o direito à propriedade, o acesso à justiça, a liberdade de opinião e crença religiosa e a proteção à integridade física, dentre outros. São os chamados direitos individuais.

Na segunda geração dos Direitos Humanos (BENEVIDES SOARES, 1998, p.45), do século XIX e primeira metade do século XX, avançando um pouco mais, caminhou-se para além dos direitos individuais na busca de se corrigir as injustiças sociais. Assim, foram contemplados os direitos de caráter social que o ser humano necessita para que sua inserção na sociedade ocorra de forma democrática, tornando-o assim um igual a todos os demais cidadãos. Nesse contexto estão contemplados o direito ao trabalho, ao salário digno, aos direitos sociais ligados ao mundo do trabalho, além de contemplar também o direito à saúde, à educação e o acesso a uma moradia digna.

A terceira geração (BENEVIDES SOARES, 1998, p.45), surgida na segunda metade do século XX, contempla os direitos coletivos de toda a humanidade. Assim, quando se

realiza o desmatamento da Amazônia, por exemplo, isto se configura uma ação nociva que afeta a toda a humanidade, uma vez que a preservação do meio ambiente garante o direito à vida das gerações futuras e isso diz respeito a todo o planeta como uma questão de direito internacional.

Nesse sentido, tendo em vista as três gerações de Direitos Humanos, Benevides Soares (1998) afirma que:

Os Direitos Humanos são universais e naturais, e o que é considerado um direito humano no Brasil, também deverá sê-lo com o mesmo nível de exigência, de respeitabilidade e de garantia em qualquer país do mundo, porque eles não se referem ao um membro de uma sociedade política: a um membro de um Estado; eles se referem à pessoa humana na sua universalidade, Por isso são chamados de direitos naturais, porque dizem respeito à dignidade da natureza humana. São naturais, também, porque existem antes de qualquer lei, e não precisam estar nela especificados, para serem exigidos, reconhecidos, protegidos e promovidos. (BENEVIDES, 1998, p.41).

Diferentemente, portanto, dos limites da cidadania que pode estar associada aos seus contextos específicos de exercício, - isto é, uma categoria que isoladamente é pautada por questões políticas locais e determinadas, variando de país para país – os Direitos Humanos são mais amplos e podem condicionar e qualificar a estipulação e o exercício da cidadania como valor universal. É o que argumenta Benevides Soares (1998) em relação ao status angariado pelo caráter atribuído aos Direitos Humanos ao afirmar que:

Evidentemente, é ótimo que eles [Direitos Humanos] estejam reconhecidos na legislação, é um avanço, mas se não estiverem, deverão ser reconhecidos assim mesmo. Poder-se-ia perguntar: mas por que? Por que são universais e devem ser reconhecidos, se não existe nenhuma legislação superior que assim o obrigue? Essa é a grande questão da Idade Moderna. Porque é uma grande conquista da humanidade ter chegado a algumas conclusões sobre a dignidade e a universalidade da pessoa humana e sobre o conjunto de direitos associados a pessoa humana. É uma conquista universal que se exemplifica do fato de, hoje, pelo menos nos países filiados à tradição ocidental, não se aceitar mais a prática da escravidão. A escravidão não é apenas proibida na legislação como também repugna a consciência moral da humanidade. Não se aceita mais o trabalho infantil. Não se aceitam mais castigos cruéis e degradantes. (BENEVIDES, 1998, p.41-42).

A questão dos Direitos Humanos obteve, no século passado, um grande avanço na medida em que diversos países deliberaram e estabeleceram a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Como preconiza o seu teor, esse documento surgiu para que “todos gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade” (ONU, 1948). E foi proclamado “como a mais alta aspiração do homem comum” (ONU, 1948).

Um dos pilares que inspirou a Declaração Universal dos Direitos Humanos foram os princípios de Igualdade, Liberdade e Fraternidade proclamados na introdução da Constituição

Francesa que estabeleceu a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada em 26 de agosto de 1789 (COTRIM, 2005, p.294). Uma referência as esses três verbetes, aparecem logo no artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (ONU, 1948). No entanto os ideais estabelecidos na revolução francesa não foram capazes de impedir que, pouco tempo depois, na 2ª Grande Guerra Mundial, a humanidade pudesse vivenciar seus horrores. De forma destacada o holocausto que dizimou a vida de milhões de pessoas (COTRIM, 2005, p.452).

Assim, diante dos horrores provocados pela II Grande Guerra, em 1948, logo após o término do conflito a Organização das Nações Unidas reunida em Assembléia Geral no dia 10 de dezembro de 1948 adotou a resolução 217-A, aprovando um documento com 30 artigos que caracterizam os Direitos Humanos em seu formato atual. Esse documento reconhece a dignidade e igualdade de todos os seres humanos, abolindo toda a discriminação e estabelece os direitos e liberdades fundamentais de todo ser humano. Segundo Dornelles (1993, p.37): “As liberdades e garantias para os seres humanos não são assuntos que interessam unicamente a cada Estado, mas, ao contrário interessam e obrigam a toda a comunidade internacional”.

Além da tríade marcada pela Revolução Francesa, a Declaração Universal dos Direitos Humanos contempla outros valores em seus 30 artigos. Todas as gerações de Direitos Humanos, já citadas aqui, estão contempladas no documento. A primeira geração dos direitos humanos, por exemplo, esta estabelecida dentre outros, no artigo 18: “Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião...”(ONU, 1948). Já a segunda geração dos Direitos Humanos é contemplada no artigo 23, que preconiza o direito ao trabalho e à remuneração justa, além do artigo 24 que estabelece o direito ao repouso, lazer e as férias remuneradas. Já o artigo 28 contempla a terceira geração dos Direitos Humanos quando estabelece que: “Todo ser humano tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados” (ONU, 1948).

Enfim, de acordo com Tosi (2014):

Nessa perspectiva, mais do que falar em “gerações’ de direitos, seria melhor afirmar a **interconexão**, a **indivisibilidade** e a **indissociabilidade** de todas as dimensões dos direitos [...]. Elas não podem ser vistas de fato, como aspectos separados, mas como algo organicamente relacionado de tal forma que uma dimensão se integre e se realize com todas as outras; porque, ao final, o homem é um só. (TOSI, 2014, p.6).

No Brasil, mesmo no período que é objeto deste estudo, os Direitos Humanos expressos na declaração da ONU deveriam coincidir com a legislação vigente, inclusive porque o nosso país é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos desde sua instalação. Sabemos, no entanto, que os valores expressos nessa declaração permaneceram em diversas circunstâncias, notadamente distantes da realidade. No Brasil, além da prática da tortura no período de exceção, ainda hoje se constata diversas violações de Direitos Humanos em nosso país.

De todo modo, tendo em vista a perspectiva dos Direitos Humanos como expressão maior de cidadania, alguns de seus elementos seriam constantes independente de épocas ou países, conforme argumenta Dubet (2011, p.2-3). Assim, teríamos o cidadão de uma nação, que é sempre membro de uma comunidade ou nação em cuja fronteira também está limitada a sua cidadania. Esse cidadão configura um sujeito autônomo que é capaz de julgar por si mesmo os seus interesses e os interesses da nação ou comunidade em que vive. E finalmente a “competência cidadã” que é a capacidade de intervir no espaço democrático no sentido de defender seus interesses e os interesses de sua comunidade. Entenda-se aqui que se trata da capacidade de intervir e, não as formas concretas em que se viabiliza de fato essa intervenção. Essa ressalva é importante, na medida em que no período em que se foca a presente pesquisa – 1965 a 1978 – a possibilidade de intervenção efetiva e participação livre na esfera pública e no exercício de direitos políticos, estava severamente limitada pelo regime vigente.

De toda a forma, como nos lembra Dallari (2004):

O fundamento desse conjunto dos direitos humanos é o reconhecimento da pessoa humana como o primeiro dos valores, bem como das necessidades essenciais da pessoa, que foram e são as mesmas para todas as pessoas, em todos os tempos e em todos os lugares. (DALLARI, 2004, p.40).

Nesses termos, é crível a identificação e análise de uma formação voltada à cidadania vinculada aos Direitos Humanos, mesmo em um período de exceção. Assim, mesmo que o cidadão não possa efetivamente intervir na esfera social e pública por questões de restrição de direitos, sua formação, em âmbito escolar, pode permitir “julgar por si mesmo os seus interesses e os interesses de sua comunidade” (DUBET, 2011, p.3). Além disso, a “competência cidadã” (DUBET, 2011, p.3) pode proporcionar ao futuro cidadão, a capacidade de intervir, mesmo que momentaneamente ele não possa fazê-lo.

### 1.3 A formação escolar e os valores da cidadania

No contexto desta pesquisa, não se pode confundir o exercício da cidadania com os elementos que constituem sua formação em âmbito escolar, que é o que se pretende abordar aqui. Nesse sentido, é preciso estar atento a algumas características que distinguem minimamente as especificidades do trabalho desenvolvido em uma instituição escolar.

Inicialmente, se nos detivermos aos objetivos mais amplos e consensuais da educação escolar, Carvalho (2002) nos apresenta uma ideia dessa dimensão mais generalista da formação escolar:

O ideal de uma educação que se empenhe em formar e aprimorar a conduta dos jovens, de forma que esta venha a ser fundada no respeito a certos princípios fundamentais da vida pública e da dignidade do ser humano – ou seja, o ideal de uma formação para o exercício da cidadania e para a conduta ética – está entre os objetivos mais amplos e ao mesmo tempo mais consensuais da ação educativa escolar (CARVALHO, 2002, p.1).

Ensinar ética, valores democráticos e nesse sentido formar para a cidadania seria então tarefa de uma disciplina específica dentro da escola? Seria necessário então inserir no currículo escolar uma matéria que aborde essas questões e um professor exclusivo, cujo foco seria o trabalho específico com esses valores? Em resposta a esse tipo de questionamento, Carvalho (2002) pondera que:

A educação ética não é uma tarefa de especialistas, mas de toda a comunidade, não é fruto de um esforço isolado, mas de uma ação conjunta e contínua de todo o entorno social. Disso decorrem pelo menos dois desafios fundamentais para uma instituição escolar. O primeiro deles é o caráter fundamentalmente coletivo desse tipo de trabalho.[...]. O trabalho educacional passa pelo ensino de disciplinas específicas, mas está longe de esgotar-se nele. Não podemos tomá-lo, nas atuais condições históricas, como resultante de uma relação pessoal isolada ou como se cada professor fosse um “preceptor” isolado em sua relação pessoal com os alunos e a escola uma simples somatória dessas relações individualizadas. A escola é regida por uma série de valores, prática e objetivos institucionais decorrentes da peculiaridade de sua história e de sua tarefa social de iniciação dos jovens no mundo público”. (CARVALHO, 2002 p.13).

Nesse sentido, acredita-se que a hipotética existência de uma disciplina específica que trate especificamente das questões relativas à cidadania, não será o elemento catalisador de uma formação nesses termos. Carvalho (2002) explicita mais detalhadamente o seu pensamento acerca do assunto:

O êxito maior ou menor nessa tarefa de iniciação dos jovens no mundo público dos valores e dos princípios éticos depende, pois de um esforço conjunto de toda a instituição, no qual cada professor ou profissional da educação, além de sua função específica, representa um agente institucional, comprometido com uma série de valores que se traduzem em responsabilidades e atitudes educativas próprias do mundo escolar. (CARVALHO, 2002, p.13-14).

No entanto, é preciso acreditar que a escola, embora seja um espaço privilegiado em que a idéia de formação para a cidadania possa ser favorecida e enfatizada, ela não é a única instituição social capaz dessa tarefa. Nesse sentido, Carvalho (2002) afirma que:

A família, os amigos, as Igrejas e mesmo sua exposição na mídia, concorrem para a formação de valores que, por vezes podem ser coincidentes, mas muitas vezes entram em conflito aberto ou velado com os interesses e valores próprios do mundo escolar. (CARVALHO, 2002, p.6).

O que diferencia então a ideia de uma formação para a cidadania dentro do espaço escolar? A instituição escolar apresenta características e especificidades que a distingue de outras instituições sociais e possui uma organização diversa da esfera social. Assim, um de seus objetivos mais importantes é o de preparar a criança e o jovem adolescente na condição de alunos e sujeito de direitos - para um mundo que está em constante mudança.

Nesse sentido a escola se ancora nas tradições de conhecimento que também estão, notadamente, em constante mudança. Assim a escola tem também como papel primordial: iniciar o jovem nas questões que envolvem o mundo humano, não apenas “o seu mundo” delimitado por suas condições específicas e delimitadas da vida.

De acordo com Peters (1979):

A educação como “iniciação” compreende varias nuances de uma prática educacional escolar, desde a transmissão de conhecimentos e a reflexão direcionada sobre eles até a experimentação de formas de vida e convivência possíveis apenas numa instituição responsável por uma formação pública. Essa iniciação implica não só que algo valioso deva ser ensinado, mas também que as atividades e os modos de conduta praticados e cultivados na escola sejam coerentes com os princípios maiores que os animam (PETERS, 1979, p.120).

De acordo com Masschelein e Simons (2013, p.87), a escola, em última instância, “serve para proporcionar uma educação geral, que permite que a pessoa participe de forma independente e crítica na sociedade”. Na busca desses objetivos de caráter geral, ainda de acordo com os mesmos autores (2013, p.25), a escola é “o lugar onde os jovens (de acordo com um método específico) são abastecidos com tudo o que eles devem aprender para encontrar o seu lugar na sociedade”.

De acordo, portanto, com sua especificidade, a escola é por excelência um local de formação, ou seja, ela torna-se um instrumento de “preparação”. Nela, o aluno vive um momento especial, único, que tem como objetivo precípua a formação tipicamente escolar. O que se entende por formação?

De acordo com Masschelein e Simons (2013, p.47) a formação do tipo escolar não consiste em uma atividade auxiliar ou um valor específico que esteja integrado a um projeto educacional, ela está relacionada com uma “orientação dos alunos para o mundo como ele é

construído para existir no sujeito e na matéria, e essa orientação diz respeito, principalmente à atenção e ao interesse para com o mundo e, igualmente à atenção e ao interesse para com a própria pessoa em relação ao mundo”.

Complementando a ideia, Silva (2009) afirma que:

É dessa forma que a vocação escolar e sua tarefa de iniciação dos jovens num mundo público se reveste de uma grande responsabilidade, cuja importância reside na própria continuidade desse mundo e na possibilidade de sua constante renovação. Na condição de agente institucional escolar, o professor se apresenta a seus alunos como representante de um mundo pelo qual deve assumir responsabilidade. (SILVA, 2009, p.561).

Nesse sentido, a formação parece ir além da transmissão de conhecimentos ou da simples garantia de aprendizagem. Formação e aprendizagem podem ser tomados como fenômenos distintos, ainda que fortemente correlacionados. O ato de aprender pode significar adquirir, agregar ou construir conhecimentos além dos já existentes. Na vida adulta, quando da participação do ser humano na condição de cidadão na sociedade, não deixamos de aprender coisas novas mesmo não freqüentando mais os bancos escolares. Nesses termos, a ideia de formação parece angariar outra conotação, envolvendo transcendência e transformação através do conhecimento e experiência, no nosso caso, conhecimento e experiência adquirida em uma trajetória escolar.

É o que afirma Masschelein e Simons (2013):

A aprendizagem envolve o fortalecimento ou ampliação do eu *já existente*, por exemplo, por meio da acumulação de competências ou da expansão da base de conhecimento do indivíduo. Aprender, nesse sentido, implica uma extensão do próprio mundo da vida do indivíduo, acrescentando algo. O processo de aprendizagem continua a ser introvertido – um reforço ou uma extensão do ego, e, portanto, o desenvolvimento da identidade. Na formação, no entanto, esse eu e o mundo da vida do indivíduo são colocados em jogo constante desde o início. A formação envolve, assim, sair constantemente de si mesmo ou transcender a si mesmo – ir além do seu próprio mundo da vida por meio da prática e do estudo. (MASSCHELEIN; SIMONS, 2013, p.49).

Formação, no contexto escolar, de acordo com os mesmos autores (2013, p.49) significaria “abrir o mundo para o aluno”. Qualquer conhecimento disponível, por exemplo, “é tornado parte do nosso mundo e (in)forma o mundo. Informa nosso mundo em duplo sentido: forma parte do mundo (que podemos então compartilhar) e *informa*, isto é, partilha algo como o mundo existente (e, desta forma, acrescenta algo ao mundo e o amplia)”. Corroborando com essa percepção acerca da formação, Ferreira (1993, p.220) afirma que, “o homem adquire certos conhecimentos, se instrui, se educa, se modifica, vai para além de si mesmo”. É nessa perspectiva que se institui um formação – notadamente uma formação escolar – que implica noção de aprendizagem, mas vai além dela.

Isso faz da escola um local único que guarda sua especificidade formativa. Portanto, de acordo com Masschelein e Simons (2013, p.45), “A escola não está separada da sociedade, mas é única, visto que é o local, por excelência, de suspensão escolástica e profanação pela qual o mundo é aberto”. Assim, os autores apontam a “suspensão” como uma característica que pode ser atribuída exclusivamente ao espaço escolar e que a distingue da sociedade, um local onde o aluno tem um tempo liberado para dedicar-se à sua formação “em suspensão”, objetivando sua transformação.

Segundo Masschelein e Simons (2013):

A suspensão, tal como entendemos aqui, significa (temporariamente) tornar algo inoperante, ou, em outras palavras, tirá-los da produção, liberando-o, retirando-o de seu contexto normal. É um ato de desprivatização, isto é, desapropriação. Na escola, o tempo não é dedicado à produção, investimento, funcionalidade ou relaxamento. Pelo contrário, esses tipos de tempo são abandonados. De um modo geral, podemos dizer que o tempo escolar é o tempo tornado livre e não é tempo produtivo. (MASSCHELEIN; SIMONS, 2013, p.32).

Isso não significa que o tempo escolar deva ser ocioso, pelo contrário, é o tempo em que o aluno está “suspenso”, livre de outras obrigações características da sociedade para dedicar-se exclusivamente à sua formação. Nesse sentido, o tempo (passado e futuro) é de certa forma interrompido, assim como são rompidas momentaneamente todas as relações e obrigações que estejam, eventualmente, ligadas ao aluno fora do contexto escolar. Assim, o aluno é atraído para o presente e em “suspensão” ele dedica-se exclusivamente à aquisição de conhecimentos e ao contínuo processo de sua formação.

A “suspensão” que aqui explicitada possibilita um “tempo livre” e exclusivo dedicado à formação, faz da escola um espaço diferenciado. Trata-se segundo Masschelein e Simons (2013, p.98), “de abrir o mundo e trazer o mundo (palavras, coisas e práticas que o compõe) para a vida. Isso é exatamente o que acontece no tempo escolar”. Ou seja, “garantir que o mundo fale com os jovens”. Assim, em “suspensão”, o aluno terá o tempo liberado das funcionalidades do mundo para que o mesmo se dedique exclusivamente à sua formação. Nesse “tempo livre” o que está em jogo é desfuncionalizar o conhecimento e torná-lo um objeto de estudo, pelo estudo. Assim, no trabalho escolar – quando de sua ação – não se pensa no que o ensino disto ou daquilo será útil da vida adulta para isto ou aquilo, mas o objetivo é fazer o aluno tomar contato com o objeto a ser ensinado, aprender e obter sua formação a partir do que foi ensinado e trabalhado nesse tempo escolar. O conhecimento nesse sentido perde, por assim dizer, sua função utilitária e se transforma em objeto de estudo. A ideia de “suspensão” portanto, é retirar o aspecto utilitário do conhecimento, tendo como foco os seus elementos constituintes.

Para elucidar essa questão, Masschelein e Simons (2013, p. 42) fazem referência a uma aula no interior de uma marcenaria, supondo que uma das disciplinas escolares nesse contexto seria o trabalho em uma oficina, cujo objetivo seria o de fabricar móveis. Primeiramente é preciso que se entenda que aquele móvel (objeto de estudo) que está sendo confeccionado naquela aula e naquele período em que está sendo fabricado, não precisará ser comercializado. Ele não precisa obedecer às especificações de um possível cliente que o tenha encomendado. É um objeto de estudo livre das funcionalidades características de uma marcenaria com fins comerciais. Naquele contexto portanto, o aluno pode errar e aprender com o erro, pois não existe um objetivo funcional a ser alcançado. Todo o conhecimento disponível naquele espaço portanto (oficina) deve estar aberto e ajustado para um novo significado, ou seja, o sentido daquele conhecimento num mundo em constante mudança pode e deve estar sempre sujeito a uma renovação.

É nesse sentido que Masschelein e Simons (2013) utilizam também o conceito de “profanação”, ou seja, a escola e o tempo em que o aluno se encontra naquele espaço são definidos pelos autores como:

Um tempo e lugar profanos, [...] referem a algo que é desligado do uso habitual, [...] algo no mundo que é, ao mesmo tempo, acessível a todos e sujeitos à (re)apropriação de significado. O conhecimento, por exemplo, mas também as habilidades que têm uma função especial na sociedade são tornados gratuitos e disponíveis para o uso público. A matéria de estudo tem precisamente esse caráter profano; o conhecimento e as habilidades são efetivamente suspensos dos caminhos em que a geração mais velha cuidou de colocá-los em uso em tempo produtivo, mas essa matéria *ainda não* foi apropriada pelos representantes da geração mais jovem. O importante aqui é que são precisamente essas coisas públicas – as quais, por serem públicas, estão, portanto, disponíveis para uso livre e novo – que proporcionam à geração mais jovem a oportunidade de experimentar as mesmas como uma *nova* geração. A típica experiência escolar – a experiência que é possibilitada pela escola – é exatamente aquele confronto com as coisas públicas disponibilizadas para uso livre e novo. (MASSCHELEIN; SIMONS, 2013, p.39-40).

A escola, portanto pode ser definida, por assim dizer, de acordo com os mesmos autores (2013, p.40) como o “tempo e o lugar para estudo e prática”. É preciso preconizar mais uma vez que escola não está apartada da sociedade, “tudo o que é tratado na escola está enraizado na sociedade, no cotidiano, mas transformado pelos atos simples e profundos de suspensão (temporária) e profanação” (2013, p.40). Assim, no exemplo da marcenaria citado acima, a fabricação de um determinado móvel acontece separadamente de um objetivo imediato a ser alcançado, o objeto fabricado é confeccionado pelo simples prazer ou desejo de aprender a fazê-lo.

Quando os alunos se encontram em um espaço escolar, fazem parte de uma comunidade única e diferenciada. Muitos não se conhecem, são oriundos de diferentes famílias e diferentes classes sociais, mas no espaço escolar, “em suspensão”, os alunos experimentam e compartilham algo em comum. Assim, gradativamente, pelo processo de formação, nessa convivência diária formativa, de acordo com Masschelein e Simons (2013, p.85) o aluno ativa “sua capacidade de renovar o mundo”. Esse deve ser o sentido da formação escolar e essa é a responsabilidade da escola enquanto instituição ao assegurar aos alunos a herança do legado humano, isto é, do mundo pelo qual esse aluno, no futuro, será responsável. Evidentemente a perspectiva de uma formação escolar que assume essa “responsabilidade” pelo mundo, tem na figura do professor, seu traço distintivo e fundamental. De acordo com a argumentação de Hannah Arendt (1972):

Essa responsabilidade não é imposta arbitrariamente aos educadores, ela está implícita no fato de que os jovens são introduzidos em um mundo em contínua mudança. Qualquer pessoa que se recuse a assumir a responsabilidade coletiva pelo mundo não deveria ter crianças e é preciso proibi-la de tornar parte em sua educação [...]. A qualificação do professor consiste em conhecer o mundo e ser capaz de instruir os outros acerca deste, porém sua autoridade se assenta na responsabilidade que ele assume por este mundo. Face à criança é como se ele fosse um representante de todos os habitantes adultos, apontando os detalhes e dizendo à criança: isso é o nosso mundo. (ARENDR, 1972, p.239)

Nesses termos, seria a escola o local mais adequado para que se desenvolva uma educação para a democracia articulada à ideia de cidadania e sua formação? Segundo Benevides (1996, p.228), sim: “a escola é o lócus privilegiado, embora sofra, atualmente, a concorrência de outras instituições como os meios de comunicação de massa. A escola continua sendo a única instituição cuja função oficial e exclusiva é a educação”. Fazendo uso de uma citação de Rousseau, Benevides (1996, p.228) afirma que: “A pátria não subsiste sem liberdade, nem a liberdade sem a virtude, nem a virtude sem cidadãos [...] Ora, formar cidadãos não é questão de dias e para tê-los adultos é preciso educá-los desde crianças”. Assim, embora não exista um caminho pronto e acabado para essa formação, pressupõe-se que a escola seja o fórum privilegiado para que se eduque para a cidadania, para a democracia e para os princípios éticos que lhe sejam coerentes.

É nesse sentido, portanto que a formação escolar pode preparar o indivíduo para que ele saiba fazer suas escolhas e justificá-las. Desta forma quais seriam então as responsabilidades educativas próprias do mundo escolar que se traduziriam em uma perspectiva favorável à formação para a cidadania, naquilo que a eleva como um valor vinculado aos Direitos Humanos? Como poderíamos balizar a organização e prática escolar

de forma coerente com a perspectiva de uma formação para a cidadania aqui discutida? É o que se pretende discutir no tópico seguinte.

#### **1.4 Requisitos de uma formação cidadã**

A perspectiva de formar para a cidadania se apresenta hoje como um ideal comum, inquestionável e de fácil aceitação. A legislação e os projetos pedagógicos construídos em nossas escolas usam demasiadamente este conceito, não raro banalizando-o.

Assim, é forçoso considerar, de acordo com Silva (2012, p.213) que “apenas a afirmação da necessidade de formar para a cidadania não elucida o modo pelo qual essa formação será conduzida na escola”. Ou seja, quando se busca a formação para a cidadania na escola pública é preciso que se tente encontrar uma resposta para determinadas perguntas tais como: qual cidadão se quer formar? De que forma buscar-se-á a formação desse cidadão? Assim, formar para a cidadania na escola requer a adoção de práticas coerentes com essa formação que envolvam professores, funcionários, direção e alunos cujo procedimento diário seja pautado pelo exemplo e condutas que possuam caráter formativo.

Na medida em que constitui um fundamento de uma formação cidadã a busca de si mesmo, tal perspectiva pode ser relevada e enfatizada através do contato com os diversos objetos de estudo constituintes do trabalho escolar, como literatura ou poesia, por exemplo.

De acordo com Carvalho (2002):

Ao ler os “bons poetas”, o aluno entra em contato com os feitos e personagens que merecem louvor ou censura, porque foram corajosos ou covardes, por exemplo. Ao se iniciarem na literatura de um povo, os alunos entram em contato com os dramas humanos e os valores neles envolvidos, com sentimentos e ações fundados na solidariedade e no egoísmo, no respeito ou no desrespeito ao outro. Aprendem, assim, a admirar ou desprezar condutas e nelas se espelhar em suas angustias e decisões. (CARVALHO, 2002, p.6).

Nesses termos, a formação para a cidadania poderá ser favorecida através do conhecimento sistematizado pelo qual a instituição escolar é responsável. É em razão do acesso à ação educativa escolar que o aluno terá a oportunidade de fazer suas escolhas quando inserido no mundo na condição de cidadão. O espaço escolar torna-se por excelência um espaço de formação para que o indivíduo vá para além de si mesmo, se transforme e seja capaz de pensar criticamente em função das diferentes tradições de conhecimento.

É nesse sentido que se espera que a instituição escolar propicie ao futuro cidadão o conhecimento de seus direitos, a consciência de suas obrigações e adquira no curso do

processo educativo uma formação que lhe possibilite acessar o mundo, herdá-lo, fazer suas escolhas, justificar essas escolhas e desenvolver a capacidade de respeitar o direito e o pensamento do outro.

Se a escola cumprir o seu papel no sentido da formação aqui explicitada, isso vai favorecer ao aluno a capacidade de analisar os problemas que surgirão com criticidade e com a mente aberta para continuar a aprender, estendendo seus horizontes no sentido de atuar como um agente transformador na sociedade em que vive.

De acordo com Valle (2001):

A principal tarefa da educação é, pois, a formação ética de seus cidadãos que, numa democracia, supõe a construção por parte de cada um, das condições a partir das quais ele poderá participar plenamente da vida comum, deliberando e refletindo sobre o que é a felicidade de todos. (VALLE, 2001, p.5).

Benevides (1996, p. 2) nos apresenta três elementos que em sua concepção seriam indispensáveis e interdependentes na formação para a cidadania e também para uma convivência democrática: formação intelectual e informação, educação moral vinculada a uma didática de valores republicanos e democráticos e uma educação para o comportamento:

*A formação intelectual e a informação* [...] se trata do desenvolvimento da capacidade de conhecer para melhor escolher, para melhor julgar. Para formar o cidadão é preciso começar por informá-lo e introduzi-lo às diferentes áreas do conhecimento. [...]. A falta, ou insuficiência de informações reforça as desigualdades, fomenta injustiças e pode levar a uma verdadeira segregação. [...]. *A Educação moral* vinculada a uma didática dos valores republicanos e democráticos, que não se aprendem intelectualmente apenas, mas sobretudo pela consciência ética[...], é a conquista de corações e mentes. *A educação do comportamento*, desde a escola primária, no sentido de enraizar hábitos de tolerância diante do diferente ou divergente, assim como o aprendizado da cooperação ativa e da subordinação do interesse pessoal ou de grupo ao interesse geral, ao *bem comum*. (BENEVIDES, 1996, p.3)

De acordo com Silva (2012, p. 218), “evidentemente, cada um desses segmentos possui um papel definido dentro da escola e, correspondente a eles, um tipo de responsabilidade”. Ferreira (1993), também corrobora com Benevides (1996) ao defender a ideia que o conhecimento intelectual é um importante elemento que dá suporte para a formação cidadã quando afirma que:

A escola é vista como um espaço político onde se deve ministrar um conjunto de disciplinas de maneira que o jovem adquira o saber necessário para não se deixar enganar. O conhecimento intelectual aparece como o suporte para a formação da cidadania, o instrumento básico para o salto qualitativo entre a consciência ingênua e a consciência crítica (FERREIRA, 1993, p.221).

No entanto, conforme preconizado acima, embora esses elementos sejam interdependentes e impliquem em uma responsabilidade diferenciada, todos são indispensáveis e devem ser trabalhados em conjunto quando se objetiva uma formação para a

cidadania. Assim, a aplicação plena de um deles no trabalho escolar não exige a escola do zelo em relação aos demais.

Esses elementos, dentro do contexto político que os caracteriza, exige – ao menos do ponto de vista legal – o acesso à educação escolar fundamental como um direito fundamental de cidadania e condição para ampliação e acesso a outros direitos.

No período que é objeto deste estudo não havia escola para todos bem como a democracia e a cidadania eram apenas conceitos preconizados na teoria por aqueles que governavam o país à época. No entanto, a prática pedagógica (além de outras categorias de análise que serão abordadas mais detalhadamente no último capítulo deste estudo) e os depoimentos que foram coletados a respeito da Escola Estadual “Dr. Reynaldo Kuntz Busch” no período em tela, nos remetem à ideia de que ali, naquele recorte temporal, pudessem existir práticas coerentes com a formação para a cidadania, apesar das limitações do período (a ditadura e as restrições de acesso a escola).

Atendo-se ainda as questões acima apresentadas por Benevides (1996), para que seja melhor entendido o seu sentido, é necessário compreendê-las a partir de práticas coerentes que sejam capazes de evidenciar os seus elementos constituintes.

Nesse sentido Silva (2012) afirma que:

Se a escola tem como responsabilidade e dever moral, aparentemente consensuais, a formação do cidadão, é sua tarefa refletir acerca de como deve ser feita essa formação. O êxito de um projeto norteado por esse fim não se alcança com a simples intenção de realizá-lo. O Projeto pedagógico deve ser fruto do esforço coletivo do corpo docente e da equipe de coordenação, servindo a um ensino que vise a formação para a cidadania, não de forma retórica apenas, mas baseado em práticas concretas pelas quais tais valores possam ser presenciados e aprendidos. Práticas que vêm a compreender o sentido mesmo da expressão escola pública. (SILVA, 2012, p. 224).

Um projeto pedagógico que norteie um ensino que tenha como objetivo a formação para a cidadania não era uma prática comum no período que é objeto deste estudo. A autonomia da escola naquele período não se configurava na prática.

De acordo com Azanha (1998):

...desde o “Manifesto dos pioneiros da Educação Nova” até a Lei nº - 5692/71, o uso da palavra “autonomia” foi escasso nos documentos educacionais e, em nenhum momento, teve um significado que fosse mobilizador do magistério e indicativo de uma direção na solução de problemas educacionais. Até mesmo a norma do regimento próprio de cada escola que a Lei nº - 5692/71 manteve no parágrafo único do seu art. 22 foi, na prática, cancelada nos arts. 71 e 81, nos quais se permitiu a adoção de regimento comum pelas administrações de sistemas de ensino. E esse cancelamento efetivamente ocorreu em São Paulo, tanto no nível do Município como no do Estado, onde foram instituídos regimentos comuns para as respectivas redes escolares. (AZANHA, 1998, p. 18-19).

No entanto, embora naquele período a legislação não estabelecesse a autonomia necessária para que cada escola da rede estadual construísse sua própria proposta pedagógica, a visão empírica do trabalho desenvolvido pela Escola Estadual “Dr. Reynaldo Kuntz Busch” nos proporciona a ideia de que, embora o projeto não existisse no aspecto formal, era possível enxergar, através das práticas, a existência de um projeto pedagógico naquela escola, ainda que informal. Essa questão está mais bem explicitada adiante no capítulo deste estudo que trata da experiência desenvolvida na E.E. “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”. Assim, acredita-se que para que uma escola desenvolva um projeto pedagógico na prática, neste caso específico, ele poderá ser “fruto da consciência e do esforço da coletividade escolar”.

Como preconiza Azanha (1998):

A escola, ou melhor, o mundo escolar é uma entidade coletiva situada num certo contexto, com práticas, convicções, saberes que se entrelaçam numa história própria em permanente mudança. Esse mundo é um conjunto de vínculos sociais fruto da adesão ou da rejeição de uma multiplicidade de valores pessoais e sociais. A ideia de um projeto pedagógico, visando a melhoria desse mundo com relação às suas práticas específicas, será uma ficção burocrática se não for fruto da consciência e do esforço da coletividade escolar. (AZANHA, 1998, p. 23).

Acredita-se que Azanha (1998) aborda neste trecho o sentido da construção de um Projeto Pedagógico. Assim, a construção de um Projeto Pedagógico, no sentido aqui explicitado pelo autor se adéqua à Escola Estadual “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”, no período que é objeto deste estudo. Naquele contexto, os valores aqui defendidos por Azanha, nos remetem a ideia de que havia um projeto pedagógico no “Kuntz”, ainda que informal. Essa questão, como já dito anteriormente, poderá ser melhor compreendida no último capítulo deste estudo.

No momento em que se abordam aqui as práticas coerentes com a formação para a cidadania, convém observar que Benevides (1996, p.225) faz uma interessante reflexão sobre uma das dimensões de formar para a democracia e conseqüentemente para a cidadania. A autora afirma que, “a educação para a democracia consiste na formação do cidadão para viver os grandes valores republicanos e democráticos”.

Benevides (1996) completa sua reflexão afirmando que;

A educação como formação e consolidação de tais valores torna o ser humano ao mesmo tempo mais consciente de sua dignidade e a de seu semelhante o que garante o valor da solidariedade – assim como mais apto a exercer a sua soberania enquanto cidadão. (BENEVIDES, 1996, p.225).

Assim acredita-se que formar para a cidadania inclui também uma educação para a democracia. Assim, Benevides (1996, p.225) afirma que, em uma educação para a democracia

é indispensável que os conhecimentos básicos da vida social e política sejam trabalhados paralelamente a uma formação ética.

Compreende-se, portanto que a ideia de educar para a cidadania está atrelada a conceitos como ética e democracia. Porém para que não se confundam as coisas é preciso entender a escola em sua especificidade como um espaço educacional. E nesse sentido a democracia em âmbito escolar, não significa uniformidade de direitos entre todos na escola.

Nesse aspecto, Carvalho (2004) afirma que:

Numa sala de aula, assim como numa família, os cidadãos tem papeis sociais distintos, e ignorar tal especificidade significa abolir um dos procedimentos que presidem o funcionamento dessas instituições.(...) a igualdade que une os cidadãos em face das leis, dos deveres, dos direitos da cidadania e do espaço político não pode ser transportada mecanicamente para o ambiente escolar. A relação pedagógica pressupõe diferenças, que, no contexto escolar, traduzem-se numa certa hierarquia”.(CARVALHO, 2004, p.331).

Assim, a escola como instituição é dotada de atores que representam papéis diferentes. Cada ator, dentro do contexto escolar, tem sua função dentro de uma instituição com regras e hierarquias específicas e características dessa instituição, cujo objetivo principal deve ser a formação. Essas diferenças devem ser respeitadas. Democracia, portanto não implica em libertinagem ou inversão de papéis, mas o respeito às normas de convivência que podem até ser construídas democraticamente com a participação de todos os envolvidos, mas que devem estabelecer o papel de cada um no contexto escolar, sob pena de, ao não fazê-lo, comprometer o funcionamento da instituição escolar e seus objetivos.

Nesse sentido, entende-se, portanto que uma das maneiras de formar para a cidadania, abrangendo também o sentido de ética e democracia, pode ser feito essencialmente pela conduta, pelo testemunho de vida e pelo exemplo de todos aqueles que estão envolvidos no processo educacional dentro do ambiente escolar.

É o que afirma Carvalho (2002) a respeito:

É sendo um professor justo que ensinamos o valor de o principio de justiça aos nossos alunos, sendo respeitosos e exigindo que eles também o sejam é que ensinamos o respeito, não como um conceito, mas como um exemplo de conduta. (CARVALHO, 2002, p.166).

Carvalho (2002) avança ainda mais em suas reflexões a respeito e afirma que os valores relativos aos Direitos Humanos, à democracia e à cidadania como um eixo norteador das práticas educativas e de nossas ações como educadores:

Os ideais e os valores dos direitos humanos, da democracia e da cidadania podem e devem ser vistos não só como temas geradores de aulas, como ideais a serem transmitidos às novas gerações, mas como eixos norteadores de nossas práticas educativas, como princípios inspiradores não só dos nossos discursos, mas de nossas ações educativas. (CARVALHO, 1998, p.37).

Diante da citação acima, podemos refletir também acerca do trabalho do professor e de todos aqueles que no espaço escolar de alguma forma “educam” como, por exemplo, os funcionários (pessoal da secretaria e os responsáveis pela limpeza das unidades escolares) que embora exerçam funções administrativas, estão sendo observados diariamente pelos alunos. Todas essas pessoas exercem uma função pública e como tal também compartilham uma responsabilidade de participação ativa na ideia de formação para a cidadania.

Assim, educar para a cidadania torna-se uma tarefa de todos os envolvidos com a escola e requer um esforço conjunto que terá como objetivo final a formação de um cidadão que tenha acesso a toda diversidade de tradições e conhecimentos, venha a ter plena consciência de seus deveres e de seus direitos e que no futuro saiba fazer suas escolhas e tenha o discernimento necessário para justificar essas escolhas.

É preciso lembrar que o simples conhecimento das regras e dos valores éticos e morais que diariamente devem fazer parte do contexto escolar concomitantemente à transmissão do conhecimento intelectual, não garantem que esses valores serão respeitados (Silva, 2013, p.213). É preciso que os hábitos de comportamento desejáveis para uma formação cidadã no ambiente escolar de acordo com os conceitos que estão sendo abordados neste estudo sejam praticados por todos aqueles que estão direta ou indiretamente envolvidos com essa formação, indistintamente.

De acordo com Carvalho (2001):

É sendo um professor justo que ensinamos o valor e o exemplo da justiça aos nossos alunos, sendo respeitosos e exigindo que eles também o sejam é que ensinamos o respeito, não como um conceito, mas como um princípio de conduta. Mas é preciso ainda ressaltar que o contrario também é verdadeiro, pois se as virtudes, como o respeito, a tolerância e a justiça são ensináveis também o são os vícios, como o desrespeito, a intolerância e a injustiça. E pelas mesmas formas (CARVALHO, 2001, p.08).

Ou seja, a partir dessa reflexão poder-se-ia tentar complementar a ideia do autor com um exemplo prático: os alunos teriam muita dificuldade em compreender o sentido dos princípios de ética e democracia - quando esse conteúdo estiver sendo ensinado - se alguns desses princípios estiverem sendo desrespeitados por um determinado membro da comunidade escolar (diretor, professor ou funcionário administrativo).

Silva (2012), também corrobora com essa idéia nesta reflexão:

O que se pode esperar, tendo em vista formação do futuro cidadão, de uma escola rigorosa quanto ao horário de entrada dos alunos e que faça vistas grossas a falta de pontualidade dos professores? Ou da adoção de dois pesos e duas medidas nas regras de convivência para alunos e professores? (SILVA, 2012, p.223).

Portanto, se é fundamental ensinar ética, por exemplo, é preciso que o comportamento diário de quem ensine seja pautado pela ética. Assim, a conduta de todos aqueles que diariamente são observados pelos alunos dentro do espaço educativo que é a escola, talvez seja uma das formas mais eficientes de democraticamente transmitir os princípios mais elementares da cidadania.

Nesse sentido, Ferreira (1993) afirma que:

O bem agir, tão defendido pelos gregos antigos, vinculava o saber a uma prática: a formação de hábitos morais e de atitudes responsáveis, integradas com os fins da sociedade. O exercício do poder demanda, pois, um sentido moral, sem o qual se pode ter gênios de caráter, cientistas sem ética e cidadãos desumanos. Poder-se-ia perguntar se é possível ensinar valores e como fazê-lo. Respondemos: não é nas solenes declarações de princípios que se manifestam a solidariedade, a fraternidade, a não ser sendo solidário de mil formas na vida cotidiana. (FERREIRA, 1993, P.224).

As afirmações de Carvalho (2001), Silva (2012) e Ferreira (1993), sintetizam uma ideia a respeito de alguns requisitos necessários e coerentes com uma formação para a cidadania, de acordo com os objetivos desta investigação. No próximo capítulo deste trabalho, será apresentado o contexto em que foi criada a Escola Estadual “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”, que surgiu quase concomitantemente ao processo de emancipação que criou o município de Praia Grande, desmembrado de São Vicente na década de 1960. Será abordada também a questão da denominação da escola que foi alvo de várias mudanças desde sua instalação, além de alguns aspectos da cultura escolar do período relacionada à realidade do “Kuntz”.

Figura 03 – Praia Grande pouco depois da emancipação



Vista parcial da cidade pós-emancipação

Fonte: Acervo pessoal de Claudio Diaz Sterque

Figura 04 – Praia Grande após a emancipação



Vista parcial de Praia Grande pouco depois da emancipação da cidade

Fonte: Acervo da Secretaria de Cultura e Turismo de Praia Grande

Figura 05 – O Museu da cidade



Vista parcial do Museu da Cidade

Fonte: Acervo pessoal de Claudio Diaz Sterque

## **CAPITULO 2**

### **O CONTEXTO DA ESCOLA**

## 2 O CONTEXTO DA ESCOLA

Neste capítulo serão abordadas algumas questões históricas relativas ao contexto da escola: a emancipação político administrativa do município de Praia Grande que ocorreu quase concomitantemente ao surgimento da escola, os aspectos históricos que deram origem à criação da primeira unidade educacional da rede estadual na cidade e os seus desdobramentos políticos. Será abordada ainda a questão da denominação da escola, cujo nome foi alterado por iniciativa do Governo do Estado na década seguinte à sua criação e a importância e relevância da escola para a comunidade praiagrandense nos primeiros anos posteriores à sua instalação.

### 2.1 A emancipação político-administrativa de Praia Grande

O município de Praia Grande é relativamente jovem, não conta ainda com 50 anos de existência uma vez que sua emancipação político administrativa só ocorreu em 19 de janeiro de 1.967. Até o início dos anos 60, Praia Grande era apenas um bairro de São Vicente e a constituição de sua autonomia como município foi o resultado de uma luta que começou na década anterior ao desmembramento, mais precisamente em 1953.

De acordo com Siqueira, Calis e Silva (2002):

A emancipação política não aconteceu de repente, nem foi vontade de uma pessoa só. As pessoas que aqui moravam não estavam contentes com os problemas que enfrentavam como a falta de saneamento, escolas, transporte, hospitais, abastecimento de água, luz, vias de acesso. Por isso os moradores do bairro de Solemar viram a possibilidade de se desmembrar de São Vicente e de Praia Grande ganhar autonomia. Em 1953, Julio Secco de Carvalho, liderou o movimento juntamente com Nestor Ferreira da Rocha, Heitor Sanchez, Israel Grimaldi Milani e Dorivaldo Loria Junior, entre outros. (SIQUEIRA; CALIS; SILVA, 2002, p.11).

Portanto, o primeiro movimento pró-emancipação ocorreu no início da década de 50 no distrito de Solemar por iniciativa de Julio Secco de Carvalho. Naquela oportunidade a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo vetou a emancipação e a primeira tentativa de desmembramento não obteve êxito. A população do então bairro de Praia Grande, inconformada com a decisão mobilizou-se através de diversas iniciativas e a luta pela emancipação tornar-se-ia uma verdadeira batalha que se seguiu através dos 14 anos seguintes. O município de São Vicente foi notadamente contrário à ideia do desmembramento e tentava barrar todas as iniciativas nesse sentido sempre por vias judiciais. Segundo Toschi (1999, p.94) no início da década de 60, “São Vicente arrecadava cerca de Cr\$. 2 Bilhões em Praia

Grande e ali aplicava menos do que Cr\$. 100 milhões”. Os moradores do então bairro se sentiam abandonados pelo poder público municipal e reivindicavam a emancipação uma vez que os impostos ali arrecadados não eram aplicados no desenvolvimento do populoso bairro (SIQUEIRA; CALIS; SILVA, 2002, p.11). Assim, no final dos anos 1950, o movimento pró-emancipação de Praia Grande ganhou força, sendo formada outra comissão que daria seqüência à luta pelo desmembramento.

Segundo o primeiro Prefeito eleito de Praia Grande, Dorivaldo Loria Junior:

*O movimento de emancipação de Praia Grande surgiu pela falta de água, luz, escolas, a falta de transporte público, uma vez que o ônibus só transitava até a Cidade Ocian e circulava pela areia da praia, pois não havia calçamento na cidade e todos nós começávamos a lutar por dias melhores. Eu era amigo íntimo e até poderia ser considerado um filho adotivo do Dr. Hilário Torloni que foi líder da emancipação de Praia Grande e também do Deputado Oswaldo Samuel Massei que foi Prefeito do município de São Caetano do Sul e residia em Praia Grande. Em 1959 eu me reuni com essas pessoas em meu comercio e idealizamos as comissões do movimento pró-emancipação, composta pela minha mãe Zilda Batista Loria, pelo comerciante mais antigo da época Israel Grimaldi Milani e por Luiz dos Santos Reis em uma segunda etapa. (LORIA JUNIOR, primeiro Prefeito eleito).*

Em 1963, foi realizado um plebiscito e o resultado favorável à emancipação foi referendado pela Assembléia Legislativa. Entretanto, o Prefeito de São Vicente à época impetrou mandado de segurança e as eleições para Prefeito foram suspensas até o mérito fosse julgado pelo Tribunal de Justiça.

Era natural que São Vicente fosse contrário à ideia do desmembramento. Perder o território do então distrito de Praia Grande significava perder 24 km. ininterruptos de praias até a divisa com Mongaguá, ou seja, praticamente 50% da área que hoje compõe o atual município de São Vicente.

De acordo com Siqueira, Calis e Silva (2002),

Houve muita resistência por parte de São Vicente, pois significava a perda de 24 quilômetros de praias. Foi realizado em 1963 um plebiscito, que é a maneira pela qual a população faz sua escolha através do voto. Mas isso não garantiu ainda a emancipação da cidade. (SIQUEIRA; CALIS; SILVA, 2002, p.11).

Depois de muitos mandados de segurança, recursos e embargos promovidos por ambas as partes, Praia Grande conquistaria definitivamente sua emancipação no início de ano de 1967.

Acerca do fato, Siqueira, Calis e Silva (2002) descrevem que:

Só em 19 de janeiro de 1967 a emancipação aconteceu. O Engenheiro Nicolau Paal foi nomeado interventor federal no município com instalação provisória da prefeitura no Ocian Praia Clube. A primeira eleição municipal na Praia Grande foi realizada em 15 de novembro de 1968, tendo como prefeito Dorivaldo Loria Junior. (SIQUEIRA; CALIS; SILVA, 2002, p.11).

Figura 06 – Praia Grande antes da emancipação



Vista parcial de Praia Grande pouco antes da emancipação da cidade

Fonte: Acervo da Secretaria de Cultura e Turismo da Prefeitura de Praia Grande

O pleito que elegeu o primeiro prefeito da cidade deveria ter ocorrido no ano anterior à emancipação, contudo em razão do período de exceção e do governo militar, as eleições em todo o país estavam suspensas. Assim, por ocasião da instalação oficial do município recém criado, antes que fosse eleito o primeiro prefeito, a cidade foi governada por 2 interventores, Nicolau Paal (Interventor Federal) e Paulo de Souza Sandoval (Interventor Estadual).

De acordo com Sterque (2002):

Em 9 de janeiro, o Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, nomeou o eng. Nicolau Paal como interventor Federal. Em 19 de janeiro de 1967, instala-se o Município de Praia Grande em cerimônia realizada na sede do Oclan Praia Clube, onde foi instalada provisoriamente a Prefeitura do Município. O ato oficial foi presidido pelo Dr. Lincoln Feliciano, interventor federal em São Vicente. Em fevereiro de 1968 é nomeado o 2º interventor Estadual, o Dr. Paulo de Souza Sandoval. Em 15 de novembro de 1968 é realizado o 1º pleito municipal. Em 1º de janeiro de 1969 toma posse o primeiro prefeito eleito, Sr. Dorivaldo Loria Junior, tendo como vice, o Sr. Leopoldo Estasio Vanderlinde. (STERQUE, 2002, p.7)

Com a conquista da autonomia, a nova cidade teria que começar a resolver seus diversos problemas. Por ocasião da emancipação, por exemplo, o único acesso à Praia Grande era a Ponte Pênsil, construída em 1914, e que depois do desmembramento já não atendia satisfatoriamente a demanda de veículos que já circulava pela nova cidade. Como a ponte comporta o tráfego de veículos em apenas um fluxo de direção, quem viesse pelo sentido oposto nos dias de muito movimento tinha que esperar horas para atravessá-la em direção à Praia Grande, ou voltar, no sentido inverso. Embora configurasse, já naquela época, um monumento de grande valor histórico, ela não atendia ao fluxo de veículos que nela trafegava diariamente com destino ao novo município. Isso, de alguma forma, dificultava o tráfego de estudantes praiagrandenses aos Ginásios e Colégios das cidades vizinhas.

Figura 07 – A Ponte Pênsil – Inaugurada em 1914



A Ponte Pênsil nos anos 60 era a única ligação com o município recém criado

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo de Praia Grande

O município de Praia Grande surgia, portanto como uma cidade carente de vários recursos: o sistema de transporte era precário, o sistema de telefonia praticamente inexistia uma vez que até para as ligações locais era necessário o auxílio da telefonista, quase nenhuma rua era pavimentada, poucas vias dispunham de iluminação pública.

Em relação à educação, de acordo com o primeiro Prefeito eleito da cidade, existiam apenas seis grupos escolares que ofereciam educação até a 4ª série primária (hoje correspondente às 4 primeiras séries do Ensino Fundamental):

*No período que antecedeu a emancipação, existiam em Praia Grande: O Grupo Escolar do Jardim Mathilde, próximo a Fortaleza de Itaipu, o Grupo Escolar Beatriz Forbes, no Jardim Guilhermina, o Grupo Escolar de Vila Mirim, próximo ao centro geográfico do município, o Grupo Escolar Pautilio Barbosa, no Jardim Icarai (ao lado do antigo campo de pouso na Aviação), O Grupo Escolar Julio Secco de Carvalho, em Solemar e uma sala de aula no bairro do Tude Bastos, que funcionava na residência de uma moradora do bairro (a Sra. Tarcisa). (LORIA JUNIOR, ex-prefeito).*

Assim, na época, o poder público não oferecia em Praia Grande nenhuma escola, pública ou particular, que atendesse à demanda dos estudantes que concluíam a 4ª série primária e queriam prosseguir estudos. Como os institutos estaduais de educação eram os que ofereciam o curso ginásial na época com uma melhor qualidade de ensino, Praia Grande, ainda na condição de um bairro, necessitava de um Ginásio escolar próprio.

## 2.2 As origens da Escola Estadual “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”

Paralelamente ao esforço da população pela conquista da emancipação, iniciava-se, em 1964, a luta para que Praia Grande pudesse contar com um Ginásio do Estado. Naquela oportunidade, o curso ginásial na esfera pública era oferecido somente pela rede estadual e as

escolas então existentes na região não atendiam à demanda. Havia também a dificuldade do exame de admissão ao ginásio que era uma espécie de vestibulinho para que o aluno pudesse ingressar na 1ª série ginasial, hoje correspondente ao 6º ano do ensino fundamental. A escola mais próxima que oferecia o ginásio era o “Instituto Educacional do Estado Martim Afonso”, no centro de São Vicente, o que criava mais dificuldades ainda para os estudantes de Praia Grande.

Foi então que o Prof. Olindo Cavariani, que na época ocupava o cargo de Delegado de Ensino Secundário de Normal de Santos, mobilizou-se juntamente com Oswaldo Toschi, no sentido de resolver essa questão. Toschi, que residia em Praia Grande, representava o bairro como Vereador na Câmara Municipal de São Vicente.

Segundo Toschi (1999):

Diante da situação existente, o vereador Oswaldo Toschi apresentou um projeto de lei, visando transformar uma praça com cerca de 7.000 metros quadrados, denominada Praça Guarani, no Boqueirão de Praia Grande, em local para que o município construísse um ginásio educacional. O projeto tramitou em caráter de urgência na Câmara Municipal de São Vicente e foi aprovado por unanimidade, passando a ser a Lei nº 1.095, de 04/02/65, sancionada pelo então prefeito Charles de Souza Dantas Forbes. (TOSCHI, 1999, p.93).

Com a aprovação da cessão da área pela Câmara Municipal de São Vicente, as obras deveriam ser iniciadas.

De acordo com Toschi (2003):

Em companhia do professor Olindo Cavariani, Toschi foi ao encontro do Prefeito. O mesmo informou ter feito uma tomada de preços. O anteprojeto era de um retângulo com, aproximadamente, 638 metros quadrados de área construída, compreendendo terraço em toda a frente, diretoria, secretaria, seis salas de aula, sala de professores, galpão, seis sanitários femininos, seis masculinos, sendo uma sala destinada ao laboratório. (TOSCHI, 2003, p.100).

O início das obras ocorreu em março de 1965, sendo que uma parte do custo foi bancada através de doações espontâneas dos moradores de Praia Grande. Em pouco mais de 3 meses do início da construção, o prédio estava pronto.

Segundo Toschi (2003):

O custo total da obra importou na quantia de 24 milhões e 125 mil cruzeiros para os cofres da municipalidade vicentina, e mais 5 milhões e 500 mil cruzeiros conseguidas através de doações de dinheiro e materiais feitos pelo povo de Praia Grande, estando esses donativos devidamente registrados, especificando os nomes dos contribuintes, tudo contabilizado pela Diretoria da Fazenda da Prefeitura Municipal de São Vicente. (TOSCHI, 2003, p.101).

Um importante depoimento acerca do que foi relatado até aqui, foi prestado pelo Prof. Olindo Cavariani – hoje, com 94 anos de idade - que na época teve uma importante participação na conquista dessa nova unidade escolar para Praia Grande.

Assim ele descreve a história da criação do primeiro Ginásio Estadual de Praia Grande:

*Aqui cheguei no mês de agosto de 1964 em pleno regime militar, vindo de Monte Aprazível. Exercia o cargo de Inspetor Regional do Ensino Secundário e Normal e que nas sucessivas reformas passou a ser Delegado Regional do Ensino Secundário e Normal, Diretor da Divisão Regional de Educação e finalmente Dirigente Regional de Ensino, todos com sede em Santos. A rede de ensino, com raras exceções era muito precária e distribuída em locais isolados e de difícil acesso. Chegavam-me muitas solicitações ligadas ao ensino do Estado. Dentre elas, uma entregue pessoalmente pelo vereador Oswaldo Toschi de se criar o primeiro Ginásio Estadual no Distrito de Praia Grande para atender os anseios dos alunos que concluíam o Curso Primário, de continuar os seus estudos. No entanto, para torná-lo viável teríamos que transpor a primeira barreira; o prédio escolar. O Vereador Oswaldo Toschi, examinado o projeto, apresentou a seguinte sugestão: ele mesmo o faria em forma de mutirão. Devidamente autorizado, iniciou a pesada tarefa, um intensivo trabalho de manhã até o anoitecer, de sol e chuva, de segunda a sábado. Mesmo assim, os operários se mostravam dispostos e conscientes de que ali estavam construindo uma vida melhor para os seus familiares com mais fácil acesso à educação. O apoio e cooperação vieram de todos os setores da comunidade praiana, através de expressivas doações em dinheiro, materiais e serviços. Assim, o prédio e respectivas dependências ficaram prontas na data aprazada e entregue a Prefeitura. O custo da obra, toda ela com material e serviços de primeira qualidade, ficou bem abaixo do valor de mercado. No dia 28 de julho de 1965 foi inaugurada e elogiada pelo então Governador Adhemar de Barros em clima de festiva alegria com banda de música e presença de autoridades, deputados, vereadores e políticos. Hoje a Escola Estadual “Dr. Reynaldo Kuntz Busch” é referencia de modelar ensino naquela região escolar. É como dizem os latinos ao terminar uma grandiosa obra e com sucesso – FINIS CORONAT OPUS! (CAVARIANI, ex-dirigente de Ensino de Santos)*

Figura 08 – Fachada do Ginásio Estadual de Praia Grande



Aspecto do Ginásio do Estado de Praia Grande alguns dias antes da inauguração

Fonte: Acervo da Secretaria de Cultura e Turismo de Praia Grande

Assim, escola foi inaugurada em 28 de julho de 1.965, com a presença do então governador do Estado de São Paulo, Adhemar de Barros. O prédio funcionaria, inicialmente, como uma extensão do Instituto Educacional do Estado “Martim Afonso”, com 4 classes do curso de admissão ao Ginásio. A primeira secretária da escola, Suely Toschi, descreve assim o início do funcionamento da escola recém-inaugurada:

*Nós abrimos a escola com as inscrições para o curso de CPA- Curso Preparatório para Admissão. Isso porque de agosto ate dezembro, a escola funcionou como uma extensão do “Instituto de Educação Martim Afonso” de São Vicente. Tanto que nas férias de janeiro, em 1966, eu fui para o “Martim Afonso” para aprender toda a escrituração relativa ao Ginásio que seria implantado naquele ano. Portanto, foi somente em 1966 que teve início, na escola, efetivamente o Curso Ginásial. (TOSCHI, ex-secretária).*

Figura 09 – Notícia publicada no jornal “A Tribuna” nos anos 60



O jornal “A Tribuna” de Santos  
noticiava em 1.965 a inauguração da nova escola ainda em São Vicente  
Fonte: Acervo do jornal “A Tribuna”

Figura 10 – Ata de inauguração do Ginásio Estadual de Praia Grande

Inauguração do 1º Ginásio Estadual na Praia Grande

No dia 28 de Julho de 1965 foi oficialmente inaugurado pelo Sr. Governador do Estado, D. Adhemar Pereira de Barros o Ginásio Estadual de Praia Grande a cujo prédio foi construído pelo Vereador Oswaldo Toschi os elementos ligados a iniciativa resolveram denominá-lo - Predio Circe Sanchez Toschi, esposa do Vereador.

Pela Prefeitura Municipal de São Vicente foi oferecido as autoridades, um almoço no "Restaurante LAGOSTA" ao qual compareceram pessoas.

O Sr. Governador e ornitiva, as 14 horas tomaram o helicóptero de frente ao "LAGOSTA" para seu regresso a São Paulo.

Nota: Por feliz circunstancia nesse dia cumpriu 20 anos de idade nossa primeira Neta - Suely Sanchez Toschi.

São Vicente, 28. VII. 1965

D. Adhemar Pereira de Barros  
Governador do Estado

Leonor Mendes de Barros  
D. Leonor Mendes de Barros

D. Alexandre Souza Dantas Forbes  
Prefeito de São Vicente

Eng. Sylvio Fernandes Lopes . Prefeito de Santos

Alvaro Fontes  
Presidente da Câmara Municipal de Santos

A ata de inauguração do Ginásio Estadual de Praia Grande. Observa-se no documento a assinatura do Governador do Estado de São Paulo, Adhemar de Barros que presidiu o ato, juntamente com sua esposa, o Prefeito de São Vicente, o Prefeito de Santos e o Presidente da Câmara Municipal de Santos.

Fonte: Acervo da Secretaria de Cultura e Turismo de Praia Grande

Figura 11 – Sala de aula do Ginásio Estadual de Praia Grande



Uma das seis salas de aula da escola recém inaugurada

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo de Praia Grande

Com a inauguração do estabelecimento, inicialmente como uma extensão do Ginásio do Estado “Martim Afonso” de São Vicente, teria início uma nova luta para que a escola funcionasse como uma instituição autônoma. Novamente, o Prof. Olindo Cavariani mobilizou-se em conjunto com o Vereador Oswaldo Toschi, nesse sentido. De acordo com Toschi (2003, p. 102), um projeto nesse sentido já tramitava na Assembléia Legislativa e, no dia 14 de Abril de 1.966, o Conselho de Educação autorizou o funcionamento o Ginásio como instituição autônoma, passando a adotar o nome de Ginásio Estadual de Praia Grande. O primeiro diretor nomeado da nova escola foi o Prof. Roque Sandoval.

Figura 12 – Prof. Roque Sandoval – o 1º diretor



Prof. Roque Sandoval – Primeiro diretor do Ginásio Estadual de Praia Grande

Fonte: Acervo da Secretaria de Turismo e Cultura da Prefeitura de Praia Grande

A primeira turma do curso ginásial, com apenas 12 alunos, formou-se no ano de 1.967. O Prof. Roque Sandoval permaneceria à frente da escola nos 3 anos iniciais de sua existência, vindo com sua família do interior de São Paulo, especialmente para assumir a direção do novo Ginásio recém inaugurado. Enquanto esteve à frente na direção do estabelecimento, o novo Diretor conquistou o respeito de todos em razão de sua cultura e do seu perfil essencialmente diplomático, conforme relatos dos professores e alunos que conviveram com ele à época. No início de 1969, o Prof. Roque optou por deixar a direção e reassumir suas atividades como docente na disciplina de “Trabalhos Manuais”.

Figura 13 – O primeiro Corpo docente da Escola



O Diretor Roque Sandoval junto ao primeiro grupo de professores do Ginásio em 1966

Da esquerda para a direita: Prof. Walter (Ciências), Prof. Juarez (Francês), Profª. Nanci (Português), Profª. Dulce (Trabalhos Manuais), Prof. Roque (diretor), Profª. Silvia (canto), Profª. Zeni (Matemática), Prof. Yolanda (História), Sra. Suely (Secretária da Escola), Profª. Margarida (Inglês) e Prof. Valdemar (Desenho e T. Manuais)

Fonte: Acervo pessoal da Profª. Nanci Gmeiner Ponce Amieiro

Com o afastamento do Prof. Roque Sandoval, no final de 1968, assumiu a direção o Professor da disciplina de Geografia, Alfredo Ponce Amieiro, que permaneceria como diretor até o final de 1970. O Prof. Alfredo, segundo alunos e professores da época, adotou um regime de muita disciplina e austeridade em sua gestão, durante os dois anos que permaneceu à frente da direção. Em janeiro de 1971, o Professor Enil Fonseca ingressaria na direção após aprovação em concurso público, sendo, portanto, o primeiro diretor efetivo da unidade. No entanto, logo no início do ano letivo, em fevereiro, Enil foi afastado para atuar como

Supervisor Escolar, junto a Delegacia de Ensino. Assim, o Professor de Educação Física da escola Aduato Marcondes Freire assumiu e permaneceu na direção do “Kuntz” durante toda a década de 1970, na condição de diretor substituto. Em 28 de abril de 1970, através do decreto nº 52.443, a escola passou a denominar-se Colégio Estadual de Praia Grande e foi autorizada a abrir classes do ciclo colegial. No início de 1971, foram abertas as primeiras classes de 2º grau, que formaria sua primeira turma no final de 1973. Dois anos depois, através de uma lei promulgada pelo então Governador do Estado Paulo Egydio Martins, o “Colégio Estadual”, nome pelo qual a escola era conhecida na cidade, já que foi a primeira a ser instalada e única que naquela oportunidade oferecia do 2º grau, passou a se chamar a partir de então Escola Estadual de 1º e 2º graus “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”, denominação que permanece até hoje.

### ***2.2.1 Os desdobramentos políticos nas origens da escola***

A construção do Ginásio Estadual de Praia Grande, em 1965 acabou por ocasionar a cassação do mandato eletivo de seu idealizador, o Vereador Oswaldo Toschi. Cerca de 30 dias depois de sancionada a lei que autorizaria a construção do ginásio pela Câmara Municipal de São Vicente, o então Prefeito daquela cidade, de acordo com Toschi (2003, p. 100), estaria relutando em cumprir a referida lei, dando início às obras sob a alegação de falta de verbas. Havia ainda, segundo Toschi (2003, p.100), um orçamento de construção com um valor elevado. O vereador Toschi, então, ofereceu-se para coordenar a construção, garantindo que a obra teria um custo menor. De acordo com Toschi (2003, p.100), o vereador vicentino comprometeu-se ainda a construir a escola com a verba disponível, angariando junto à comunidade praiagrandense todo o material de construção necessário, além da verba que, eventualmente, faltasse para que a obra fosse concluída. Com a concordância do Prefeito, Oswaldo Toschi passou a orientar e coordenar a construção.

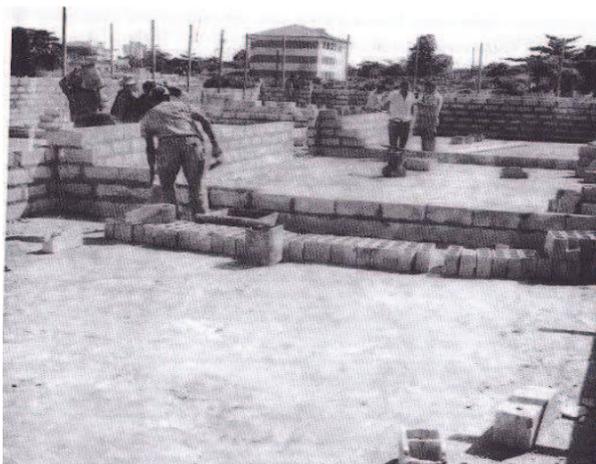
Por ser o único vereador que representava o antigo bairro de Praia Grande junto à Câmara de São Vicente, com a proximidade da emancipação do município, Oswaldo Toschi seria um candidato natural a Prefeito, com boas chances de vencer o pleito. Assim, algumas forças políticas contrárias passaram a articular uma acusação contra Toschi, alegando que ele teria cometido um crime que, mais tarde, configurar-se-ia no motivo de sua cassação. “A justificativa foi de que ele coordenou a construção de um ginásio sem concorrência pública” (Toschi, 2002, p. 113). Assim, após uma investigação sumária, “em 20 de abril de 1966, por decreto do Presidente da República, os direitos políticos do Vereador Oswaldo Toschi foram cassados por 10 anos” (Toschi, 2001, p. 107).

O Presidente Castelo Branco cerceava assim, de forma autoritária, como eram autoritárias todas as decisões daquele momento histórico, a carreira política daquele que poderia ter sido eleito o primeiro prefeito de Praia Grande. Ainda assim, sua esposa Circe Sanchez Toschi, autora dos livros “Memórias de Praia Grande” e “Praia Grande antes da Emancipação”, publicados respectivamente, em 1999 e 2003, concorreu à Prefeitura nas primeiras eleições da cidade, perdendo por pequena margem de votos para o primeiro prefeito eleito, Dorivaldo Loria Junior. O filho primogênito do ex vereador Oswaldo Toschi, Oswaldo Luiz Sanchez Toschi, foi eleito vereador e fez parte, portanto juntamente com outros 8 edis da composição da primeira Câmara Municipal de Praia Grande.

A filha de Oswaldo Toschi, então com 20 anos de idade, Suely Sanchez Toschi, foi a primeira secretária, designada em comissão pelo Dirigente de Ensino, até que fosse nomeado um Secretário efetivo para a escola. Isso viria a acontecer somente dois anos depois. Assim, por ser uma escola nova, ela atuou sozinha na secretaria nos primeiros meses de existência do “Kuntz”. De acordo com ela:

*O “Kuntz” foi muito importante na minha vida. O meu início ali foi um grande desafio. Aquela escola tinha uma história para mim. O meu pai era Vereador em São Vicente, foi cassado e perdeu os direitos políticos por causa dela. Eu participei ativamente do “Kuntz” desde a sua construção. Vi a escola nascer e crescer. Meu irmão mais novo foi aluno daquela escola e eu tinha colegas professores que depois foram também meus professores na Faculdade. O meu envolvimento com a escola ia além do profissional, era uma questão de honra para mim que eu fizesse o melhor por aquela escola e contribuísse para o seu sucesso. Quando eu ingressei, eu trabalhava sozinha na secretaria. Havia o interesse maior de que tudo fosse bem feito e para isso nós não mediamos esforços, nem que fosse preciso trabalhar nos fins de semana ou atravessar as noites. Apenas para citar um exemplo, nas solenidades de formatura, os alunos recebiam o Certificado e o Histórico Escolar, originais e eu tinha a ajuda de todos, inclusive dos professores se fosse preciso. (TOSCHI, ex-secretária da escola).*

Figura 14 – A construção do novo ginásio



O Vereador OswaldoToschi coordenando as obras de construção do Ginásio Estadual

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo de Praia Grande

### 2.3 A nova denominação da escola

Em novembro de 1975, o diretor da escola, Prof. Adauto Marcondes Freire, comunicou, em um evento cívico realizado no pátio, para a surpresa de todos os presentes, que o nome do estabelecimento de ensino havia sido mudado. Segundo a memória do autor desta dissertação que se fez presente naquele momento, as palavras do Prof. Adauto foram as seguintes: “Eu comunico a todos para que vocês não se assustem ao ver os novos impressos, que o nome da escola foi mudado. A Escola passou a se chamar Escola Estadual de 1º e 2º graus Dr. Reynaldo Kuntz Busch”. Este acontecimento foi presenciado por centenas de alunos que, naquela oportunidade, participavam daquele evento no período matutino. A partir daquele momento, pasmos, os alunos tomaram conhecimento de que a mais tradicional escola estadual da cidade e única até aquele momento a oferecer o ensino em nível de 2º grau, passaria (através da Lei nº 742, de 5 de novembro de 1975, promulgada pelo então Governador nomeado Paulo Egydio Martins) a se chamar “Escola Estadual de 1º e 2º graus Dr. Reynaldo Kuntz Busch”. Todos ouviram o anúncio com surpresa, pois não se esperava que, por uma imposição autoritária, embora isso fosse muito comum naquele período, interviesse até na mudança do nome da escola que, até então, adotava o nome da própria cidade. No entanto, como também era comum na época, em razão do regime de exceção a que estávamos submetidos, ninguém ousou questionar.

De acordo com Iversson (1991) médico Reynaldo Kuntz Busch nasceu em Limeira, interior do Estado de São Paulo no ano de 1.898, filho de um agricultor e descendente de alemães iniciou seus estudos na tradicional Escola Normal da Praça da República que mais tarde adotaria o nome de “Caetano de Campos”. Foi professor e diretor de escola até formar-se em Medicina no Rio de Janeiro em 1935. Mais tarde viria a lecionar na USP e na Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, onde foi docente por 34 anos. Exerceu ainda diversos cargos junto ao Governo de Estado de São Paulo.

Segundo Iversson (1991), exerceu a atividade de jornalista, escrevendo sobre diversos assuntos em jornais do interior do estado, na Folha de São Paulo e no Diário Popular. Viria a falecer em 30 de outubro de 1974 em São Paulo, capital. Foi admitido na Academia de Medicina de São Paulo no ano de 1958, sendo, atualmente, o patrono da cadeira nº 120, que tem, como membro titular, sua filha Lygia Busch Iversson, desde 1991.

Observa-se através de sua extensa biografia, que aqui está resumida, que a homenagem prestada como patrono de uma escola em Praia Grande foi inquestionavelmente justa, no entanto, não há nenhum registro oficial de que Reynaldo Kuntz Busch tenha visitado

o município de Praia Grande em algum momento de sua vida. Por ocasião da mudança de nome em 1975, sua irmã foi convidada para que o retrato do novo patrono fosse entronizado solenemente no hall de entrada da escola, onde permanece até hoje. Naquele dia uma das professoras da escola ao discursar representando o corpo docente, chegou a comentar que não entendia como um “desconhecido para o município” poderia dar o seu nome à escola mais importante da cidade. Na verdade, a homenagem, ainda que justa, foi efetivamente realizada fora do seu contexto. Segundo professores e alunos da época, o mais justo seria que Reynaldo Kuntz Busch, que prestou inquestionáveis serviços ao país na área de medicina, no magistério e no jornalismo, tivesse seu nome perpetuado em uma escola na cidade de Limeira, sua terra natal.

Figura 15 – Reynaldo Kuntz Busch



O médico Reynaldo Kuntz Busch - 1898-1974

Fonte: Academia de Medicina de São Paulo

#### **2.4 A importância e relevância da escola para a comunidade.**

O “Kuntz”, nome pelo qual a escola hoje é conhecida, marcou época na história da cidade. A escola tinha para a Praia Grande, proporcionalmente a mesma importância e prestígio que a Escola Estadual Caetano de Campos tinha para a cidade de São Paulo, capital nos anos 1950 e 1960, e o mesmo valor e tradição que a Escola Estadual Canadá teve para a cidade de Santos, no mesmo período.

De acordo com Loria Junior, ex-prefeito:

*A escola foi um sonho de todos os praiagrandenses. Todos queriam que seus filhos fizessem o curso ginásial naquela escola, porque até aquele instante, quem quisesse estudar no Ginásio, teria que ir para Santos no Canadá ou para São Vicente no Martim Afonso. Minha filha inclusive formou-se na primeira turma do Ginásio lá em*

*1967. A qualidade dos alunos, dos professores e dos funcionários era fantástica. Todos brigavam e lutavam pelo Ginásio Estadual. (LORIA JUNIOR, ex-prefeito).*

Uma significativa parcela de professores, alunos e funcionários que por ali passaram nos anos 1960 e 1970, afirmam que viveram naquele estabelecimento de ensino momentos marcantes. Isso, de alguma forma, denota a importância dos encontros de ex-alunos da época que são realizados periodicamente.

A ex-aluna Edwiges Maria Morato que hoje é livre docente da Universidade Estadual de Campinas, também corrobora de alguma forma com a ideia de que o “Kuntz” teve uma significativa importância para o município de Praia Grande nos primeiros anos de sua existência. Ela afirma, na condição de ex-aluna, que:

*A lembrança que eu tenho dos bancos escolares do KUNTZ não é apartada da lembrança que eu tenho da própria cidade de Praia Grande que na época pôde prover um conjunto de atividades que constituem para mim um período de formação na educação formal e informal em uma época em que eu estava engajada nas diversas atividades culturais do município. Foi um período de descobertas marcado pela idade (início da adolescência) e que marca estranhamente uma sensação de liberdade apesar de termos vivido na época um período de exceção marcado pela ditadura militar em termos políticos. (MORATO, ex-aluna, 2014).*

Muitas personalidades importantes da cidade e fora dela que hoje ocupam lugares de destaque no comércio, no poder judiciário, nas Universidades, na medicina, no serviço público, na política e no setor empresarial passaram pelos bancos dessa escola no período que é objeto desta pesquisa. Alguns deles estão colaborando com relatos orais na realização desta pesquisa como, por exemplo, um Vereador, uma Livre Docente da UNICAMP e uma desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Quanto às lembranças que guarda do início do funcionamento do Ginásio Estadual, o primeiro Prefeito de Praia Grande, Dorivaldo Loria Junior, pronunciou-se da seguinte forma:

*Eu me lembro dos professores, dos alunos, do amor de todos eles pela escola. Você não via uma parede pichada ou rabiscada. Os alunos lutavam pela escola. Eu me lembro dos memoráveis desfiles com a magnífica fanfarra da escola que eu ajudei de todas as formas, inclusive na compra do primeiro uniforme. Eu me lembro de termos ido a Pindamonhangaba, disputar os Jogos Abertos do Interior e ficarmos entre as primeiras classificadas. E a maioria dos atletas eram alunos do Ginásio Estadual. Eu nem acreditei. (LORIA JUNIOR, ex-prefeito).*

O último capítulo deste estudo, “A experiência desenvolvida na Escola Estadual “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”, proporcionará ao leitor uma visão mais aprofundada acerca da importância que a escola teve para a comunidade praiagrاندense, desde sua instalação e por todo o período que é objeto desta investigação.

## 2.5 Alguns aspectos da Cultura Escolar no contexto da E.E. “Dr.Reynaldo Kuntz Busch”

Ao procurar construir as memórias de uma formação cidadã na Escola Estadual “Reynaldo Kuntz Busch” desde sua efetiva instalação até o ano de 1978, procurou-se não perder de vista o conceito de cultura escolar em sua perspectiva articuladora de práticas escolares – e mesmo a percepção dessas práticas imersas em uma experiência educacional concreta. Nesse sentido, contando com a colaboração das diversas fontes orais que buscaram transmitir um retrato plural da escola naquele período, pretende-se neste estudo abordar as seguintes questões que podem ajudar a compreender o funcionamento da escola no período em tela: quais exemplos de conhecimentos e condutas escolares adotadas no período? Quais exemplos de práticas utilizadas na transmissão desses conhecimentos?

Tais questões parecem ir ao encontro da compreensão do conceito de cultura escolar formulado por Julia (2001):

Poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p.10).

Em relação às fontes de arquivos, a busca da reconstrução da memória através das práticas escolares, não raro, é algo extremamente difícil de restabelecer em termos de coleta de material documental. Assim, as fontes orais de professores e alunos seriam na presente investigação uma forma possível de reconstrução desse passado, aliado à coleta dos documentos disponíveis (material iconográfico e matérias jornalísticas).

Nos primeiros anos de funcionamento da escola, as finalidades da educação sofreram grandes transformações, especialmente no início da década de 1970, com o advento da Lei 5692/71. Grandes modificações foram inseridas no contexto educacional da época, inclusive porque já se vivia desde a metade dos anos 1960, um período de exceção. Torna-se necessário retomar essa questão, já abordada anteriormente, para tentar compreender alguns elementos que de certa forma compunham a cultura escolar do “Kuntz” a época.

Souza (2008), explica resumidamente aqui algumas dessas modificações:

Entre as modificações mais importantes instituídas pela reforma de 1971 podemos assinalar a extensão da escolaridade obrigatória e a tentativa de eliminação da dualidade do sistema educacional mediante a implantação de uma escola única de 1º e 2º graus. Nesse sentido, o ensino de 1º grau passou a ter duração de oito anos letivos, sendo obrigatório dos 7 aos 14 anos de idade. Dessa maneira, a lei atendia ao disposto na Constituição de 1967, eliminando, pelo menos formalmente a concepção de ensino primário e ginásial substituindo-a por uma escola integrada de educação fundamental. (SOUZA, 2008, p.267).

A nova lei trouxe também outra inovação em relação ao 2º grau. Foi estabelecido de forma compulsória que esse nível de escolaridade se tornasse profissionalizante, tendo como um dos objetivos precípuos, inserir rapidamente no mercado de trabalho o jovem recém saído desse nível de escolaridade.

De acordo com Souza (2008):

O ensino de 2º grau com duração de três ou quatro anos passou a designar todo o segundo ciclo da educação de nível médio, unificando os vários ramos de ensino – o secundário e os técnicos. Em realidade, a lei buscou efetuar uma inversão inédita na história da educação brasileira, isto é, ela estabeleceu a profissionalização universal e compulsória do 2º grau sobrepondo a prestigiosa e arraigada concepção de educação secundária, uma nova compreensão no tocante à qualificação para o trabalho. (SOUZA, 2008, p.267).

Essa concepção, conforme Souza (2008, p.273), “visava conter a demanda pelo ensino superior”. Assim, o “Kuntz” viria a adaptar-se a essa nova determinação somente no ano de 1977 quando se criou, naquela escola, suas duas primeiras turmas de ensino técnico profissionalizante, unificado ao 2º grau. Foram implantados, naquela oportunidade, os cursos de Técnico em Administração (com duração de 3 anos) e o Técnico em Edificações (com a duração de 4 anos) para os alunos que, em 1976, haviam concluído a 1ª série do 2º Grau. Ao ingressar na 2ª série no ano seguinte, 1977, os alunos foram orientados a optar por uma das duas habilitações que seriam oferecidas no “Kuntz”, sendo apresentado a eles o currículo de cada uma delas. Caso não houvesse preferência por nenhuma dessas habilitações, a rede estadual facilitaria na época a transferência do aluno para outra escola em que houvesse outra alternativa de curso profissionalizante. Naquela oportunidade, poucos estudantes optaram pela transferência para outra unidade, a maioria, naquele ano, resolveu prosseguir seus estudos no “Kuntz” em Administração ou Edificações. Essas habilitações formaram apenas uma turma cada, ou seja, em 1978 formou-se a turma de Técnicos em Administração e no ano seguinte o Técnico em Edificações. Essas habilitações técnicas, não foram mais oferecidas para ingresso nos anos subsequentes, a partir da década seguinte (anos 1980) passaram a ser oferecidas no “Kuntz” outras duas habilitações: Magistério (com 4 anos de duração) e Contabilidade (com 3 anos de duração).

Quanto aos aspectos de cultura escolar da época, aparece uma questão que nos dá algum subsídio para a compreensão do funcionamento das instituições escolares daquele período, em relação às finalidades da educação: o momento político que estabeleceu o regime de exceção ao qual estávamos submetidos. Não se pode negar que o momento político daquele contexto histórico e das ações de governo e política educacional implementadas exercia considerável influência sobre as práticas do trabalho escolar (especialmente em

relação aos conteúdos de algumas disciplinas). O incentivo à existência das fanfarras escolares e as comemorações cívicas, podem ser tomadas em boa medida como exemplos disso, ainda que tais práticas em si possam angariar diferentes conotações, inclusive como práticas escolares potencialmente interessantes aos valores de uma cidadania democrática.

De acordo com Juliá (2001):

Cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular. (JULIÁ, 2001, p.10)

Ou seja, como se vivia no período uma ditadura, houve em determinados momentos e ações, o interesse governamental explícito em forjar uma educação que não só preparasse o jovem para o mercado de trabalho - contribuindo efetivamente para “o progresso da nação” - mas também em propiciar uma educação escolar que pudesse fortalecer a ideologia do regime constituído, de forma hegemônica. Assim, segundo Souza (2008, p.277), “seguindo as tendências da época, os guias curriculares fundamentaram-se no pensamento curricular hegemônico”. Seria talvez, seguindo a compreensão de Juliá (2001, p.12), a criação de “uma escola todo-poderosa, onde nada separa intenções de resultados”.

Souza (2008), ao analisar as transformações na cultura escolar brasileira, nos anos 1970, em relação ao novo currículo, descreve essas transformações à luz do advento da lei 5692/71, e conclui resumidamente:

Além dos conhecimentos básicos em língua nacional e das ciências naturais, física e sociais, a seleção cultural para as escolas contemplava conteúdos voltados para a transmissão de valores morais, cívico-patrióticos e para a inculcação da ideologia política do Regime Militar. (SOUZA, 2008, p.272).

Isso ficaria evidente ao lembrar os conteúdos ministrados em disciplinas como Educação Moral e Cívica e OSPB – criadas durante aquele período de ditadura militar - que tinham como uma de suas finalidades exaltar valores relativos à Pátria e ao futuro promissor de uma nação alegadamente “democrática” como a nossa.

Alguns acontecimentos do período encaixavam-se plenamente nesses objetivos, como por exemplo, as intensas comemorações cívicas realizadas no ano de 1972 (nas comemorações dos 150 anos da independência do Brasil). A data foi intensamente comemorada pelo governo militar com grandes eventos, como a transferência dos restos mortais de D. Pedro I para o Brasil, que foram depositados sob o monumento alusivo ao grito do Ipiranga no bairro do mesmo nome em São Paulo. Esse evento, que contou com a presença do Presidente da República, foi transmitido ao vivo em cadeia nacional de TV para todo o país. Na época, foram lançadas músicas que eram ensinadas e cantadas em muitas escolas

públicas – não raro na disciplina de “Música” - cujos títulos exaltavam valores relativos à nação: “Este é um país que vai pra frente”, “Eu te amo meu Brasil” e o hino oficial do sesquicentenário (150 anos da independência) que denominava a comemoração como a “festa do amor e da paz”.

Evidentemente, o ano de 1972 foi marcado por intensas comemorações no âmbito escolar aqui analisado. Na capa do convite de formatura do “Kuntz” daquele ano (cuja cópia, encontra-se nos anexos desta dissertação) observa-se logo abaixo do nome da escola a inscrição: “1972, ano do sesquicentenário da independência”. Nesse mesmo ano, foi lançado no cinema nacional o filme “Independência ou Morte” que retratava os acontecimentos que culminaram com a independência do Brasil, sendo frequente nas escolas públicas do período a formação de grandes caravanas em direção aos cinemas para assisti-lo. Posteriormente, em sala de aula, o conteúdo do filme era exaustivamente trabalhado em disciplinas como História e Educação Moral e Cívica. Isso aconteceu no “Kuntz” e em muitas outras escolas públicas naquele período no Estado de São Paulo. Souza (2008), afirma que esses valores eram reforçados nas escolas públicas do período:

O cultivo dos valores cívico-patrióticos foi reforçado nas escolas públicas e privadas nos anos 70 em consonância com a ideologia do regime militar. (...). Práticas de hasteamento da bandeira e canto do hino nacional nas escolas foram revalorizadas. Os desfiles cívicos foram enaltecidos e incentivados pelos poderes públicos, tornando-se espetáculo de grande visibilidade. Professores de Educação Física e de Educação Moral e Cívica foram encarregados de organizar tais certames com brilhantismo. (SOUZA, 2008, p.282).

Convém também abordar aqui, no contexto de cultura escolar do período, o sistema de avaliação da época, que foi flexibilizado com o advento da Lei 5692/71. As mudanças causaram polêmica, uma vez que na década de 1960 e no início dos anos de 1970, o sistema adotado era sensivelmente diferente, com notas bimestrais. A avaliação era feita em uma escala de 0 a 10 e havia necessidade de se obter uma nota igual ou superior a 7,0 (sete) em cada disciplina, e em cada bimestre para que o aluno fosse dispensado do exame final. A nota que o aluno precisaria obter para ser aprovado nesse exame final, caso não tivesse obtido a nota 7,0 em um dos bimestres ao longo do ano, era o resultado de um complexo cálculo matemático. Caso o aluno não atingisse esse objetivo, ou seja, obtivesse a nota que precisasse no exame final, ele teria ainda uma nova chance no mês de fevereiro do ano seguinte prestando um exame denominado de “segunda época”. Se a nota não fosse alcançada nesse exame ele estaria automaticamente reprovado.

De acordo com uma ex-professora:

*O ensino era exigente, a avaliação era feita por notas e naquela época havia a jubilação que não permitia a permanência do aluno que repetisse duas vezes e mesma série. Havia o exame de 2ª época e o aluno era obrigado a estudar para que fosse aprovado para a série seguinte. O rigor era tanto que às vezes chegava a ser injusto: havia momentos, por exemplo, em que o aluno precisava de 7.0 no exame final para ser aprovado, conseguia 6,5 e ficava reprovado. Quando houve a mudança do sistema de avaliação de notas para conceitos, o ensino começou a ser desvalorizado. (VEIGA, ex professora, 2014).*

No início do ano letivo de 1976 o sistema de avaliação de toda a rede estadual em São Paulo foi alterado. Através da resolução nº 134 de 4 de maio de 1976 a escala de notas anterior (de 0 a 10) foi substituída e passou a ser expressa em conceitos de “A” a “E”. Desta forma, o conceito “A” representava que o aluno atingiu um índice “plenamente satisfatório”, o conceito “B” um índice “satisfatório”, o conceito “C” um índice “regularmente satisfatório”, o conceito “D” um índice “pouco satisfatório” e finalmente o conceito “E” um índice “insatisfatório. Através dessa resolução, os termos “aprovado” e “reprovado” foram substituídos por “promovido” e “retido”. Nessa nova sistemática, se o aluno não conseguisse um conceito mínimo equivalente a “C” em cada um dos 4 bimestres, ele deveria submeter-se a estudos de recuperação no final do ano letivo para que fosse promovido a série seguinte.

A respeito das mudanças no sistema de avaliação, Souza (2008) descreve que:

*Outro aspecto bastante polêmico da reforma foi o tratamento indicado para a avaliação do rendimento escolar. A Lei 5.692/71 instituiu medidas visando flexibilizar as exigências do sistema de avaliação e, no limite, diminuir a seletividade do ensino em nome da democratização das oportunidades educacionais. Nesse sentido instituiu a avaliação expressa em conceitos, a sistemática de recuperação e a aferição de frequência. Assim, alterando os padrões de estruturação do ensino, do currículo e da avaliação, pretendia-se instituir um novo modelo de educação da infância e da juventude no país. (SOUZA, 2008, p.274).*

Na prática, a implantação do sistema de conceitos no “Kuntz”, substituindo o anterior (de notas numéricas), aconteceu a partir do ano de 1976 e não agradou aos docentes da época que alegavam que o novo sistema consistiria em uma espécie de “pressão” para que os alunos fossem aprovados para a série seguinte, mesmo que não fossem considerados aptos para isso, conforme depoimento de uma ex-professora citado acima. Alguns professores da época, inclusive os professores que foram ouvidos em depoimento na realização desta pesquisa, corroboravam com a opinião desta docente.

De acordo com uma ex-professora:

*A qualidade do ensino começou a cair em minha opinião, quando no início da década de 1970 os governantes começaram a acreditar que a escola pública dava prejuízo. Assim, começavam a chegar orientações no sentido de que era preciso aprovar a todos, no entanto não foi possível mudar de imediato a cabeça dos professores nesse*

*sentido porque nós tivemos uma formação que definia que a nossa missão era transmitir cultura e ensinar. Portanto não fazia sentido para nós simplesmente aprovar o aluno a qualquer custo. De qualquer forma a mudança nesse sentido foi acontecendo aos poucos. Ela foi lenta, mas aconteceu e todos nós sabemos como está o ensino desde a década de 1990. (PONCE AMIEIRO, ex-professora, 2014).*

Ainda assim, apesar das mudanças ocorridas com o advento da lei 5692/71 e do contexto político característico do período, acredita-se, de acordo com os depoimentos aqui colhidos de professores e alunos da época que o “Kuntz”, na conjuntura da época, tenha favorecido uma formação para a cidadania, pois naquele contexto, as práticas escolares, as disciplinas, os eventos escolares e as práticas extracurriculares contribuíam (segundo o depoimento dos atores envolvidos e que estão aqui descritos ao longo desta dissertação) efetivamente para o aprendizado e para uma formação geral, não vinculada necessariamente aos valores e ideias pregadas pelos governos daquele período.

O depoimento da ex-professora acima e de outros docentes da época, que estão descritos ao longo deste trabalho, denota um sentido de formação no “kuntz” do período. Caracteriza uma formação como expressão de Direito Humano, conforme preconizado no capítulo primeiro desta dissertação (BENEVIDES SOARES, 1998, p.45). Assim, nesse sentido, o trabalho dos professores da época, de acordo com relatos aqui descritos, era realizado com o foco de oferecer ao aluno o acesso ao conhecimento. Isso denota também um sentido de “suspensão” (MASSCHELEIN; SIMONS, 2013, p.32) e um sentido de formação capaz de fazer com que o aluno saia “constantemente de si mesmo” e transcenda, ou seja, vá além de seu próprio mundo (MASCHELEIN; SIMONS, 2013, p.49). Além disso, a convivência intramuros escolar que se observava na época, de acordo com os relatos dos atores envolvidos, proporcionava ao aluno e também ao corpo docente um grande envolvimento com a escola, a ponto do “Kuntz” ser considerado por uma significativa parcela de professores e alunos do período, uma extensão de seus lares.

De acordo com Sacristán (2014):

*As apropriações culturais ou as aprendizagens mais significativas e de caráter mais vivo, são aquelas que são o resultado de nossos confrontos constantes e diretos com o mundo físico, os objetos construídos, outras pessoas, as relações sociais e as condensações de culturas. (SACRISTAN apud, CAMILO, 2014, pg.37).*

Esses “confrontos constantes” citados pelo autor eram comuns no dia a dia no “Kuntz” daquele período. Nesse sentido a escola apresentava-se como um elemento fundamental - e talvez único - a proporcionar ao aluno uma concepção de mundo mais ampla e diversificada pela natureza do trabalho escolar desenvolvido.

Uma professora da escola, quando questionada a respeito da experiência profissional como professora do “Kuntz” e da importância que a escola teve em sua vida no âmbito pessoal e profissional, afirma que:

*A experiência como professora do Kuntz foi importantíssima para a minha vida. Eu vivi toda a minha trajetória profissional naquela escola, desde recém-formada no início de 1971 até o momento em que me aposentei naquela mesma escola 27 anos depois. Eu trabalhei em mais duas escolas durante certo tempo, mas sempre concomitantemente com o “Kuntz”. A escola faz parte da minha vida, marcou a minha história e eu vejo com muita tristeza o ensino como esta hoje em relação aos meus primeiros anos de docência. É gratificante ter na lembrança tudo o que eu vivi naquela escola, inclusive pelos alunos que eu encontro nas ruas daquele período e sou por eles abraçada com muita saudade daqueles momentos. Minha vida profissional foi toda lá e eu cheguei a ter vários alunos que depois voltaram àquela escola como meus colegas professores, você é um deles. Enfim, o “Kuntz” foi tudo na minha vida profissional (VEIGA, ex-professora, 2014).*

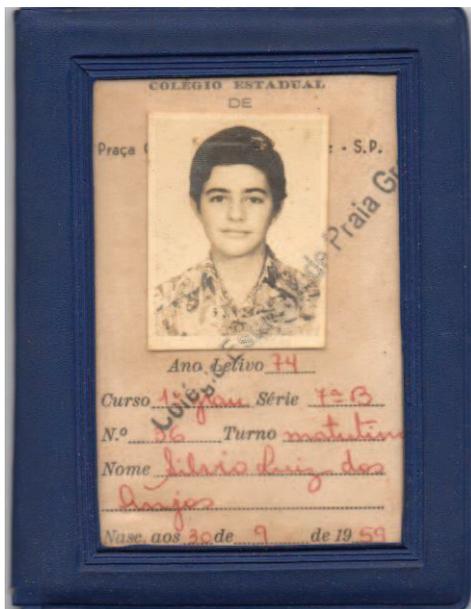
Ao conceder este depoimento, a Professora Sonia Maria Pacheco Veiga ficou visivelmente emocionada. Esse envolvimento emocional com a escola, não foi uma situação isolada e vivida exclusivamente por essa professora. Reações semelhantes a essa, também foram observadas na maior parte dos depoimentos de alunos e professores que vivenciaram o “Kuntz” naquele período e foram entrevistados para a elaboração desta pesquisa. Essa emoção embasa um sentido de formação próprio, observado no “Kuntz” da época, através da experiência formativa que a escola pôde proporcionar naquele contexto (MASCHELEIN: SIMONS, 2013, p.49).

Figura 16 - O Distintivo da escola



Fonte: Acervo pessoal do Prof. José Egberto Cavariani

Figura 17 – A Caderneta Escolar do “Kuntz”



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador

### CAPÍTULO 3

## UMA IDEIA DA EXPERIÊNCIA FORMATIVA DESENVOLVIDA NA ESCOLA ESTADUAL “DR. REYNALDO KUNTZ BUSCH”

### **3 UMA IDEIA DA EXPERIÊNCIA FORMATIVA DESENVOLVIDA NA ESCOLA ESTADUAL “DR. REYNALDO KUNTZ BUSCH”**

Neste capítulo pretende-se abordar a experiência desenvolvida na E.E. Reynaldo Kuntz Busch no período que é objeto desta investigação, observando-se algumas categorias dessa experiência escolar – comuns a diversas instituições e realidades escolares – mas que adquiriram distintivos específicos segundo a cultura escolar forjada no “Kuntz” no período em questão. Nesse contexto, serão também abordados neste capítulo alguns elementos que favoreceram uma formação para a cidadania na escola, apesar do contexto político da época.

#### **3.1 Elementos da vida escolar no “Kuntz”**

O “Kuntz”, nome pelo qual a escola hoje é conhecida marcou época na história de Praia Grande. Naquele contexto, destaca-se um apego ímpar do aluno para com a escola, principalmente pelo fato do “Kuntz” ser o primeiro ginásio da cidade – e permanecendo nessa condição por alguns anos - tendo sido adotado pela juventude da época, por assim dizer, como um ponto de encontro cultural e também social em razão dos eventos que lá eram realizados. Notadamente, muitas personalidades proeminentes da cidade e até fora dela que hoje ocupam lugares de destaque no comércio, no poder judiciário, na carreira acadêmica, na medicina, no serviço público e no setor empresarial passaram pelos bancos dessa escola.

Nesse sentido, um ex-aluno afirma que:

*A lembrança que eu tenho do KUNTZ é maravilhosa. Era um colégio excelente, único na cidade naquela época, com professores excelentes. Ter estudado lá foi decisivo não só na minha vida bem como na vida de meu irmão Ricardo que hoje é um médico bem sucedido e exerce sua atividade no interior do Estado. Portanto toda a base cultural que nós temos hoje eu não tenho a menor dúvida de que é advinda do Colégio Estadual de Praia Grande” (LOBÃO, ex-aluno, 2014).*

Praia Grande, município que emprestou o nome ao “Kuntz” em seus primeiros anos de existência, possuía uma considerável extensão territorial, em meio a uma população ainda pequena nos anos imediatamente posteriores à sua emancipação. A escola funcionou inicialmente com 8 classes em três períodos, sendo ampliada no início da década de 1970 com a construção de mais 4 salas (três classes e uma biblioteca). Por ser um ponto de encontro natural da juventude na época, qualquer evento realizado pela escola facilmente tornava-se grande acontecimento social que, não raro, envolvia alunos e suas famílias.

Segundo o relato de um ex-aluno:

*“A escola gozava de um grande conceito junto a sociedade da época. Para citar apenas um exemplo, nós tínhamos um professor da disciplina de Educação Moral e Cívica chamado Alan da Silva que orientou os alunos com a participação efetiva da sociedade e do Exército (que cedeu barracas de lona), a organizar um evento que teve a duração de um dia inteiro chamado ACISO (Ação cívica social). Neste evento foi disponibilizado para os alunos e para a sociedade corte de cabelo, extração dentária (foi disponibilizado um consultório móvel no local, orientações sobre saúde bucal, escovação dentária e outros atendimentos de natureza social, ou seja esse Professor manifestava a preocupação de realizar eventos desse tipo, os alunos compreendiam essa necessidade e havia uma participação maciça da comunidade”. (ANTUNES, ex-aluno, 2014).*

As características daquele ginásio – algumas certamente comuns a outras escolas públicas estaduais da época - eram marcantes naquele período. No “Kuntz”, por exemplo, uma exigência era inegociável: o uniforme. O conjunto exigido era: camisa branca (com o emblema da escola em forma de bolso costurado ao lado esquerdo do peito), calça cinza chumbo, cinto preto (para os meninos, para as meninas o cinto era vermelho), sapato e meia pretos. As meninas utilizavam a saia cinza chumbo, com a barra sempre abaixo do joelho (caso essa exigência não fosse cumprida a inspetora de alunos tinha sempre a mão uma tesoura para desfazer a barra da saia no sentido de que ela ficasse sempre abaixo do joelho). As meias das meninas eram de cor branca e cobriam todo o tornozelo. Sem o uniforme completo não se permitia a entrada do aluno no estabelecimento. O uniforme, via de regra, era adquirido pelas famílias, porém àquelas que comprovadamente não tinham condições para fazê-lo recebiam o auxílio da Associação de Pais e Mestres que em alguns casos também contribuía na aquisição do material escolar para os alunos oriundos dessas famílias. Essa era uma característica marcante do “Kuntz” naquele período que identificava e vinculava os jovens da cidade como alunos da escola em qualquer local onde eles se encontrassem.

A caderneta escolar, hoje praticamente em desuso, também era um documento obrigatório para a entrada diária no estabelecimento. Nela, eram registrados diariamente pela secretaria da escola a frequência do aluno, além do rendimento escolar – isto é as notas escolares ao final dos bimestres - para o acompanhamento dos pais.

Não havia à época a merenda escolar fornecida pelo poder público como acontece nos dias de hoje. Portanto a única forma de se alimentar no intervalo - para aqueles que tinham condições financeiras - era recorrer à cantina escolar ou trazer o lanche de casa. A cantina era um estabelecimento de caráter familiar. Estava arrendada para o Sr. Álvaro Fernandes que exerceu durante muitos anos o cargo de juiz de paz da cidade. Ele era casado com a Sra. Isaura dos Santos Fernandes, inspetora de alunos da escola, concursada do Estado. Os três filhos do casal, Edson, Edgar e Álvaro, estudavam na escola e na hora do intervalo se dirigiam

rapidamente para balcão para ajudar a atender o grande fluxo de estudantes que utilizavam os serviços oferecidos pela cantina. É interessante registrar que o Sr. Álvaro Fernandes, como juiz de paz, realizou a celebração cível do casamento de todos os alunos da escola que optaram por se casar no cartório da cidade, incluindo o do autor desta dissertação. É um fato interessante que pode ajudar a corroborar o clima familiar existente na cidade que se estendia à escola.

Outro dispositivo escolar que merece ser lembrado, notadamente temido naquele período e, de fato, não aplicável à educação inclusiva da atualidade, era à “jubilação” prevista na legislação da época. O artigo 18 da Lei 4024/61 dispunha que “nos estabelecimentos oficiais de ensino médio e superior, será recusada a matrícula ao aluno reprovado mais de uma vez em qualquer série ou conjunto de disciplinas” (BRASIL, 1961). Cabe lembrar que o Ensino Médio na referida lei abrangia o Ginásio e o Colegial. Portanto, como previsto na legislação de então, a rede estadual de São Paulo não admitia duas repetências na mesma série e isso provocava a eliminação do aluno do ensino público. No ano seguinte, a série em que o aluno fora retido poderia ser cursada em uma instituição particular e se aquele aluno fosse aprovado este poderia voltar para a escola pública, caso houvesse vaga disponível. Naquele período as vagas nos ginásios do estado eram limitadas e a legislação do período exigia o exame de admissão para o ingresso na 1ª série ginásial (que hoje corresponde ao 6º ano do Ensino Fundamental). Na época em foco, esse exame tinha um elevado grau de dificuldade. Assim, muitos estudantes eram obrigados a encerrar os estudos na conclusão do ensino primário.

O regime disciplinar, que fazia parte do Regimento Comum para todas as escolas estaduais de São Paulo à época também era muito rígido e a inobservância dos deveres e das proibições fixadas nessas normas - de acordo com o artigo 125º – previam a admoestação verbal, repreensão escrita, suspensão de até 6 dias, transferência compulsória e até exclusão do estabelecimento. Na aplicação das penalidades mais graves, o aluno poderia interpor recurso, mas este não teria efeito suspensivo e em geral a penalidade imposta pela escola era mantida em instância superior.

Outro fato curioso de ser lembrado era de que até o ano de 1.973, havia aulas na escola pública no Estado de São Paulo de segunda a sábado nos três períodos, ou seja, o sábado era um dia letivo normal como outro qualquer, inclusive no período noturno em que o aluno frequentava as aulas normalmente. Na cultura de hoje seria inimaginável pensar que se pudesse considerar o sábado, especialmente no período noturno, um dia letivo normal como outro qualquer.

De fato, os alunos, de forma geral, se mostravam na época muito participativos sendo perceptível o prazer de frequentar o “Kuntz” e participar ativamente das atividades propostas, seja em sala de aula ou em eventos externos que eram realizados pela escola dentro ou fora dela, inclusive nos fins de semana.

É o que afirma uma ex-aluna:

*A escola não era coercitiva, não coibia as iniciativas culturais. Porque eu digo isso? Porque a comunidade que freqüentava a escola, era a mesma comunidade que se expressava fora dela no campo artístico, cultural e até religioso, como por exemplo o TEP (Teatro do Estudante praiagrandense) no campo teatral e o Manivelas Rock, uma banda musical criada pelos alunos do colégio na época e a comunidade de jovens católicos que participavam ativamente da Igreja. Todas essas manifestações eram realizados por alunos do colégio, embora nem todas as iniciativas tivessem início dentro da escola. Você mesmo. Silvio, chegou a ter uma experiência no teatro encenando um cardeal católico na peça A Ceia dos Cardeais de Julio Diniz. (MORATO, ex-aluna, 2014).*

Sobre a capacidade de iniciativa dos alunos da época, essa mesma aluna afirma que:

*Os alunos na época se reuniam para protagonizar grupo de estudos. Lembro-me de um momento que um colega nosso, o Luiz de Aquino levou a esse grupo de estudo para um debate o livro de Erich Fromm – A arte de amar. Essa foi uma iniciativa de um grupo de alunos que não surgiu dentro da escola, mas foi protagonizada em sua totalidade por alunos do “Kuntz”, ou seja, a escola de alguma forma inspirava, estava vinculada e tinha uma participação ainda que indireta nesse tipo de iniciativa. É impressionante destacar que a escola jamais coibia esse tipo de atividade o que não deixa de ser curioso em razão do conturbado período político que se vivia em que reuniões desse tipo eram fortemente monitoradas pelo sistema. Ou seja, se fosse em um grade centro provavelmente não teríamos essa liberdade de organização para atividades sociais e culturais como fazíamos em Praia Grande como alunos do Kuntz. (MORATO, ex-aluna, 2014).*

A capacidade de iniciativa dos alunos do “Kuntz” no período pode ser dimensionada também pela atuação do Centro Cívico que era a entidade representativa dos estudantes na época, uma espécie de Grêmio Estudantil nos dias de hoje. Naquele período havia eleições anuais para a composição da diretoria do Centro Cívico que era sempre um grande acontecimento político interno da escola. As chapas que se inscreviam junto à diretoria da escola, faziam suas campanhas pelos corredores, pelas classes e pelo pátio e todos os alunos participavam direta ou indiretamente daquele momento. A professora Leontina Duarte Urbano da disciplina de Educação Moral e Cívica, que coordenava as atividades do Centro Cívico como representante dos docentes, teve a ideia de elaborar para cada aluno da escola um título eleitoral impresso nos moldes dos títulos de eleitor oficiais da época. Naquele documento havia no verso um campo em que se carimbava a participação do eleitor aluno em cada eleição. Todos os alunos tinham que comparecer no dia da eleição junto à cabine de votação munidos desse documento para participar da eleição uma vez que o voto para as eleições do

Centro Cívico era obrigatório, ou seja um verdadeiro exercício antecipado de cidadania que os alunos vivenciariam depois de fato nas eleições oficiais como adultos. Ao término da eleição, a chapa proclamada vencedora participava de uma cerimônia de posse presidida pelo diretor da escola e no decorrer de sua gestão a diretoria do Centro Cívico, organizava bailes para a arrecadação de fundos, fazia reivindicações junto à direção da escola e realizava atividades culturais e esportivas ao longo de seu mandato.

Cabe aqui destacar, que a existência do Centro Cívico escolar e o seu funcionamento no “Kuntz”, pode ser compreendido como algo de expressiva relevância no aspecto formativo da escola. Conforme preconizado no primeiro capítulo deste trabalho, a formação intelectual e a informação, aliada a uma educação moral vinculada a uma didática dos valores republicanos, são indispensáveis na formação para a cidadania e também para uma convivência democrática (BENEVIDES, 1996, p.3). O processo eleitoral adotado pela escola, por exemplo, para a composição da diretoria do Centro Cívico era feito de forma essencialmente democrática, contrariando o contexto social e político vigente no país que estava submetido a uma ditadura. No “Kuntz”, ao contrário de muitos municípios espalhados pelo país que sequer podiam eleger seus Prefeitos, as questões eleitorais eram valorizadas e incentivadas dentro daquele espaço escolar.

Sobre o Centro Cívico, um ex-aluno afirma que:

*Eu particularmente sempre tive uma participação ativa nos eventos da escola. Eu me lembro que nas formaturas tanto do ginásio como do colegial um fiz parte ativamente nas comissões de formatura. No ano de 1973 eu fui eleito presidente do Centro Cívico da escola. Era muito gratificante participar de tudo isso, pois o entrosamento dos alunos com os professores era total. (LOBÃO, ex-aluno, 2014).*

Embora a denominação “Centro Cívico” fosse permeada por uma forte lembrança ligada ao contexto político específico da época, suas atividades diárias não tinham nenhuma relação que lembrasse o fato de que o país vivia uma ditadura militar. Suas atividades eram relativas unicamente à representatividade institucional discente da escola nos moldes de um grêmio estudantil nos dias de hoje.

As atividades da disciplina de Educação Física merecem nos primeiros anos de funcionamento do “Kuntz” um destaque especial. Os alunos entrevistados valorizaram muito a participação dos colegas nas aulas da referida disciplina e também nas competições esportivas internas e externas. Foi por iniciativa do Prof. de Educação Física da época que a escola conseguiu o seu primeiro uniforme para a disputa de competições esportivas. O Prof. José Egberto Cavariani, empenhou-se no sentido de conseguir o patrocínio necessário para que a escola obtivesse o seu primeiro uniforme de competição. E obteve êxito.

Figura 18 – O primeiro uniforme esportivo da Escola.



O dia festivo em que a escola exibiu pela primeira vez seu novo uniforme em 1971  
 Na foto as equipes de competição do “Colégio Estadual de Praia Grande”  
 A direita de branco o Prof. José Egberto Cavariani  
 Fonte: Acervo pessoal do Prof. Egberto.

Na época, em Praia Grande, havia uma juventude participativa que tinha iniciativa e que promovia diversas atividades de caráter comunitário, cultural e esportivo. Algumas dessas atividades não surgiam dentro da escola, porém todos os alunos que as organizavam tinham em comum o fato de serem alunos da escola. Além disso, a escola não coibia ou restringia qualquer tipo de atividade organizada de forma mais autônoma pelos alunos no ambiente escolar ou fora dele. Essa postura da escola tem fundamental importância no aspecto formativo e está relacionada à primeira geração dos Direitos Humanos citados por Benevides Soares (1998, p.45) no primeiro capítulo deste trabalho

É importante destacar que naquela ocasião, a escola talvez fosse a principal instituição encarregada de apresentar ao aluno uma visão de mundo. A televisão ainda em preto e branco, cujas imagens eram captadas de forma irregular na cidade era um fator que talvez pouco influenciasse no dia a dia dos alunos e os sistemas de informação ainda não existiam. Os trabalhos escolares do período, por exemplo, quando muito caprichados, eram entregues “datilografados”, confeccionados em máquinas de escrever muitas vezes emprestadas de alguém que a tivesse por uma condição financeira melhor que lhe permitisse possuir um objeto desses, e as pesquisas eram feitas no interior da biblioteca da escola ou na biblioteca municipal.

As práticas e condutas docentes da época que serão mais bem explicitadas no item subsequente era pautado pela lousa e giz tradicionais e também não contava com a concorrência da mídia eletrônica e os sistemas de informação, fazendo da escola portanto, um instrumento insubstituível na apresentação de uma concepção de mundo ao aluno. Em função disto, o “Kuntz” como instituição única, simplesmente atraía para si os jovens que naquela escola puderam descobrir o mundo através do conhecimento.

### **3.2 Práticas e condutas docentes**

A partir dos relatos obtidos, pretende-se aqui destacar os indícios das práticas escolares através do trabalho docente realizado no “Kuntz” no contexto temporal desta pesquisa. Nesse sentido, o Professor – como destacado no capítulo 1 deste estudo – é o responsável pela iniciação dos seus alunos (SILVA, 2009, p.561) e é através dele, das práticas desenvolvidas, que se pretende dar sentido ao trabalho escolar realizado no “Kuntz” no período. Sabemos que a escolarização não se esgota no trabalho realizado somente em sala de aula, mas é através dele que se constitui a própria ideia de escola, pois é a partir desse trabalho que se dá a garantia de acesso ao conhecimento como um Direito Humano e essa interação só pode ser realizada em um espaço de formação.

Nesse sentido, acredita-se que o trabalho realizado no “Kuntz” no recorte temporal desta pesquisa, foi diferenciado em termos de conduta docente uma vez que grande parcela dos professores da época se responsabilizava tanto pelo conteúdo pelo qual eles eram os responsáveis em ensinar, bem como pelos alunos ao qual esse conteúdo era destinado. Essa questão é abordada por Passmore (1986, p.24) ao afirmar que quando alguém ensina “transmite fatos, cultiva hábitos, instrui em habilidades, desenvolve capacidades ou desperta interesses”. Acredita-se que o “Kuntz”, no período correspondente a esta investigação, contribuiu de forma significativa com a formação de acordo com esta proposta defendida por Passmore (1986). Assim, o que de alguma forma marcava a trajetória escolar naquele período era um profundo respeito por aquilo que se ensinava e por aqueles a quem se destinava esse ensino. Essa relação expressa o Direito a educação e ao conhecimento, um direito fundamental e inalienável na relação de uma formação para a cidadania. É a segunda geração dos Direitos Humanos preconizados por Benevides Soares (1998, p.45) no primeiro capítulo deste trabalho.

A força dos relatos docente e discentes aqui colhidos denota uma maneira peculiar e respeitosa, marcada por uma profunda responsabilidade e uma garantia de acesso ao conhecimento como um direito. Tudo isso é pautado nos depoimentos dos agentes institucionais entrevistados na realização desta pesquisa. Os relatos desses agentes reforçam esse duplo aspecto que envolve essa ideia de ensino: respeito e apreço por aquilo que se ensina e por aquilo a que se destina esse ensino. Essa relação assimétrica, embora as funções de ambos os agentes sejam diferentes, é pautada por esse apreço. Esse é o esteio formativo que pauta a vivência da experiência escolar do “Kuntz” a partir do principal indício que se pôde obter, ou seja, os depoimentos dos agentes.

Isso não significa uma generalização do trabalho de todo o docente que por lá passou naquele período, nem tampouco a rotulação de que esse trabalho é pautado por características somente positivas. No entanto, na construção de sentido que pôde ser extraída da memória dos atores envolvidos esse é um fator que se destaca e que se sobressai, para além de um ou outro professor que na época tivesse uma postura questionável ou menos adequada. Não é portanto uma visão generalizante de que todos os docentes trabalhavam da mesma forma, mas sim a construção de sentido que os atores fazem questão de destacar, ou seja esses aspectos, não outros.

Entre os relatos colhidos de ex-alunos, foi comum o entendimento de que a qualidade dos professores à época era excelente. Não raro, havia uma prática pedagógica em que os professores, por vezes, tinham um envolvimento com o aluno quase de natureza familiar, dadas as circunstâncias do contexto em que estava inserida a escola. Era comum, por exemplo, que os professores frequentassem as residências dos alunos e vice versa.

De acordo uma ex-aluna:

*O Kuntz representa para mim a base de tudo na vida. Os alunos da época tinham um grau de amizade muito grande, nós estudávamos em grupo, éramos muito participativos e os professores muito atenciosos dentro e fora da sala de aula. Havia um clima de total liberdade para perguntas e participação dos alunos. Apenas para citar um exemplo, a Profa Zeni de Assis Benetti de matemática nos convidava para que fossemos a sua casa no município vizinho de Santos somente para tirarmos dúvidas a respeito da matéria. Na época a única ligação com Santos era a Ponte Pênsil e a viagem de ônibus levava mais de uma hora, porém valia a pena, pois ela nos recebia com todo o carinho e nos atendia para dirimir qualquer dúvida a respeito da matéria. Quando ela se mudou e passou a residir em Praia Grande, ela continuou a nos atender em sua casa sempre que houvesse necessidade. Eu me lembro que vários professores se disponibilizavam inclusive para dirimir dúvidas de outras disciplinas. (ALVES DA FONTE, ex aluna, 2014).*

Os docentes do “Kuntz”, por terem um forte vínculo com a escola, mostravam-se dispostos a organizar atividades extracurriculares e a participar de atividades culturais, esportivas ou comunitárias que eram realizadas pelos alunos dentro ou fora da escola.

Lembramos aqui, por exemplo, de um torneio de xadrez que envolveu toda a escola e foi organizado pelo Prof. Valfrides Benetti da disciplina de matemática. Os jogos aconteciam também nos fins de semana e os alunos e professores iam à escola no sábado e no domingo com muita disposição e visível interesse em participar desta e de outras atividades que eram realizadas. De certo modo, o “Kuntz” fazia parte não só da vida profissional dos docentes, mas também da vida pessoal de grande parte deles.

Nesse contexto, uma ex-aluna afirma que:

*O Kuntz era muito organizado, os professores eram acessíveis. Tenho uma lembrança especial da Profa. Julia Duboc de Souza da disciplina de História que nos recomendava em aula a leitura de livros que juntavam a história com o pensamento político o que foi fundamental para que pudéssemos entender a nossa época e a estrutura política do momento. Dentre esses livros eu me lembro especialmente da Utopia de Thomas Morus e da Revolução dos Bichos de George Orwell. Lembro-me também da Profa. Denise Levy de Língua Portuguesa que era austera, mas muito acessível e apoiava nossas atividades culturais. Lembro-me especialmente dela ter prestigiado um espetáculo teatral que os alunos organizaram e encenaram no teatro da fortaleza de Itaipu (quartel do Exército sediado na cidade). Esse espetáculo foi organizado pelo TEP (Teatro do Estudante praiagrandense), um grupo teatral que não foi organizado dentro da escola, mas era composto totalmente pelos alunos da escola. (MORATO, ex-aluna, 2014).*

O depoimento desta ex-aluna diz respeito à profundidade da abordagem do conhecimento no “Kuntz”. Havia na época professores que trabalhavam com os alunos obras literárias em sua completude. Destaque-se aqui o teor político das obras citadas pela depoente, que são clássicos e fazem parte das tradições de conhecimento e que trazem ainda uma perspectiva de reflexão para se pensar a vida em comunidade, além dos aspectos políticos envolvidos. Assim, o contato com esse objeto de estudo provoca no aluno um sentido de “suspensão”, tese defendida por Masschelein e Simons (2013, p.32) e que está destacada no capítulo 1 deste trabalho. Isso está relacionado também ao Direito à informação e ao direito a uma fração de conhecimento construído pela humanidade proporcionando ao aluno uma abertura para o mundo naquilo que é possível em torno de uma experiência escolar. Proporciona também uma formação crítica em razão do caráter das obras literárias em questão, embora a idéia de criticidade não esteja atrelada a uma visão de mundo, mas sim nas diferentes tradições de conhecimento.

Complementando o depoimento da aluna Morato, lembramos ainda de outras duas obras literárias trabalhadas pela mesma docente da disciplina de História em sua completude: Admirável Mundo Novo de Aldous Huxley e Emilio ou da Educação de Rousseau. Essas obras literárias, além das obras já citadas pela depoente trabalham de certa forma conceitos filosóficos que não eram na época contemplados por uma disciplina específica. Em outras disciplinas também havia o contato com outras obras literárias em sua totalidade e não apenas

por resumos ou artigos. Isso nos dá a idéia mais acertada de que nas dinâmicas escolares era garantido um ensino com mais assertividade e mais profundidade.

Segundo uma ex-professora:

*O Ensino era ministrado com rigor, como era exigido na época, no entanto havia uma acolhida perfeita por parte dos alunos. Hoje eu fico admirada ao lembrar que conteúdos que naquela época eu ensinava na 1ª série ginásial, eu não conseguia no final da década de 80, no final da minha carreira, ensinar no 3º ano do Ensino Médio. Eu tenho comigo algumas provas que eu aplicava na década de 60 e início dos anos 70 e ao revê-las, eu mesma hoje acho difícil resolver aquelas questões que eu mesma propunha e hoje eu digo a mim mesma: nossa, que maravilha eu ensinava isso e os alunos conseguiam resolver essas questões”. (AMIEIRO, ex-professora, 2014).*

O depoimento da ex-professora denota que naquela época se exigia mais do aluno, isso tem a ver com um sentido de formação, ou seja, exigir que o aluno vá além de si mesmo e do seu próprio mundo “por meio da prática e do estudo” (MASSCHELEIN; SIMONS, 2013, p.49).

Havia também alguns professores que realizavam regularmente atividades fora do espaço da sala de aula e até mesmo fora da escola, mas que estavam diretamente relacionadas com a sua disciplina. Um exemplo dessa prática participativa nos é relatada por um ex aluno:

*O Professor Alfredo chegou a fundar na escola um clube de Geografia. Nós saíamos a campo para fazer uma coleta de material como pedras por exemplo que serviam para o estudo do solo. Todo o material recolhido era depois exposto em uma das dependências do colégio. Na aula de Artes o Prof. Valdemar nos ensinava a utilizar um simples palito de sorvete para a construção de uma fruteira. Ainda na disciplina de artes nós fabricávamos vários painéis com a utilização de uma madeira compensada muito fina e um arco de serra.” (ANTUNES, ex-aluno, 2014).*

O rigor didático era uma característica da experiência escolar que se verificou no “Kuntz” da época. Na opinião de um ex-aluno isso colaborava para que o aproveitamento escolar por parte dos discentes fosse muito bom:

De acordo com Yonamine:

*Os professores eram muito rigorosos e trabalhavam em conjunto, o Alfredo Ponce Amieiro de Geografia, a Margarida Pinto Baptista de Inglês, o Valfrides Benetti de Matemática, sua esposa Zeni Benetti, também de Matemática, a Nanci Neves Gmeiner de Português, o Arthur Urbano de Biologia, enfim cada um deles conhecia cada um dos alunos pelo nome e conhecia também as suas famílias. Eles sabiam quais eram as atividades profissionais das famílias de cada um dos alunos e apesar do rigor didático, havia um clima de muita amizade e respeito entre professores e alunos e por conta disso o aproveitamento dos alunos era muito bom (YONAMINE, ex-aluno, 214).*

No entanto, apesar desse rigor citado pelo ex-aluno, deve-se destacar que rigor e amizade não são elementos contraditórios. Professores e alunos se conheceram no “Kuntz” no âmbito de uma relação institucional, onde os papéis marcavam claramente a função de cada um (CARVALHO, 2004, p.331). A relação de respeito, também citada pelo aluno, era

manifestada a partir dessa função e desse papel de cada um no âmbito institucional. Nesse sentido, a amizade que naturalmente surgia entre os envolvidos não é contraditória, embora essa idéia de amizade não seja necessariamente característica da função docente. Ela surgia naturalmente pelo fato de ter sido construída no âmbito de uma relação profissional seria que não perdia de vista aquilo que se espera do trabalho do professor e da função da escola: respeito pelo aluno e respeito pelo conhecimento que o aluno tem por direito. Essa relação de amizade era forjada, portanto a partir dessa relação institucional que no âmbito escolar deve vir em primeiro lugar. A relação institucional que se construía naquele espaço e naquele período, acabava por favorecer um clima propício à construção de um relacionamento notadamente amistoso e, sobretudo respeitoso.

A Professora Amieiro afirma que:

*O clima no “Kuntz” era maravilhoso. Era uma satisfação conviver com alunos e professores nesse período. O relacionamento entre as pessoas era perfeito e eu posso definir a escola naquela época como uma verdadeira família. As pessoas se gostavam, tinham prazer em participar, ajudar, estudar, enfim era um clima de total amizade entre todos os envolvidos.”. (AMIEIRO, ex professora, 2014).*

Ainda sobre a prática pedagógica do “Kuntz” no período, um ex-aluno descreve sua opinião a respeito:

*A qualidade do ensino no Kuntz era de excelência. Se pudéssemos fazer uma pesquisa entre os alunos que passaram pelos bancos da escola naquele período, vamos encontrar uma gama enorme de pessoas bem sucedidas: Médicos, Advogados, Engenheiros etc. e eu não tenho duvida nenhuma de que isso tem uma relação direta com a qualidade de ensino que era oferecida no Kuntz. Talvez em virtude da educação e do respeito que existia na época a liberdade que tínhamos na relação professor/aluno era total para perguntar, participar das aulas e às vezes até questionar. Eu me recordo que existia uma boa abertura para que o aluno tivesse uma plena participação no processo educativo”. (LOBÃO, ex aluno, 2014).*

Cabe destacar, que o ensino naquela época embora tivesse sido marcado por uma relação mais assertiva e rigorosa, o trabalho no “Kuntz” que aqui está sendo discutido denota uma participação intensa dos alunos, longe de uma postura passiva. O relato acima aporta que o ensino no “Kuntz” não só permitia a participação como valorizava essa participação e o envolvimento do aluno com aquilo que estava em jogo ou seja, um ensino adequado capaz de oferecer ao aluno condições de assimilar conteúdos de aprendizagem e desenvolvessem a capacidade de pensar sobre esses conteúdos. Isso exclui o estereótipo de que naquela época o ensino era um fenômeno de mão única, ou seja, o professor seria o detentor de todo o conhecimento e o aluno apenas um agente que deveria absorver esse conhecimento de forma passiva. O envolvimento dos alunos com a escola naquele período e o aspecto participativo do aluno em sala de aula observado nos depoimentos dos agentes não permitem fazer um

juízo generalizado de que ali houvesse um ensino de mão única. Pelo contrário, era um ensino que talvez incentivasse uma crescente autonomia do aluno em função das atividades em sala de aula e fora dela. O depoimento acima nos dá essa ideia, ou seja, a percepção de que o aluno interagiu com o que era trabalhado em sala de aula. Essa interação era uma marca dessa experiência escolar, ou seja, uma interação com o objeto de estudo e com o professor. Um ensino que fazia com que o aluno transcendesse para além de si mesmo com a abordagem de conteúdos que favoreciam essa perspectiva, como por exemplo a leitura de obras literárias clássicas como já exposto anteriormente.

O depoimento acima do ex-aluno Carlos Ananias Lobão coincide de certa forma com o relato de outros alunos, em especial um colega seu que é Engenheiro civil, foi eleito vereador na cidade por 4 legislaturas seguidas e hoje está afastado de suas funções na Câmara Municipal para ocupar o cargo de Secretário Municipal de Urbanismo. O depoimento dele a seguir nos dá a percepção de que o “Kuntz”, no período, favoreceu uma formação sólida àqueles que naquela época tiveram a oportunidade de frequentar os bancos daquela escola .

De acordo com um ex-aluno:

*A passagem pelo “Kuntz” foi muito importante na minha vida. Hoje eu sou um Engenheiro Civil formado pela UNESP e toda a base para que eu pudesse ingressar na Universidade foi dada pelo “Kuntz Busch”. No vestibular da época a concorrência era grande, mas eu obtive êxito, assim como temos inúmeros exemplos de colegas que obtiveram sucesso. Eu poderia citar o Mazakazu Higa que é Físico Nuclear e Engenheiro Mecatrônico formado pela USP, o Nelson Shinzato que é Engenheiro Aeroespacial formado pelo ITA e foi diretor de planejamento da EMBRAER e que atualmente é vice presidente da TAM, a irmã dele que é médica formada pela UNICAMP, etc. Esses são os meus colegas da colônia japonesa com quem eu tinha uma maior aproximação, mas se eu for lembrar aqui nós poderíamos citar uma infinidade de outros colegas que obtiveram sucesso na carreira profissional e devem parte disso a passagem pelos bancos escolares do KUNTZ que nos deu toda a base para que pudéssemos chegar onde chegamos. (YONAMINE, ex-aluno, 2014).*

Ao relatar as práticas e condutas docentes da época, uma ex aluna, cita o currículo, e sobre ele afirma que a época “havia mais coesão e densidade cultural” do que hoje:

*Em termos de currículo, naquela época havia mais coesão e densidade cultural do que nos dias de hoje. Havia professores, por exemplo, que trabalhavam com livros didáticos e que conseguiam desenvolver atividades utilizando todo o conteúdo do livro ao longo do ano letivo. Não consigo ver nada de supérfluo na época. Poderia citar algo que na época me parecia ineficaz, mas não supérfluo. Na disciplina de língua estrangeira, por exemplo, havia um Professor (Juarez) que nos fazia decorar poesias em língua francesa, mas ainda assim havia mais densidade acerca da cultura daquela língua ensinada como, por exemplo, esse Professor de Francês que de maneira pitoresca e bem humorada nos apresentava juntamente com a língua a cultura da França como o estilo musical e a arte por exemplo. (MORATO, ex-aluna, 2014).*

Sobre o currículo, o que de certa forma o norteava no período que é objeto desta pesquisa, era a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 4024/61, complementada pela Lei 5692/71 que fixou as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus. Quando o “Kuntz” foi instalado estava em vigor a Lei 4024/61 que em seu artigo 44 já admitia certa flexibilização do currículo de acordo com cada estabelecimento. “O ensino secundário admite variedade de currículos, segundo as matérias optativas que forem preferidas pelos estabelecimentos”. (BRASIL, 1961).

No início da década de 60, segundo Souza (2008), o Conselho Federal de Educação indicou as matérias obrigatórias no Ensino Médio. Cabe preconizar que o Ensino Médio, segundo a legislação do período, representava o Ginásio (hoje, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental) e o Colegial (hoje Ensino Médio):

Em 1962, o Conselho Federal de Educação indicou as matérias obrigatórias do ensino médio: Português (sete séries), História (seis séries), Geografia (cinco séries), Matemática (seis séries) e Ciências (sob a forma de iniciação à ciência, duas séries, sob a forma de ciências físicas e biológicas, quatro séries). Para completar o número de disciplinas obrigatórias do sistema federal de ensino, foram indicadas as seguintes possibilidades: desenho e organização social e política brasileira, ou desenho e uma língua clássica e uma língua estrangeira moderna, ou duas línguas estrangeiras modernas, em ambos os ciclos, ou uma língua estrangeira moderna e filosofia, esta apenas no 2º ciclo”. (BRASIL, 1962b, p.16 apud SOUZA, 2008, p.234).

Souza (2008), prossegue descrevendo o currículo da época:

Entre as disciplinas optativas foram relacionadas no ciclo ginásial: línguas estrangeiras modernas, música (canto orfeônico), artes industriais, técnicas comerciais e técnicas agrícolas. No ciclo colegial; línguas estrangeiras modernas, grego, desenho, mineralogia e geologia, estudos sociais, psicologia, lógica, literatura, introdução as artes, direito visual, elementos de economia, noções de contabilidade, noções de biblioteconomia, puericultura, higiene e dietética. Além da Educação Física, foram considerada práticas educativas: educação cívica, educação artística, educação doméstica, artes femininas e industriais”. (SOUZA, 2008, p.234).

A visão de alguns alunos entrevistados acerca do currículo do “Kuntz” no período indica a sua aceitação e a compreensão de que o rol de matérias que a lei estabelecia, de acordo com a concepção dos mesmos (os alunos), à época, não era algo passível de mudança. Um ex-aluno, por exemplo, quando questionado a respeito do que achava do currículo na época afirmou que “o currículo era o normal adotado na época para todas as escolas da rede estadual e todas as disciplinas eram importantes para uma base de formação geral”. (LOBÃO, ex-aluno, 2014).

Em relação às práticas e condutas docentes, apesar do forte contexto político característico do período, de acordo com os depoimentos aqui colhidos de professores e alunos da época, essas práticas foram fundamentais na formação daqueles que por ali

passaram e, acredita-se se constituíram em um elemento que tenha favorecido uma formação para a cidadania, pois naquele período do ‘Kuntz’, as práticas e condutas docentes, as disciplinas e as atividades extra-curriculares contribuíam efetivamente (segundo os relatos dos atores envolvidos) para o aprendizado e para uma formação geral não vinculadas necessariamente aos valores e ideias pregadas pelos governantes daquele período. Além disso proporcionavam ao aluno e também ao corpo docente um grande envolvimento com a escola a ponto de o ‘Kuntz’ ser considerado na opinião de muitos deles como uma extensão de seus lares.

### **3.3 O envolvimento da escola com a comunidade e os eventos marcantes no período**

O marcante envolvimento da comunidade com a escola teve início antes mesmo de sua inauguração. Como a Prefeitura de São Vicente alegava que a verba disponível não era suficiente para a construção do prédio aonde a escola viria a funcionar, o vereador Oswaldo Toschi, que coordenou as obras à época, recolheu da comunidade doações em dinheiro e também em forma de material de construção para que fosse agregado ao capital disponibilizado pela Prefeitura. Segundo Toschi (2003, p.102), 47 benfeitores entre empresas e pessoas físicas fizeram doações em dinheiro e 7 empresas fizeram doações em material de construção. Ainda de acordo com Toschi (2002, p.101), o custo total da construção do prédio que abrigaria o primeiro ginásio da cidade foi de 24 milhões e 125 mil cruzeiros<sup>3</sup>. Desse total, pouco mais de 5 milhões foram em doações da comunidade (em dinheiro e material de construção). Os esforços da comunidade que se associou à ideia do então Vereador do município de São Vicente Oswaldo Toschi, que coordenou as obras, fizeram com que a construção tivesse início em março de 1965. Havia listas de doações que eram depositadas no antigo Banco Moreira Salles S/A em São Paulo e esse esforço concentrado permitiu que em pouco mais de 3 meses, em 28 de julho daquele mesmo ano, a escola estivesse pronta para ser inaugurada. Inclusive o aterro do terreno foi objeto de doação, bem como o transporte do mobiliário para o início do funcionamento da escola.

<sup>3</sup> Segundo a Revista 4 rodas da Editora Abril, um veículo popular modelo Gordini da Willys Overland do Brasil, custaria em Agosto de 1965 a quantia de 3 milhões de cruzeiros. Ao fazer um cálculo proporcional, portanto o custo da obra em reais, hoje, seria de aproximadamente 253 mil reais.

De acordo com Toschi (2003):

Todo o aterro para a construção do ginásio educacional foi fornecido por Roberto Andraus, com suas máquinas, que funcionavam na Cidade Ocian. O comendador Monteiro, dono de uma empresa de transportes muito conhecida no Estado, a Lusitana, colaborou com seus caminhões, trazendo de São Paulo para o ginásio todo mobiliário, com carteias, mesas, etc., totalmente grátis, da Secretaria de Educação, que não tinha verba para o transporte. (TOSCHI, 2003, p.100).

Depois que a escola foi inaugurada, o estabelecimento ficou conhecido na comunidade simplesmente como “o Ginásio”, visto que se tratava na época da única escola que oferecia este nível de ensino existente na cidade. Diante dessa condição, havia, de acordo com professores, alunos da época e pais de alunos que freqüentaram a escola no período, uma mobilização constante da comunidade, naquilo que lhe cabia, para que “o Ginásio” funcionasse com qualidade já que grande parte das famílias da cidade, de todos os bairros, tinham seus filhos matriculados naquele estabelecimento.

Em todos os eventos realizados pela escola percebia-se, conforme os depoimentos aqui colhidos, uma intensa participação e envolvimento da comunidade. Em dois eventos, em especial, a festa junina e a gincana de aniversário da escola (realizada anualmente no mês de abril), era efetiva a participação dos pais de alunos e do comércio local. Quando um comerciante local recebia a visita de um professor ou dirigente da APM solicitando uma doação para a realização da festa junina, por exemplo, a colaboração, de acordo com os relatos aqui obtidos, era sempre feita com boa vontade, pois se observava na cidade o prazer das pessoas em ajudar “o Ginásio” recém inaugurado, cuja luta para sua instalação foi árdua e contou com a colaboração de muitos desses comerciantes que agora procuravam ajudar de outra forma. Era comum verificar a presença de pais de alunos trabalhado a noite inteira para montar as barracas das festas juninas promovidas pela escola, e, posteriormente durante a festa, esses mesmos pais atendiam à comunidade no interior dessas barracas. Em relação às festas juninas, de acordo com um ex-aluno *“As famílias e os moradores se integravam para a realização dessa festa que era feita nos fundos da escola em um terreno que existia ali”* (Yonamine, ex-aluno, 2014).

De acordo com Toschi:

*O envolvimento da comunidade com o “kuntz” era impossível de mensurar. Nada que a escola precisasse era negado por comerciantes, pelos clubes de servir e pela comunidade. Existia um carinho e uma atenção da comunidade para com a escola que eu chegava a imaginar que para aquela comunidade a escola era uma espécie de “lugar sagrado”. Eu sentia às vezes até uma certa competição “no bom sentido” a respeito de quem ajudava mais (TOSCHI, ex-funcionária).*

Os agentes políticos da cidade também se envolviam com a escola colaborando em tudo o que fosse preciso. Como já preconizado aqui, todos os alunos carentes que

precisassem, obtinham retorno da APM em termos de uniforme ou material escolar por exemplo. Nesse sentido havia políticos da época que tinham uma efetiva participação na Associação de Pais e Mestres nos primeiros anos de existência do “Kuntz”. Segundo a ex-secretária da escola *“A Sra. Neide, esposa do Vereador Jaspe (Presidente da Câmara Municipal nos anos 1970) estava sempre presente às reuniões da APM, assim como o ex-vereador José Martins da Silva, ambos tinham seus filhos matriculados na escola” (Toschi, ex secretária escolar, 2014).*

O primeiro Prefeito eleito do município de Praia Grande, ao ser questionado a respeito do envolvimento da escola com a comunidade, prestou o seguinte depoimento:

*A escola foi um sonho de todos os praiagrاندenses. Todos queriam que seus filhos fizessem o curso ginásial naquela escola, porque até aquele momento, quem quisesse estudar no ginásio teria que ir para Santos no “Canadá” ou para São Vicente no “Martim Afonso”. A qualidade dos alunos, dos professores, dos funcionários, era fantástica. Todos brigavam e lutavam pelo “Ginásio Estadual” (LORIA JUNIOR, ex-prefeito, 2014).*

Quando instalada, em 1965, a escola contava com apenas 7 classes e começou a ficar pequena para atender a população que estava crescendo no município de Praia Grande recém emancipado. Assim, o primeiro Prefeito eleito da cidade a época, Dorivaldo Loria Junior, ampliou suas instalações construindo com recursos da prefeitura mais 3 salas de aula e um espaço para o funcionamento da primeira biblioteca, que mais tarde passou a funcionar em conjunto com a Biblioteca Municipal, nas dependências da escola. Desta forma, o ex-prefeito Dorivaldo Loria Junior, entrevistado para esta pesquisa, fez a seguinte afirmação: *“Todas as ampliações feitas naquela escola foram feitas em nosso governo, com recursos da Prefeitura. E não só as ampliações, a quadra esportiva e outros equipamentos daquela escola, também foram feitos com recursos municipais”.* (Loria Junior, ex-prefeito, 2014).

Figura 19 – O Laboratório de Ciências.



Sala disponibilizada para o funcionamento do Laboratório de Ciências que ficou ociosa já que não havia equipamentos para que a mesma efetivamente funcionasse como laboratório.

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo de Praia Grande.

Na construção do prédio da escola, uma das salas foi disponibilizada para que ali funcionasse um Laboratório de Ciências. No entanto, no início do funcionamento do Ginásio, o mesmo não funcionava, pois o Estado não havia enviado na inauguração o equipamento necessário.

No entanto, a comunidade teve uma importante participação para a resolução do problema através de uma entidade filantrópica recém fundada na cidade. O Lions Clube de Praia Grande, fundado em 1967 (no ano da emancipação da cidade) que possuía, em seu quadro social empresários, comerciantes e profissionais de grande representatividade na época, viabilizou a doação de todo o equipamento para que o laboratório pudesse ser efetivamente utilizado. Assim, aquele espaço recebeu a denominação de Laboratório “Lions Club”, conforme inscrição em uma placa de acrílico que o identificava na porta do mesmo.

Figura 20 – Solenidade de Inauguração do Laboratório de Ciências.



A solenidade de entrega dos equipamentos do laboratório que recebeu a denominação de “Lions Club”

Na mesa da esquerda para a direita, de pé o Presidente do Lions Club Douglas Fernandes Cunha, seguido do Prof. Alfredo Ponce Amieiro e o Prof. Roque Sandoval (1º diretor).

Fonte: Acervo da E.E. “Reynaldo Kuntz Busch”.

Os primeiros anos de funcionamento do “Kuntz” coincidem com o surgimento de vários outros movimentos na cidade (filantrópicos, culturais e esportivos), que para além das atividades escolares, contavam com a participação efetiva dos alunos da escola. Poder-se-ia citar, dentre outros: o Interact Club, o TEP (Teatro do Estudante Praiagrاندense), a Organização Esportiva e Educacional dos Mirins de Praia Grande e o Grupo Folclórico Luso-Brasileiro do Elos Clube local. Esses movimentos não surgiram dentro da escola, mas seus participantes eram todos alunos do “kuntz”, e, não raro, realizavam atividades em conjunto com a escola. Enfim, eram outras instâncias de formação (CARVALHO, 2002, p.6), que não pertenciam diretamente à escola, mas cooperavam com ela, ainda que indiretamente, como uma espécie de instância paralela de formação.

O “Kuntz” foi também marcado pela realização de grandes eventos que contavam com a participação efetiva dos alunos e da comunidade. Os eventos eram organizados pela direção e pelos professores e contavam com a participação ativa dos alunos. Algumas vezes até havia eventos que não eram organizados pela escola, mas esta não os coíbia, ao contrário, os apoiava uma vez que eram os alunos que participavam da organização desses eventos. Um exemplo de um momento marcante na história da escola acontecia todos os anos no mês de abril quando que se comemorava o aniversário do “Kuntz”. Em um dia letivo previamente agendado no calendário escolar era realizada uma gincana interclasses.

Essa gincana se iniciava pela manhã quando um representante de cada classe recebia um envelope com tarefas a serem cumpridas e os participantes tinham o dia inteiro para fazê-lo. As tarefas eram as mais variadas como, por exemplo; conseguir a maior quantidade de alimentos não perecíveis para que fossem doados a uma instituição de caridade, conseguir cópia do diploma de um formando da primeira turma da escola, trazer uma senhora que tenha o maior número de filhos, trazer um artista de TV que fosse nacionalmente conhecido, dentre outras. Muitas dessas tarefas tinham um grau de dificuldade muito grande e isso despertava a mobilização de praticamente toda a cidade. Amigos e parentes dos alunos participavam ativamente da gincana e no final do dia todos compareciam a escola para ver de perto qual seria a classe vencedora.

O Prefeito que governou a cidade de 1969 a 1972 e posteriormente de 1977 a 1982, Dorivaldo Loria Junior ao ver toda a cidade se mobilizando nessa gincana, teve a ideia de conceder à classe vencedora um prêmio especial: um representante da classe vencedora seria empossado como prefeito da cidade por um dia. Os demais alunos assumiriam as secretarias municipais e a câmara de vereadores. O Prefeito por um dia exercia o cargo, assinando decretos e enviando projetos de lei para a Câmara Municipal. Um exemplo disso ocorreu no ano de 1971 quando a escola ainda não dispunha de um aparelho telefônico. De acordo com a ex-Professora Amieiro: *“O aluno Mazakazu Higa que assumiu a prefeitura por um dia naquele ano requisitou da Cia Telefônica do Litoral Paulista a instalação de uma linha telefônica na escola e obteve êxito”*. Os demais alunos que assumiam a Câmara Municipal participavam de uma sessão oficial, que segundo o Presidente da Câmara à época era considerada válida (o teor da sessão era registrado pelo sistema de taquigrafia da casa) e esses “vereadores” empossados simbolicamente nessa sessão, apresentavam indicações, requerimentos e projetos de lei ao Prefeito que eram analisados e posteriormente, de acordo com a viabilidade, executados.

Figura 21 – Notícia do Jornal Panorama de Praia Grande



Artigo do jornal local que destacava a necessidade de que o Ginásio Estadual da cidade recém inaugurado contasse com um aparelho telefônico

Fonte: Acervo da Secretaria de Cultura e Turismo de Praia Grande

Sobre a gincana, um ex-aluno afirma que:

*Nas gincanas anuais de aniversário da escola, a classe vencedora elegia entre seus membros um aluno e o Prefeito de Praia Grande a época, Dorivaldo Loria Junior, concedia a esse aluno a oportunidade de exercer o cargo de prefeito por um dia. Esse aluno era empossado oficialmente e simbolicamente no cargo, exercendo de fato a administração da cidade naquele dia. Em uma dessas ocasiões, no início da década de 70, minha classe saiu-se vencedora e eu fui eleito o prefeito tendo a oportunidade de nomear também por um dia todo o meu secretariado. Como prefeito por um dia eu tentei conseguir diversos benefícios para a escola, eu pedi, por exemplo, a reforma da quadra do "Kuntz" e pedi também a instalação de um barômetro na cidade e eu me lembro também de ter assinado algumas leis dando denominação a algumas ruas da cidade. (ANTUNES, ex-aluno, 2014).*

Figura 22 – Festa de Aniversário do Colégio



Comemoração de aniversário da escola em 1971. Junto ao bolo, o diretor da escola (Prof. Adauto), o Comandante do 6º G.A.Cos.M. e o Prefeito da cidade Dorivaldo Loria Junior.

Fonte: Acervo pessoal da Profa. Elizabeth da Silva Colafati

Sobre o exercício do mandato de Prefeito por um dia, o ex-prefeito Dorivaldo Loria Junior afirma que:

*Essa foi a idéia mais “bacana” que nós idealizamos. Eu sempre sonhei em ver os jovens participando da vida pública. Eu mesmo comecei cedo, fui eleito prefeito da cidade pela primeira vez com 28 anos. O primeiro prefeito eleito nessa gincana do colégio foi um descendente de japoneses, o Mazakazu Higa. Eu me lembro que a eleição foi feita pelos alunos de sua classe que venceu a gincana, portanto, foram eles que o escolheram na Câmara Municipal para governar a cidade por 1 dia. Depois ele escolheu o seu secretariado municipal e tomou posse como prefeito por 1 dia. No efetivo exercício do mandato simbólico eles ficavam a vontade, eles escreviam, tinham as idéias e depois nós (as autoridades) referendávamos as suas sugestões e pedidos. O que era interessante é que suas sugestões eram feitas não para eles, mas para a comunidade dos bairros onde eles moravam. A primeira sugestão que eles fizeram era para que terminasse com os córregos (valas) nas praias. O Higa tinha o sonho de melhorar o bairro onde ele residia que na época era onde estava instalada uma das maiores plantações de chuchu do Estado de São Paulo. Ele pediu, por exemplo, a melhoria do canal do bairro para que a água não invadisse a plantação e pediu também a melhoria das instalações da Associação Okinawa de Praia Grade, uma associação de expressão japonesa que congregava brasileiros e japoneses e estava instalada naquele bairro. (LORIA JUNIOR, ex-prefeito, 2014).*

Essa experiência proporcionada pelo Prefeito da época não deixa de ser uma inserção no mundo público. Não é obviamente uma experiência única e exclusiva, mas certamente é uma experiência que se destaca nesse sentido. O que significava isso? Era uma prática comum na época? Certamente que não. Isso foi uma característica específica de uma cidade recém emancipada e de uma escola recém inaugurada em uma comunidade que se “permitiu” proporcionar essa experiência sem “incomodar” o poder constituído.

Essa experiência formativa e de caráter político transcende os muros da escola. De acordo com Canivez (1991, p.30), “a cidadania é, pois, a participação *ativa* nos assuntos da cidade”. Assim, o prêmio dessa gincana proporcionava uma oportunidade prática do exercício da cidadania ao oportunizar aos jovens a inserção no mundo público. Silva (2009, p.561), afirma que “a iniciação dos jovens num mundo público se reveste de uma grande responsabilidade, cuja importância reside na própria continuidade desse mundo e na possibilidade de sua constante renovação”.

Não se acredita que se essa proposta fosse bem vista pelo poder constituído a ponto dela se estender na época para todas as escolas da rede pública de São Paulo naquele período de exceção. Hoje temos várias experiências semelhantes no Estado de São Paulo como o “Parlamento jovem” por exemplo em que Deputados Estaduais são escolhidos para o exercício do mandato de um dia dentre todas as escolas na rede. No entanto, em uma época de restrição de direitos e de um exercício limitado da cidadania, essa experiência específica que inicia o jovem na participação da vida pública só poderia ser realizada em um contexto também específico que possivelmente não representasse nenhum risco ao poder constituído da

época. Esse talvez fosse o caso de Praia Grande e do “Kuntz” no recorte temporal desta pesquisa.

Observe-se ainda que no depoimento do ex-prefeito, os alunos de alguma forma demonstravam o sentido de formação vivenciada no “Kuntz”, pois sua participação na vida pública nessa oportunidade específica oferecida pelo Prefeito, mostrava um aluno preocupado com as necessidades da comunidade e não apenas em exercer um cargo público, ainda que simbolicamente. Não havia por exemplo, no exercício do “mandato simbólico por um dia” propostas que revelassem a simples preocupação de marcar sua passagem na vida pública pela mudança de um nome de rua ou algo do tipo, pelo contrário, havia uma preocupação com as necessidades da comunidade. Desta forma, essa experiência proporcionava aos alunos, ainda que de forma pontual, um gosto pela inserção no mundo público. Acredita-se que essa capacidade de sentir prazer em participar da vida pública verificada entre os alunos, só foi possível em razão do sentido de formação que o “Kuntz” proporcionou, como tem sido enfaticamente destacado até aqui. Isso de certa forma está relacionado com a hipótese inicial desta investigação que busca verificar no “Kuntz” elementos que favoreceram uma formação para a cidadania no período que é objeto desta pesquisa.

A última gincana de aniversário da escola que premiou a classe vencedora com a posse de seus integrantes na administração da cidade ocorreu em 1977. Naquela oportunidade a classe vencedora foi o 3º colegial “A” do período matutino. Os integrantes daquela classe fizeram parte da administração municipal nos cargos do poder executivo. A escolha dos mesmos deu-se por votação realizada pelos alunos da classe e o resultado desse pleito é guardado até hoje pela irmã do “Prefeito eleito” Elisabeth Fernandes Correa em uma folha de caderno daquela época. O Prefeito escolhido foi Walter Fernandes Correia Junior. Os alunos do 2º Colegial “A”, também do período matutino que ficaram em segundo naquela gincana assumiram os cargos de vereadores por um dia na Câmara Municipal. O autor desta dissertação exerceu o cargo vereador por um dia assumindo o cargo de secretário da Câmara Municipal naquele ano.

No final da década de 1970, a cidade começou a crescer, foram sendo criadas outras Escolas Estaduais em Praia Grande e o “Kuntz” estava gradativamente deixando de ser único. Assim, a manutenção desse tipo de ação por parte do Poder Público começava a se tornar inviável, a menos que se estendesse a outras escolas, o que segundo o Prefeito da época, naquele momento, não era possível.

Figura 23 – Os cargos do “Poder Executivo”

|                        |             |
|------------------------|-------------|
| PREFEITO               | → WALTER    |
| ASSISTENTE DO PREFEITO | → JÚLIO     |
| DIR. JURÍDICO          | → NICOLAS   |
| " ADMINISTRATIVO       | → SANDRA    |
| " OBRAS                | → GERSON    |
| " FAZENDA              | → ALEDIS    |
| " SAÚDE PÚBLICA        | → ANA       |
| " SERV. PÚBLICO        | → JOCENICE  |
| " EDUCAÇÃO             | → OLÍVIA    |
| CHEFE DE GABINETE      | → TÂNIA     |
| OFICIAL DE " "         | → ANTONIO   |
| PRES. S.O.S.           | → ANA MARIA |
| SECRET. S.O.S.         | → CÍCERA    |
| TESOUR. S.O.S.         | → VERA      |
| REL. PÚBLICAS          | → MARCO     |
| SUP. DE SEGURANÇA      | → MARCO     |
| MERENDA ESCOLAR        | → BERNADETE |

O “Poder Executivo” rascunhado em uma folha de caderno que foram eleitos pelos membros da classe vencedora da Gincana – o 3º Colegial “A”

Fonte: Acervo pessoal de Elisabeth Fernandes Correa

Figura 24 – O “Prefeito” momentos antes da posse no Paço Municipal



O Prefeito por um dia do ano de 1977, Walter e a “Primeira dama” Sandra, momentos antes da posse no Paço Municipal de Praia Grande

Fonte: Acervo pessoal de Elisabeth Fernandes Correa

Figura 25 – Solenidade da posse no Paço Municipal



O Prefeito por um dia do ano de 1977, Walter Fernandes Correa Jr. na solenidade de posse como Prefeito por um dia. Ao centro, o Prefeito da época Dorivaldo Loria Junior e ao seu lado esquerdo o Presidente da Câmara Municipal a época Florisvaldo Borges de Queirós

Fonte: Acervo pessoal de Elisabeth Fernandes Correa.

Figura 26 – O público na solenidade de posse no Paço Municipal



O público na solenidade de posse do Prefeito por um dia.

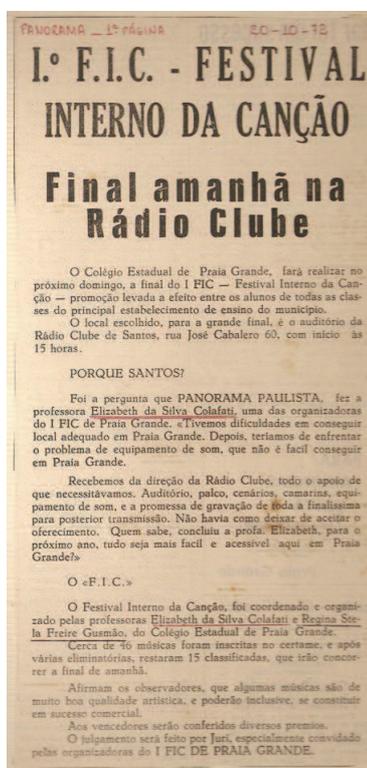
Observa-se a frente na platéia dois secretários municipais já falecidos:  
José Carlos Loria (Serviços Públicos) e o secretário de Obras Antonio Domingos de Carvalho

Fonte: Acervo pessoal de Elisabeth Fernandes Correa.

Outro evento muito comum nos anos 60 e início dos anos 70 também era realizado pela escola: os festivais de música. O mais significativo deles foi o primeiro, realizado em 1972 que teve a inscrição de 46 músicas. Foram realizadas diversas eliminatórias sendo classificadas 15 canções para a final. A final foi realizada no auditório da Rádio Clube de Santos que, inclusive, gravou o evento para que ele fosse posteriormente retransmitido. Embora a única ligação a época com a cidade de Santos fosse a Ponte Pênsil e a viagem de ônibus durasse cerca de uma hora, o auditório da emissora ficou totalmente lotado com a presença de professores e alunos.

Conforme preconiza a notícia a seguir, publicada no jornal de Praia Grande à época, a final do Festival Interno da Canção deveria ser realizada em Praia Grande, o próprio jornal questiona o fato de o evento ser realizado no município vizinho. No entanto, os organizadores do evento justificaram a escolha em razão da proporção que o evento alcançou. Não existia ainda na cidade um local que pudesse abrigar o público interessado em comparecer ao evento e não havia também equipamento de som adequado na cidade para abrigar um evento dessa proporção. Assim, como o auditório da Rádio Clube de Santos ofereceu toda a estrutura necessária, os organizadores optaram por realizar a final naquele local.

Figura 27 – Notícia do primeiro Festival da Canção



A imprensa na época noticiou amplamente o Festival nos jornais da região

Fonte: Acervo pessoal da Profa. Elizabeth da Silva Colafati

De acordo com os alunos e professores entrevistados nesta pesquisa, escola era muito respeitada, por assim dizer, também nas competições esportivas. Formavam-se ali equipes altamente competitivas. Quando a cidade recebia e sediava a realização de alguma competição escolar que envolvesse escolas da região, a maioria das provas aconteciam na Fortaleza de Itaipu (6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado), um quartel do Exército que está sediado na cidade até hoje, mas que nos dias atuais tem outra denominação: 2º Grupo de Artilharia Antiaérea. O “Kuntz” vencia grande parte das competições.

De acordo com o ex Professor Cavariani:

O evento que mais marcou para mim foram os Jogos Colegiais do Litoral Centro Sul. Foi um grande evento organizado pelos professores de Educação Física das cidades de Praia Grande, Mongaguá, Itanháem, Peruíbe, Itariri e Pedro de Toledo. Essa iniciativa aconteceu motivada pela pouca atenção dada a nossa região pelo então DEFE – Departamento de Educação Física e Esportes do Estado de São Paulo (Regional Santos). (CAVARIANI, ex-professor, 2014).

Segundo o Professor Cavariani, na época, as escolas do litoral sul não tinham a mesma atenção dos grandes centros como o município de Santos, por exemplo, quando o assunto era a realização de Jogos Colegiais. Assim, no início dos anos 70 o Professor de Educação Física José Egberto Cavariani, que iniciou sua carreira docente na escola, montou grandes equipes de competição em praticamente todas as modalidades. A escola obtinha um bom desempenho em grande parte das competições que participava, dentro do município e fora dele, uma vez que por ser a única escola da cidade que naquele período atendia a faixa etária de 11 a 17 anos, todos os alunos da cidade que tinham alguma habilidade esportiva estudavam no “Kuntz”. Nas dependências da escola havia naquela época um bom espaço para treinamentos em todas as modalidades: uma quadra poliesportiva, uma pista de atletismo, uma quadra somente para a modalidade vôlei e um local específico para o treinamento de arremesso de peso. Na época o Prof. José Egberto Cavariani montava em horários diversificados, as equipes de treinamento do “Kuntz” que nas competições eram vistas com muito respeito pelos adversários. Esse espírito participativo na área esportiva denota mais uma vez o sentido de formação verificado no “Kuntz” uma vez que a participação nesses eventos não se restringia apenas aos alunos atletas, mas sim a toda a comunidade que, por exemplo, disponibilizava seus veículos particulares para que atletas e torcida tivessem acesso aos locais de competição.

De acordo com o ex-aluno Yonamine:

O evento que mais marcou para mim foram os jogos escolares. Eu era atleta da modalidade Atletismo (provas de meio fundo de 1500 e 3000 metros) e competia representando a escola em varias etapas em nível regional, estadual e até nacional. [...]. Nós tínhamos na época uma equipe muito boa de Atletismo (corridas, saltos e arremessos) coordenada pelo Prof. Egberto que era jovem, dinâmico e sabia muito bem explorar o potencial de cada um. (YONAMINE, ex-aluno, 2014).

Figura 28 – O time de Futebol de Campo da escola em 1971



O time de futebol do KUNTZ na cidade de Pedro de Toledo para uma competição  
Na ponta a esquerda o diretor Prof. Adauto, na ponta direita o Prof. de Educação Física Egberto.

Fonte: Acervo pessoal do ex-aluno Carlos Roberto Salgado Hottz.

A escola também montava grandes equipes nas modalidades coletivas, especialmente o futebol e o Basquete. Como mostra a foto acima a equipe de futebol representava muito bem a escola conquistando grandes resultados fora do município.

O desfile cívico militar na semana da pátria realizado na cidade de Praia Grande, no final dos anos 60 e início dos anos 70, era também um grande acontecimento. O evento ocorria na Av. Presidente Costa e Silva, a principal da cidade na época e mobilizava todos os segmentos da sociedade. Todas as instituições da cidade (A Fortaleza de Itaipu que é o grupamento do Exército sediado na cidade, a Polícia Militar, os clubes de servir, as associações, os órgãos públicos e principalmente a escola) participavam dos desfiles. O “Kuntz” se fazia presente com seu corpo docente e discente completo. A escola desfilava com todos os alunos do período diurno já que para os alunos desse período a participação no evento era obrigatória. O garbo e o civismo marcavam as apresentações uma vez que os alunos desfilavam com uniforme completo e no mesmo compasso do ritmo da fanfarra (todos no passo certo), uma vez que na semana anterior ao desfile eram realizados ensaios diários no entorno da escola.

Cabe ressaltar, no entanto que mesmo em tempos democráticos como hoje, desfiles cívicos como esse não são estranhos ou condenáveis, pelo contrario, sua realização vai além

do contexto ou uso político do mesmo. Participar desses desfiles enquanto aluno significava cultivar os valores cívicos que é algo necessário a uma formação cidadã. Embora esses eventos no Brasil, naquele momento específico, fossem revestidos por uma forte conotação política pelo sistema vigente, sua realização (tanto naquela época como hoje) não significa necessariamente algo que marque negativamente uma democracia ou uma formação para a cidadania.

Os desfiles eram vistos por alunos, professores e pela comunidade, sobretudo como um evento escolar que de alguma forma motivava o aluno e trazia uma possibilidade de envolvimento coletivo desses alunos com a escola e com a comunidade e não apenas como um incentivo aos valores cívicos proporcionados pelo regime político constituído à época. Ainda que a leitura de um evento como esse possa ser feita dessa forma, a lógica da escola na época mostra um outro lado da questão identificando esse tipo de evento como algo interessante, positivo e que de alguma forma era associado com o percurso formativo e com a experiência escolar vivida no 'Kuntz' naquele contexto.

Assim, os desfiles cívicos iam para a além de uma conotação política marcada pelo contexto da época. Na região metropolitana da baixada santista, esse tipo de comemoração e essa prática, como cultura escolar geral, se faz presente até hoje não só em Praia Grande, mas em outras cidades da região com a efetiva participação das Forças Armadas, da Polícia Militar, dos órgãos públicos e da sociedade organizada através de associações de caráter cultural, filantrópico e esportivo. Em outros locais, esse tipo de comemoração pode até ter caído em desuso, mas em Praia Grande esse tipo de evento permanece sendo realizado até os dias de hoje.

Figura 29 – O desfile cívico em 1972



A linha de frente da escola no desfile de 1972, ano do sesquicentenário da independência

Fonte: Acervo da escola

Figura 30 – A Fanfarra da Escola



A fanfarra da escola que abria a passagem do “Kuntz” pela avenida no desfile de 1972

Fonte: Acervo da escola.

Figura 31 – Os alunos da Escola em Desfile Cívico



Os alunos do “Kuntz” desfilando uniformizados de forma impecável e no passo certo em 1972

Fonte: Acervo da escola.

Figura 32 – a encenação da Independência



Os alunos da escola que encenaram devidamente trajados, a Independência do Brasil em frente ao antigo paço municipal de Praia Grande, em 1972.

Fonte: Acervo da escola.

### 3.4 O “Projeto Pedagógico” do “Kuntz”.

A perspectiva de “cultura escolar” aqui já abordada também pode ser aqui cotejada a partir das finalidades – mais ou menos acordadas entre professores – e da própria dinâmica de trabalho que regiam a escola, o que nos leva a identificar, com razoável clareza, um “Projeto Pedagógico” coeso e bem delimitado no “Kuntz” no período em tela. No entanto, não se perde de vista que a perspectiva de a escola possuir um projeto pedagógico próprio em seu aspecto formal e com foco na autonomia da escola é algo mais recente e surgiu com o advento da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96). Contudo pode ser interessante tomar a perspectiva do projeto pedagógico como categoria de análise do conjunto da experiência escolar do “Kuntz”.

Essa questão, na legislação atual, está prevista no artigo 12, inciso I dessa lei: “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”, (BRASIL, 1996). Hoje, a aplicação desse artigo resultou no que pode ser definido como um “Projeto Pedagógico”, cuja construção pode se configurar em um exercício de autonomia para que a escola possa definir sua identidade própria como instituição.

De acordo com Azanha (1998):

O projeto pedagógico da escola é apenas uma oportunidade para que algumas coisas aconteçam e dentre elas o seguinte: tomada de consciência dos principais problemas da escola, das possibilidades de solução e definição das responsabilidades coletivas e pessoais para eliminar ou atenuar as falhas detectadas. (AZANHA, 1998, p.19-20).

Nesse sentido, acredita-se que a elaboração de um “Projeto Pedagógico” nos dias de hoje deve ser alvo de constante avaliação com referência aos resultados que a escola vem obtendo, as práticas que por ela são adotadas e aos objetivos almejados. Nesse sentido o “Projeto Pedagógico” torna-se hoje uma ação imprescindível para que se obtenha uma educação de qualidade, principalmente se o projeto foi construído com a participação de todos os envolvidos com a comunidade escolar e que tenha como público alvo, sempre, a formação do aluno.

No entanto, o recorte temporal de pesquisa nos apresenta uma escola, que em seus primeiros anos de existência, a palavra “autonomia” não fazia parte do contexto da época. Primeiro porque naquele período essa prerrogativa não estava prevista em lei e depois porque o país passava por um regime político de exceção e o termo “autonomia” não se adequava às regras que normalmente são impostas em um sistema ditatorial.

De acordo com Azanha (1998):

Desde o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” até a Lei nº 5692/71, o uso da palavra “autonomia” foi escasso nos documentos educacionais e, em nenhum momento, teve um significado que fosse mobilizador do magistério e indicativo de uma direção na solução de problemas educacionais. Até mesmo a norma do regimento próprio de cada escola que a Lei nº 5.692/71 manteve no parágrafo único do seu art. 22, *foi* na prática, cancelada nos arts. 71 e 81, nos quais se permitiu a adoção de regimento comum pelas administrações e sistemas de ensino. E esse cancelamento efetivamente ocorreu em São Paulo, tanto no nível do município como no do Estado, onde foram instituídos regimentos comuns para as respectivas redes escolares. (AZANHA, 1998, p.18-19).

Durante o período de exceção, portanto, as escolas públicas da rede estadual em São Paulo obedeciam a um formato de funcionamento centralizado nas instâncias superiores. Assim, o regimento interno e os guias curriculares eram uniformemente estabelecidos pela Secretaria de Educação para que fossem aplicados a todos os estabelecimentos da rede. Souza (2008) nessa questão afirma que:

Em realidade, desde o final dos anos 60, a política educacional paulista caracterizou-se pela centralização burocrática retirando cada vez mais das escolas a autonomia de decisão. O planejamento educacional foi utilizado como instrumento de racionalização e burocratização das unidades escolares justificado por argumentos de natureza técnica. (SOUZA, 2008, p.280).

Assim, ainda de acordo com Souza (2008, p.277) “seguindo as tendências da época, os guias curriculares fundamentaram-se no pensamento curricular hegemônico”, ou seja, existia por parte do poder central a ideia de que as escolas deveriam funcionar de maneira uniforme e hegemônica independente do contexto onde estivessem inseridas.

No “Kuntz”, no entanto, ainda que não houvesse um projeto pedagógico formalmente instituído, ainda que o currículo fosse centralizado e ainda que se vivenciasse na época um período de exceção, acredita-se que é possível “enxergar” a existência de um Projeto Pedagógico informal na Escola Estadual “Reynaldo Kuntz Busch”.

De acordo com Azanha (1998):

O Projeto Pedagógico é no fundo, um esforço de integração da escola num propósito educativo comum, a partir da identificação das práticas vigentes na situação institucional. Não apenas as práticas estritamente de ensino, mas também todas aquelas que permeiam a convivência escolar e comunitária. (AZANHA, 1998, p. 23).

No “Kuntz” não havia um Projeto Pedagógico formal, mas havia certa autonomia que marcava a identidade da escola e forjava os seus rumos. Nesse sentido, acredita-se que o “Kuntz” conseguia oferecer um “projeto pedagógico” com as características aqui preconizadas por Azanha. As práticas de ensino, o clima existente na escola e o intenso envolvimento do “Kuntz” com a comunidade propiciavam elementos que possibilitavam

“ver” a existência de um projeto pedagógico, mesmo que este não estivesse formalizado, já que na época não havia essa exigência. O teor das fontes orais aqui descritas se constitui em um elemento de informação que pode definir o perfil do “Kuntz” como instituição educacional que tinha essa característica.

De acordo com Amieiro:

*Não havia na época um projeto pedagógico formal, no papel, o que existia era um conteúdo programático definido pelo Estado para todas as disciplinas que geralmente vinha impresso nas páginas iniciais dos livros didáticos recomendados para a época. Aliás, na verdade, no Kuntz, havia um projeto pedagógico porém ele não estava formalizado em um papel. Quando todos trabalham voltados para o objetivo maior de tornar aquela escola a melhor, se percebia que existia um modelo pedagógico espontâneo, que não está retratado no papel, mas que na prática cumpria seus objetivos. Só para citar um exemplo de que as coisas aconteciam independente de um projeto formal,, em 1971 foi o centenário de falecimento de Castro Alves e naquele ano foi realizado um concurso de declamação de poesia que obteve a participação de todas as classes. Eu me recordo que quem venceu esse concurso foi uma aluna afro descendente que declamou a poesia “Vozes de África” e deu um verdadeiro show que emocionou a todos. Ou seja, não havia um projeto formal, mas havia vontade de trabalhar. (AMIEIRO, ex-professora, 2014).*

Uma cidade pequena, onde se podia perceber um clima quase familiar e a existência de uma única escola estadual, talvez fossem fatores que favorecessem a obtenção dos resultados aqui descritos pela Professora Nanci Gmeiner Ponce Amieiro. No “Kuntz” das décadas de 60 e 70 não era preciso que estivessem estabelecidos formalmente em um documento os direitos e os deveres de cada um dos docentes ou discentes, uma vez que esses deveres eram cumpridos naturalmente como se isso fizesse parte do dia a dia de cada um como um imperativo profissional e ético. Nesse sentido, não era preciso que um projeto estivesse formalmente estabelecido para que efetivamente fosse estipulado e posto em execução pela equipe escolar. Apenas para citar um exemplo, o respeito à autoridade docente em sala de aula ou fora dela era algo aceito e praticado como um dever e não era necessário que isso estivesse expresso em uma norma de convivência como acontece nos dias atuais.

Por fim, segundo a Professora Delsin:

*Trabalhar no “Kuntz” para mim foi a melhor fase da minha vida. Alunos maravilhosos, um corpo docente sem igual e que trabalhava em conjunto. Enfim, era muito bom. Não havia esse negócio de ficar olhando no relógio para ir embora. Era um clima muito bom, os alunos cooperavam, os pais cooperavam, até na estrutura da escola. Eles ajudavam nas festas juninas, eles ajudavam a montar as barraquinhas, eles ajudavam a consertar uma porta que eventualmente era quebrada, por acaso, não por vandalismo, pois nós nunca tivemos isso lá. Era uma escola maravilhosa, nós tínhamos saudade quando íamos embora, mas também tínhamos a casa e os filhos para cuidar, enfim era muito bom trabalhar lá. (DELSIN, ex-professora).*

Como se observa até aqui, o teor das entrevistas realizadas se repete, assim acredita-se que os depoimentos dos atores institucionais que aqui estão sendo descritos, apontam para um retrato plural do que foi o “Kuntz” no período. O termo “plural” aqui utilizado pode ser medido pelo testemunho de diferentes agentes institucionais (alunos, professores, funcionários e até mesmo o Prefeito da cidade a época). Assim, pelo fato do sentido dos depoimentos ser o mesmo, a percepção desses sujeitos sugerem um forte indício acerca do funcionamento do “Kuntz” no período em tela, especialmente pela existência de um “Projeto Pedagógico”, ainda que informal, mas que possivelmente pautou o favorecimento de elementos que concorreram para uma formação cidadã.

### **3.5 A formação para a cidadania no contexto político da época.**

A abordagem dessa questão é o cerne deste trabalho: como formar para a cidadania em tempos de ditadura? Acrescente-se ainda o fato de que a escola pública, no recorte temporal de que trata esta pesquisa, 1965 a 1978, não garantia vagas para todos que quisessem prosseguir estudos em um nível além do primário (hoje correspondente aos primeiros 4 anos do Ensino Fundamental). Em Praia Grande, que até o início de 1967 era apenas um bairro do município de São Vicente, a situação era mais grave uma vez que não havia nenhuma instituição que oferecesse o curso ginásial até o ano de 1965.

Em 1964, objetivando modificar essa realidade, o poder público associado ao esforço da comunidade começou a empenhar-se para que fosse instalada naquele bairro uma Escola da rede estadual, no sentido de que os jovens ali residentes não tivessem que se deslocar até São Vicente para prosseguir estudos. Como vimos no capítulo anterior desta, esse esforço da comunidade obteve êxito em julho de 1965 com a inauguração do Ginásio Estadual de Praia Grande. Embora o Ginásio recém inaugurado tenha minimizado o problema do deslocamento dos estudantes da região que não mais tinham que enfrentar a dura travessa da Ponte Pênsil - único acesso a Praia Grande - para estudar nos municípios vizinhos, o problema das vagas para todos ainda não seria solucionado tão cedo.

No entanto, ainda que um pouco distante da condição ideal, a nova escola já era uma grande conquista para a realidade da época e para as características da cidade recém emancipada. O recém inaugurado Ginásio Estadual de Praia Grande começava assim, a atender às aspirações de prosseguimento de estudos de uma boa parcela dos jovens residentes em Praia Grande.

Naquele início, Praia Grande era uma cidade ainda pequena e distante de um grande centro, sua reduzida população se conhecia e mantinha entre si um clima muito semelhante a uma pequena cidade do interior. Essas características acabavam por favorecer os hábitos e comportamentos da comunidade local e o envolvimento ético dessa mesma comunidade com a escola.

De acordo com Valle (2001):

Não há sentido em se falar em educação fora de uma comunidade explicitamente instituída. Mas, por outro lado, também a exigência ética só pode ser pensada a partir da vida concreta de uma coletividade instituída: derivado de ethos, que significa costume, uso, o termo ethike designa o caráter, a maneira habitual de um indivíduo de se comportar. Em uma palavra, a ética se refere a conformação, ou não, dos hábitos e comportamentos individuais aos usos e costumes que cada sociedade institui para si. (VALLE, 2001, p.2).

Talvez fosse isso que tenha ocorrido em Praia Grande na associação exitosa entre a comunidade e o Ginásio Estadual recém inaugurado. De fato, o surgimento do primeiro Ginásio Estadual em Praia Grande teve um significado especial para os moradores da cidade. A população comemorava aquela conquista e viveu os primeiros anos de existência daquele “Ginásio” como se aquele Instituto de Educação ali instalado pertencesse a todos, a cada um dos habitantes daquele bairro que se tornaria município pouco tempo depois.

De acordo com Werle, Britto e Colau (2007):

A apropriação dos elementos que constituem a base material da instituição escolar não é um processo circunscrito à comunidade interna, mas ampliado para a cidade. A materialidade da escola tem significado para a identidade institucional e para a sociedade, para os moradores das cercanias do prédio escolar. Implica na vida dos moradores da cidade mesmo que estes não tenham estudado, trabalhado ou enviado seus filhos e netos para aquele estabelecimento de ensino. À cidade como um todo pertence a escola e, portanto, a preservação da memória de instituições escolares está afeta ao ambiente no qual a escola se insere, às ruas e demais prédios, à vizinhança, bairro. (WERLE; BRITTO; COLAU, 2007, p.160).

Depois de inaugurada, a escola manteve durante alguns anos o status de único Ginásio do Estado na cidade, assim, até em razão toda a luta que caracterizou o surgimento dessa escola em Praia Grande, já descrita aqui, a comunidade acabou por se envolver com a escola de tal forma, que era notório o envolvimento afetivo de cada um com ela. Todas as entrevistas e depoimentos colhidos para a realização desta pesquisa - Professores, alunos e membros da comunidade local - evidenciam isso. De acordo com uma ex-professora:

*A comunidade tinha uma efetiva participação na escola. Sempre que era solicitada a colaboração de um pai de aluno ou um comerciante, um pedreiro, enfim a resposta era sempre positiva. A comunidade comprava as idéias que surgiam dentro da escola, colaborava e todos se faziam presentes sempre que solicitados, especialmente nos eventos que a escola promovia. A interação da escola com a comunidade era perfeita”. (AMIEIRO, 2014, ex-professora).*

Outra ex-professora, afirmou em entrevista concedida para esta pesquisa, que “*teve sua vida profissional no passado totalmente vinculada ao Kuntz*”, afirmou ainda que “*a comunidade era ativa e participativa em tudo*”. Para essa mesma comunidade, segundo a professora, a escola era uma espécie de “*continuação dos lares*”, assim o “*o envolvimento era muito positivo e a comunidade ajudava muito, em tudo aquilo que fosse pedido*” (Colafati, ex-professora, 2014).

A unidade militar do Exército sediada na cidade (6º G A Cos M – Fortaleza de Itaipu) mantinha com a escola um bom relacionamento, sempre respeitando as especificidades e funções de cada instituição. De acordo com o ex-professor Cavariani, algumas iniciativas da escola contavam com a ajuda daquela unidade militar que abria as suas instalações para as competições esportivas, disponibilizava o transporte dos atletas e providenciava a alimentação para as escolas participantes. De acordo com o ex-aluno Antunes, em alguns casos, a Fortaleza de Itaipu cedia suas barracas de lona para atividades na escola como festas juninas ou outras atividades de caráter social.

De acordo com um ex-professor:

*No início dos anos 70 os Jogos Colegiais do Litoral Centro Sul eram realizados com a colaboração da Fortaleza de Itaipu que disponibilizava suas instalações esportivas, cuidavam da cerimônia de abertura, das competições de atletismo e da alimentação para os atletas das 6 escolas participantes das cidades de Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruibe, Itariri e Pedro de Toledo. A abertura dos jogos era sempre realizada na Fortaleza de Itaipu e toda a escola era dispensada para assistir ao desfile das delegações, ao juramento dos atletas, as provas de atletismo e as premiações. O Comandante da Fortaleza, Cel. Oswaldo Muniz Oliva, sempre oferecia refeição para todos os alunos que lá estivessem e isso sempre era uma oportunidade importante de convivência. (CAVARIANI, ex-professor, 2014).*

Como o Brasil vivia sob um regime de exceção, nos depoimentos colhidos para a realização desta pesquisa, não se pôde deixar de questionar todos os entrevistados acerca desse envolvimento da escola com o Exército. Um ex-professor da disciplina de Geografia, que hoje é advogado e que passou quase toda a sua vida no magistério dedicada ao “Kuntz”, quando indagado se o regime de ditadura no país interferia de alguma forma no seu trabalho docente ou no trabalho da escola de forma geral, foi enfático: “*Na condição de Professor do Kuntz em nenhum momento eu percebi qualquer interferência da ditadura nas aulas*” (Delsin, ex-professor, 2014). Essa afirmação é constante entre professores e funcionários da época na instituição.

Outro exemplo do relacionamento respeitoso que a escola mantinha com o Exército, era o fato de que os comandantes dessa Unidade Militar sediada na cidade, quando convidados, participavam das festas de aniversário da escola, realizada todos os anos em 14

de abril com a ativa participação da comunidade. O Comandante da unidade militar sediada na cidade também era convidado para as solenidades de colação de grau - realizada no auditório do cinema da cidade, inaugurado no início dos anos 70 e que não exibia nenhum filme naquele dia especialmente para que aquele espaço fosse cedido para a escola - e geralmente se fazia presente. No apêndice desta pesquisa, encontra-se o convite para a formatura da turma de 1972, cujo comandante do quartel do Exército sediado na cidade foi o patrono da turma. O convite para que aquele militar fosse patrono daquela turma naquele ano, foi feito não só pelo fato da escola manter naquela oportunidade com o Exército um relacionamento respeitoso e cordial, mas também pela colaboração prestada principalmente nas competições esportivas, especialmente naquele ano, como já citado aqui na entrevista concedida para esta pesquisa pelo Professor Cavariani.

Por ser a única escola que oferecia o curso ginásial na cidade nos primeiros anos de sua existência, alguns filhos dos oficiais da daquela unidade militar também estudavam no “Kuntz”. Apenas para citar um exemplo, no início da década de 70. a unidade era comandada pelo Coronel Oswaldo Muniz Oliva. Sua filha, Vera Mercadante Oliva formou-se na escola na turma de 1972 (No apêndice deste trabalho, seu nome aparece como formanda, no convite daquela turma). Seu irmão Aloísio Mercadante, que obteve alguns anos depois diversos mandatos legislativos federais e, inclusive ocupou a cadeira de Ministro da Educação, só não estudou na escola porque na época em que seu pai comandou a Fortaleza de Itaipú, ele já havia terminado o Ginásio. Apesar dessa presença do Exército na cidade, os depoimentos dos professores da época durante a realização desta pesquisa, são unânimes em afirmar que jamais houve qualquer interferência deste quartel ou mesmo ditadura nos trabalhos escolares do Kuntz, para além dos aspectos ou dispositivos legais introduzidos no âmbito da política naquela época. Como já preconizado aqui, o relacionamento era cordial e as instituições se respeitavam, cada uma exercendo suas atividades específicas.

Nesse contexto, uma ex-professora afirma que:

*No Kuntz das décadas de 60 e 70 eu jamais percebi qualquer influencia ou interferência da ditadura em nosso trabalho. Se no Kuntz ou em outra escola qualquer um professor da área de Estudos Sociais quisesse em aula dar um destaque especial a ideologia marxista, é obvio que o regime faria uma interferência e em qualquer ditadura isso acontece naturalmente, no entanto no KUNTZ daquele período eu não percebi nada disso. Eu me lembro inclusive que em 1970 chegamos a ter ali um professor que era major do Exército e servia no quartel da cidade. Houve na época comentários de que ele foi designado para aquela escola especialmente como um observador. Porém ele sempre foi um grande amigo nosso e enquanto esteve ali ele foi um ser humano extraordinário, ou seja se ele estava ali para vigiar, isso passou totalmente despercebido porque nunca soube que nenhum professor daquela escola que tivesse sido pressionado ou admoestado pelo regime, mesmo com a presença de um oficial em nosso meio”. (AMIEIRO, ex professora, 2014).*

Esse relacionamento cordial e não intervencionista com o Exército, pode até ter criado um clima mais favorável às práticas escolares que estão descritas nesta pesquisa, mas o trabalho formativo que se verificou no “Kuntz” naquele período foi o que efetivamente favoreceu essa relação não traumática como o poder constituído. Foram citados aqui vários exemplos de práticas escolares que corroboram com esse sentido formativo.

Talvez, se essas práticas escolares fossem desenvolvidas em um grande centro como a vizinha cidade de Santos ou em São Paulo, capital, provavelmente, o Poder constituído observaria essas ações educativas com mais cuidado e talvez a ditadura pudesse até interferir de alguma forma coibindo algumas ações educativas que aqui se verificaram.

Em Praia Grande, no “Kuntz”, o modelo educativo que ali se verificou, naquele contexto, proporcionou uma certa liberdade que pôde caracterizar uma formação singular para os padrões da época. Esse modelo, cujas características foram descritas aqui, favoreceu a construção de uma formação para a cidadania, sem a interferência do poder constituído. E isso só aconteceu porque a escola possuía varias características específicas “do que é do escolar” (CARVALHO, 2002, p.13-14) e que proporcionaram aos alunos uma imersão em um clima que favorecia a participação, interação e o envolvimento de todos com os objetos de estudo que gradativamente iam sendo apresentados. Desta forma, o aluno, naquele contexto, pôde “transcender a si mesmo” (MASSCHELEIN; SIMONS, 2013, p.49) e ir além. Esta é uma evidência que pode responder a hipótese inicial.

O modelo educativo desenvolvido no “Kuntz” naquele período, aqui explanado pela memória de alguns professores e alunos que puderam vivenciá-lo, proporcionava uma certa liberdade que marcou a escola de forma especial, em um momento político que uma formação no sentido que se busca aqui explicitar, talvez não fosse possível. E o que possivelmente pôde garantir essa formação foi o distanciamento entre aquilo que é específico “do escolar” e a sociedade que se vivia na época, ou seja, de alguma forma o “Kuntz” preservou aquilo que é “do escolar”.

Assim, no “Kuntz” daquele período, o aluno encontrava-se “em suspensão” (MASSCHELEIN; SIMONS, 2013, p.32), em preparo, em formação para a cidadania. A escola não estava desconectada da realidade nem tampouco afastada da sociedade (que conforme já explicitado aqui era muito participativa), mas manteve em seu interior características que são estritamente escolares e essa experiência de caráter formativo garantia elementos favoráveis à formação para a cidadania, tais como: direito ao conhecimento, desenvolvimento da autonomia do aluno, envolvimento do aluno para além das aulas, acesso a

obras de literatura e atividades culturais (especialmente teatrais) que proporcionavam um convite ao conhecimento e a um novo pensar.

A liberdade acima mencionada pode ser exemplificada com a criação do TEP (Teatro do Estudante Praiagrândense) em 1976. O espetáculo de estréia do grupo foi realizado em um teatro existente dentro da Fortaleza de Itaipu. Esse teatro que na época era o único da cidade, frequentemente era cedido para eventos da comunidade uma vez que naquele período aquela unidade do Exército mantinha uma relação muito cordial, não só com a escola, mas também com a comunidade. Em razão dessa boa relação, como já citado, vários eventos da comunidade aconteciam no interior daquela unidade militar (espetáculos teatrais, jogos escolares etc.). A peça encenada no primeiro espetáculo promovido pelo TEP foi um texto do colombiano Enrique Buenaventura que se chamava “Autopsia”. Essa peça retratava o momento político vivido por alguns países da América Latina.

Acredita-se que naquele período, em razão do regime de exceção ao qual estávamos submetidos, uma atividade cultural dessa natureza em um grande centro como São Paulo ou Rio de Janeiro ou até mesmo na cidade vizinha de Santos, seria acompanhada muito de perto pelas lideranças do regime e provavelmente seria censurada. Em Praia Grande, curiosamente diferentemente desse contexto nacional, essa peça foi encenada dentro de um quartel do Exército Brasileiro.

Acerca desse fato em especial, uma ex-aluna, que na época participou da criação do TEP, juntamente com um grupo de alunos da escola que gostavam da arte teatral, afirma que:

*Uma das peças encenadas pelo TEP foi um texto do colombiano Enrique Buenaventura denominado “Autopsia” que retratava o momento político pelo qual passava a América Latina<sup>4</sup> Latina. Isso dentro do teatro de uma unidade militar o Exército. É curioso e interessante registrar isso, ou seja, de uma forma ou de outra no colégio ou fora dele não se impedia a realização de uma atividade cultural, diferentemente do que acontecia nos grandes centros do país como São Paulo ou Rio de Janeiro, por exemplo, em razão do momento de exceção pelo qual passava o país. Não sei se essa liberdade criativa da época em Praia Grande era consciente ou inconsciente, porém isso pouco importa, o que importa era que no campo cultural as coisas aconteciam sem nenhuma censura ou impedimento. (MORATO, ex aluna, 2014).*

<sup>4</sup> Enrique Buenaventura (1924-2003) foi um dramaturgo e poeta colombiano. Em algumas de suas peças, como “La Maestra”, “La Tortura” e “La Autopsia”, abordou a violência que o Estado exercia contra civis e a existência de instituições em seu país cuja tônica era o medo e a violência. Em “La autopsia”, o autor fixou seu olhar para a repressão. O argumento foi a situação que enfrenta o casamento em que o esposo confia a autópsia do corpo de seu filho morto nas mãos do Exército. Não só isso, ele também deve elaborar um relatório que exonerou forças de segurança de qualquer responsabilidade pela sua morte. O foco do autor, portanto é a questão política, mas vai além ao concentrar o seu discurso em um assunto que era único e universal: o direito humano. (RAMOS FERNANDEZ, 2013, p.142-144)

Sobre as atividades culturais realizadas naquele período pelos alunos da escola, a mesma aluna afirma que:

*No Kuntz eram realizadas inúmeras atividades de caráter cultural, social e esportiva que não eram organizadas ou supervisionadas por ela, mas não havia controle ou coerção na realização desse tipo de evento ou iniciativa, ou seja, não sei se consciente ou inconscientemente, essas atividades eram apoiadas pela escola, inclusive porque organicamente a escola estava ligada a cidade. Se essas atividades não eram de iniciativa da escola de alguma forma estavam ligadas a ela, pois eram realizadas pela comunidade da escola com liberdade para tal. Não sei se isso era desleixo, descaso ou distração do sistema vigente (Regime Militar), uma vez que a cidade era periférica e talvez na visão do sistema isso não representasse um perigo para o poder constituído, ou seja as coisas aconteciam e a escola apoiava e ia junto. (MORATO, ex-aluna, 2014).*

Através destes relatos, é possível verificar que o Kuntz daquele período, estava inserido em um contexto que apresentava algumas situações que levavam a um sentido de formação para a cidadania. Professores e alunos que por ali passaram naquele período estão oferecendo a esta pesquisa depoimentos que corroboram com a ideia de uma formação nesse sentido, já que em todos os depoimentos, as opiniões coincidem sobre boa parte das questões aqui abordadas. O Kuntz foi uma escola que, naquele contexto, conseguiu reunir elementos que favoreceram uma grande integração entre os alunos, suas famílias e a comunidade através de atividades pedagógicas, esportivas, culturais, extracurriculares e eventos que ela realizava. Uma integração inclusive, que em alguns momentos extrapolou as divisas do município.

De acordo com um ex-aluno:

*Havia uma integração muito grande entre os alunos na época. O colégio tinha uma importância muito grande no contexto de toda a região da baixada santista. Para que se tinha uma idéia eu tinha colegas que eram trazidos de Santos e de Mongaguá para estudar no Kuntz em Praia Grande. Da minha turma por exemplo havia 4 ou 5 alunos que vinham diariamente de Santos e havia também um grupo de Mongaguá com aproximadamente 4 ou 5 alunos. (ANTUNES ex aluno, 2014)*

Na seqüência de seu depoimento o mesmo ex-aluno afirma que:

*O Kuntz foi extremamente importante na minha vida. Eu não tenho nem como mensurar essa importância. Se eu tivesse estudando em outra escola qualquer e não tivesse a sorte de ter interagido com excelentes professores que mobilizavam os alunos e acabavam influenciando de forma positiva na vida e no dia a dia de cada um, talvez hoje eu não seria a pessoa que eu sou. O Kuntz teve uma importância impar não só na minha vida mas na vida de muitas pessoas que naquela época tiveram como eu a sorte de passar pelos bancos daquela escola (ANTUNES, ex aluno, 2014).*

A análise das características de uma cidade recém-emancipada e a experiência desenvolvida na Escola Estadual “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”, ilustrada com material iconográfico, matérias jornalísticas, mas principalmente com relatos de atores que vivenciaram de alguma forma o período em tela, tornaram possível a descrição de algumas

categorias de análise. Essas categorias sugerem elementos que favoreceram uma formação para a cidadania no “Kuntz” no recorte temporal da pesquisa, mesmo em um período de exceção. As categorias de análise abordadas neste capítulo deram destaque de forma empírica aos elementos da vida escolar, ao envolvimento da escola com a comunidade, aos eventos marcantes no período, às práticas e condutas docentes, ao “Projeto Pedagógico” do “Kuntz” e finalmente à formação para a cidadania no contexto político da época.

A análise sobre tudo o que aqui foi descrito, nos leva à conclusão de que naquele contexto e no recorte temporal desta pesquisa, encontraram-se algumas evidências que nos remetem a ideia de que na E.E. “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”, de 1965 a 1978, foi possível verificar elementos de uma formação voltada para a cidadania atrelada aos Direitos Humanos, mesmo que aquele período fosse marcado por uma ditadura que restringia os direitos do cidadão e mesmo que essa cidadania não pudesse momentaneamente ser exercida na prática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese inicial, alvo da pesquisa, buscou investigar e refletir sobre a experiência formativa da Escola Estadual “Dr. Reynaldo Kuntz Busch” sediada no município de Praia Grande no período de 1965 a 1978 a fim de identificar o sentido das práticas e vivências oportunizadas por aquela escola, notadamente os elementos que puderam favorecer uma formação voltada aos valores da cidadania, aqui compreendida como um valor atrelado aos Direitos Humanos.

A dificuldade encontrada inicialmente foi o fato de que o recorte temporal que se estabeleceu para esta pesquisa coincidiu com um período de exceção - em que os governantes militares da época alegavam ser o Brasil uma democracia plena em meio a fatos que revelavam outra realidade. Como outra também era a realidade das escolas públicas daquele período em relação às condições de acesso, permanência e mesmo determinadas práticas pedagógicas.

Verifica-se naquele período um momento político em que qualquer ação que remetesse à liberdade de pensamento não era conveniente ao poder constituído. A análise histórica do período em questão aponta várias ações governamentais da época que afrontavam os mais elementares conceitos não só de cidadania, mas também dos Direitos Humanos.

Nesse sentido, revelou-se necessária então a realização de uma pesquisa bibliográfica criteriosa, no sentido de buscar elementos que abordassem o conceito de cidadania e os aspectos desse conceito que o revelassem como um valor vinculado à perspectiva dos Direitos Humanos e da própria noção de formação, atendo-se às questões do que pertence exclusivamente ao escolar, ou seja, das especificidades da escola em seu sentido formativo.

A pesquisa bibliográfica nos permitiu construir um referencial teórico que pôde ser associado ao trabalho escolar realizado no “Kuntz” naquele período. Nesse sentido, a perspectiva a respeito do conceito de cidadania e de Direitos Humanos apoia-se, sobretudo, nos estudos de Soares (1998, p.41). Segundo essa autora, os Direitos Humanos são naturais e universais e assim devem ser respeitados e garantidos em qualquer contexto político, uma vez que dizem respeito à pessoa humana.

A questão dos Direitos Humanos pôde também ser atrelada à cidadania, independente de épocas e países, na concepção de Dubet (2011, p.2-3). Segundo o autor existem alguns elementos que são constantes em relação à cidadania em qualquer contexto. Obteve destaque nesta pesquisa dois desses elementos: o cidadão autônomo, capaz de julgar por si mesmo os seus interesses e os interesses da comunidade em que vive e a “competência cidadã” que,

segundo o autor, é a capacidade de intervir defendendo seus interesses e os interesses de sua comunidade.

Outra abordagem de fundamental importância na descrição do referencial teórico foram as características específicas do trabalho escolar. Aqui, as ideias de Masschelein e Simons (2013) agregaram conceitos importantes à pesquisa: a formação de caráter escolar que permite ao sujeito transcender a si mesmo e ir além (2013, p.49) e o sentido de “suspensão” (2013 p.32) que, de certa forma desloca o sujeito do contexto em que vive e proporciona a este um “tempo livre”, dedicado à formação escolar e sua vocação transformadora.

Estabelecidos os marcos teóricos deste trabalho, foi preciso em seguida situar o leitor a respeito do contexto em que se inseriu a Escola Estadual “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”. A escola foi instalada quase concomitantemente ao processo de emancipação da cidade de Praia Grande, até então um bairro do município de São Vicente. Foi preciso, portanto destacar a luta da comunidade pela instalação de uma Escola Estadual que oferecesse o curso ginásial naquele bairro que até então inexistia. Assim, o surgimento da escola passou a marcar a identidade daquela comunidade que passou a ter uma efetiva participação em seu dia a dia, como se aquela conquista - o novo Ginásio - fosse uma vitória pessoal de cada morador do então bairro que em breve se tornaria um município. Assim, a escola passou a ter um significado institucional que marcaria àquela comunidade (WERLE: BRITTO: COLAU, 2007, p.160).

Após a descrição do contexto da escola foi relatado alguns elementos da experiência formativa da Escola Estadual “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”, dentro do recorte temporal estabelecido. Destacam-se aqui os relatos dos agentes que de alguma forma vivenciaram aquele período na condição de alunos e professores. Além disso, foi possível coletarmos algumas impressões do primeiro Prefeito eleito da cidade e do Dirigente Regional de Ensino à época da instalação da escola. No teor dos relatos pôde-se perceber que, não raro, os depoimentos coincidem, principalmente no fato de que o “Kuntz” foi notadamente marcante na vida de professores e alunos daquele período. A experiência formativa daquela escola, relatada no 3º capítulo e tendo em vista o referencial teórico adotado, destacou elementos de formação para a cidadania, compreendida como um valor de Direito Humano, de forma vinculada à especificidade da formação praticada naquela escola.

Essa percepção foi possível em razão das características locais que de, alguma forma, indicavam uma prática formativa denotada por um ensino “em suspensão”, um sentido de formação e um ambiente formativo com certo rigor – na fala dos agentes – em grande medida

característico da época, mas dotado de uma especificidade tributada à singularidade e características peculiares do “Kuntz”.

Todas essas particularidades propiciavam e favoreceram uma formação capaz de fazer com que o aluno fosse “alem de si mesmo” e ao ir além, esse aluno pôde experimentar a liberdade de adotar uma postura participativa e responsável em relação ao conhecimento, em relação ao outro e em relação à cidade que reconhecia e valorizava seu primeiro ginásio. Finalmente, foi necessário discutir nesta dissertação uma questão polêmica e instigante: formar para a cidadania em tempos de ditadura. Aqui, com base no referencial teórico e na experiência desenvolvida no “Kuntz” foi possível enxergar a questão a partir de um outro olhar, pautado pela precaução em não vincular direta e necessariamente os valores, práticas e ações políticas protagonizadas por um regime ditatorial à formação escolar. A escola tem suas especificidades e não se pode abstrair a cultura escolar que impregna e condiciona o seu trabalho tomando-o apenas com um reflexo automático que reflita uma determinada ordem política vigente.

A escola é uma instância de formação – mais ou menos pertinente e eficiente - capaz de proporcionar aos seus sujeitos educandos irem além de si mesmo, trazer-lhes um repertório de conhecimento que os habilitem a intervir no mundo, independente de como ou quando se dará essa intervenção. Isso é algo que compõem a imprevisibilidade da ação política e do próprio exercício da cidadania, por exemplo, em um contexto democrático em que seres humanos podem interagir e agir livremente, respeitados os direitos fundamentais da pessoa humana. Uma formação cidadã – que é essencialmente política - não é a formação para um mundo determinado, mas sim aquela que possibilita ao sujeito agir no mundo mediante o acesso a tradições de conhecimento e formas de vida que herdamos de nossos antepassados.

A construção de um sentido da experiência formativa do “Kuntz” procura destacar a ideia de que, ainda que o nosso país vivesse um regime de exceção com o cerceamento de liberdades individuais, os indícios da prática formativa verificados na escola apontam certa liberdade para a realização de atividades de caráter cultural pelos alunos. Uma liberdade forjada em meio a uma abordagem do conhecimento nas atividades de ensino atreladas ao rigor e atenção para que os alunos tivessem assegurados o pleno direito à educação, até mesmo como condição para o exercício da liberdade no mundo público, como cidadãos após a conclusão do período escolar.

Certamente, uma dimensão formativa proporcionada pelo “Kuntz” acontecia fora do espaço escolar físico, não raro pela iniciativa dos alunos e valorizada e incentivada pelos agentes institucionais da escola. Como chegou a citar uma ex-aluna que foi entrevistada neste

trabalho: “*Não sei se isso era desleixo, descaso ou distração do sistema vigente, uma vez que a cidade era periférica e talvez na visão do sistema isso não representasse um perigo para o poder constituído, ou seja, as coisas aconteciam*” (MORATO, ex-aluna, 2014).

Desta forma, a formação para a cidadania que se buscou descrever na realização da presente pesquisa seria aquela capaz de proporcionar ao aluno uma autêntica formação escolar vinculada aos “pressupostos éticos da tarefa educativa” (AZANHA,1998). Uma formação que tenha como pressuposto o acesso às tradições de conhecimento forjadas pela humanidade e objetivadas em conhecimento escolar que revelavam um ideal de cidadania comprometida com o direito ao saber e à reflexão em meio ao relacionamento respeitoso e amistoso entre os sujeitos. Um processo de escolarização que forme pessoas que sejam capazes de fazer escolhas e justificá-las, e sejam capazes de contribuir para a construção de uma sociedade melhor e mais justa para as novas gerações.

A importância do sentido formativo do “Kuntz” para as pessoas que por ali passaram naquele período pode ser sintetizada no depoimento de uma ex-aluna:

*“A passagem pelo KUNTZ foi muito importante na minha vida. Até hoje eu comento com meus colegas do poder judiciário que eu sempre estudei em escola pública e eu acredito que aquele período foi uma época de ouro da educação pública. Eu me lembro das boas experiências que eu vivi naquele período e que eu não sinto que existe na educação pública de hoje, infelizmente, por isso eu me sinto privilegiada. As pessoas inclusive não acreditam que eu tenha sempre estudado em escola pública até o ingresso na Universidade e somente com o ensino proporcionado por ela eu tenha chegado aonde eu cheguei”. (ALVES, ex-aluna, 2014).*

Enfim, pôde-se perceber ao longo desta pesquisa que a Escola Estadual “Dr. Reynaldo Kuntz Busch” cumpriu relativamente bem o papel de favorecer uma formação cidadã no período analisado, por tudo aquilo que denota o sentido formativo de suas práticas e experiências individuais e coletivas vivenciadas pelos sujeitos que dela participaram.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDRT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: perspectiva, 1972.

AZANHA, José Mario Pires de. Democratização do ensino: vicissitudes da ideia no ensino paulista. In: *Educação: alguns escritos*. São Paulo: Nacional, p. 25-43. 1987.

\_\_\_\_\_. Proposta pedagógica e autonomia da escola. *Cadernos de História e Filosofia da Educação*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 11-21, 1998.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a democracia. *Lua Nova, Revista de cultura e política*, São Paulo, n.38, dez. 1996. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451996000200011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451996000200011)>. Acesso em: 20 dez. 2013.

BEREZOVSKI, Sergio. Clássicos/Grandes brasileiros – Teimoso. *4 Rodas*. São Paulo: Dez. 2005. Disponível em: [http://quatorrodas.abril.com.br/classicos/brasileiros/conteudo\\_150439.shtml](http://quatorrodas.abril.com.br/classicos/brasileiros/conteudo_150439.shtml). Acesso em: 29.dez.2014.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em: 13 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil de 15 de março de 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm)>. Acesso em: 13 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional nº 1, de 17 de Outubro de 1969. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc01-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm)>. Acesso em: 13 jan 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm)>. Acesso em: 13 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm)>. Acesso em: 13 jan 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 13 Jan. 2014.

BRYAN, Rodrigo Martins. Arquitetura e imaginação do espaço escola. *Dossiê: educação, imagens, escrita e memórias do curso de especialização em Gestão Educacional da UNICAMP*. Abr. 2007. Disponível em: <http://www.lite.fae.unicamp.br/revista/dossie/RodrigoBryan.html>. Acesso em: 17 mar. 2014.

CAMILO, Camila. Lá fora, muitos lugares para aprender. *Nova Escola*, São Paulo, nº 272, p. 37, mai. 2014

CAMPOS, Maria Malta. Para que serve a pesquisa em educação? *Caderno de Pesquisas*, São Paulo, n. 136, v. 39, abr. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742009000100013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000100013)>. acesso em: 31 ago. 2013.

CANIVEZ, Patrice. *Educar o Cidadão*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1991.

CARVALHO, José Sergio Fonseca de. Podem a ética e a cidadania ser ensinadas? In: *Pró-Posições - Universidade Estadual de Campinas FE*. Campinas, vol. 13, set-dez. 2002. p.157-168. Disponível em: [http://www.revolucoes.org.br/v1/sites/default/files/podem\\_a\\_etica\\_e\\_a\\_cidadania\\_serem\\_ensinadas.pdf](http://www.revolucoes.org.br/v1/sites/default/files/podem_a_etica_e_a_cidadania_serem_ensinadas.pdf). Acesso em: 29 dez. 2014.

COTRIM, Gilberto. *História Global – Brasil e Geral*. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

\_\_\_\_\_. Democratização de Ensino - Revisitado. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 327-334, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a11.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2014.

CONSTITUIÇÃO de 1946: garantia ampla de defesa e liberdade de expressão. *O Globo*, Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/constituicao-de-1946-garantia-ampla-de-defesa-liberdade-de-expressao-9268837>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Um breve histórico dos Direitos Humanos. In: CARVALHO, José Sergio (Org.). *Educação, Cidadania e Direitos Humanos*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 19-42

DORNELLES, João Ricardo W. *O que são Direitos Humanos*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

DUBET, François. Mutações cruzadas: a cidadania e a escola. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.16, n.47, ago. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782011000200002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000200002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 31 mar. 2014.

FERREIRA, Nilda Teves. *Cidadania, uma questão para a Educação*. 8 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Mini Aurélio – O mini dicionário da Língua Portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2001.

IVERSSON, Lygia Busch. *Reynaldo Kuntz Busch*. Disponível em: <http://www.academiamedicinasao paulo.org.br/biografias/316/BIOGRAFIA-REYNALDO-KUNTZ-BUSCH.pdf>. Acesso em: 06 set. 2013.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, n. 1, p. 9-43, jan/jun. 2001. Disponível em: <<http://rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/download/273/281>>. Acesso em: 18 jan. 2014.

LARROSA BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n.19, jan/fev/mar/abr. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782002000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100003)>. Acesso em: 18 mar. 2014.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. *Em defesa da escola*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAUJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n.28, abr. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782005000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000100002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 21 maio 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução n. 217 A (III) da Assembléia Geral de 10 de dezembro de 1948. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <[http://unicrio.org.br/img/DeclU\\_D\\_HumanosVersoInternet.pdf](http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2014.

PASSMORE, John. *La Filosofia de La Enseñanza*. México, Fondo de Cultura Econômica, 1986.

PETERS, Richard Stanley. Educação como iniciação. In: Archambault, R. D. (Org.). *Educação e Análise Filosófica*. São Paulo: Saraiva, 1979. p. 101-130.

PINTO, Julio Pimentel. Os muitos tempos da Memória, *Projeto História*, São Paulo, n. 17, p. 203-211, Nov. 1998. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11146/8177>>. Acesso em: 07 ago. 2013.

RAMOS FERNANDEZ, C. Encenas de um Estado represor en el teatro de Enrique Buenaventura, *Sociedad y discurso*, AAU, (23), P.126-147. [7]. Disponível em [http://vbn.aau.dk/files/110768171/ap\\_7.pdf](http://vbn.aau.dk/files/110768171/ap_7.pdf)

ROSATO, Hamleto. A Tribuna nos anos 60. *A Tribuna*. Santos: 31 jul. 2006. Caderno 2, p. 7.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 52443 de 28 de abril de 1970. Transforma em Colégio o Ginásio Estadual de Praia Grande, em Praia Grande-SP. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1970/decreto-52443-28.04.1970.html>. Acesso em: 23 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 742, de 5 de novembro de 1975. Dá a denominação de Escola Estadual de 1º e 2º graus, “Dr. Reynaldo Kuntz Busch” ao Colégio Estadual de Praia Grande. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1975/lei-742-05.11.1975.html>>. Acesso em 14 jan. 2014.

SOARES, Maria Victoria de Mesquita Benevides. Cidadania e direitos humanos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 104, p.39-46, jul. 1998. Disponível em: <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15741998000200003&lng=es&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741998000200003&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em 31 mar. 2014.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Historia da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX*. São Paulo: Cortez, 2008.

STERQUE, Graziella Diaz. A emancipação, movimento começou em Solemar. *Informativo Cultural*, Praia Grande, n. 140, p. 6-7, jan. 2002.

SILVA, Vandrê Gomes da. Projeto pedagógico e qualidade do ensino público: algumas categorias de análise. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 145, p. 204-225, jan/abr. 2012. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/scielo.php>>. Acesso em: 27 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Qualidade na educação e a idéia de uma formação publica. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*. Brasília, v.90, n.226, p.547-570, Set/Dez. 2009. Disponível em <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/1508/1279>. Acesso em; 01 Abr. 2014.

SIQUEIRA, Fátima Valéria; CÁLIS, Magna Flora; RODRIGUES E SILVA, Monica Solange. *Paisagens da Memória – Historia de Praia Grande*. Praia Grande: Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, 2002.

TOSCHI, Circe Sanchez. *Memórias de Praia Grande*. Praia Grande: Empresarial, 1999.

\_\_\_\_\_. *Praia Grande antes da emancipação*. Praia Grande: Espaço do Autor, 2003.

TOSI, Giuseppe. O significado e as conseqüências da Declaração Universal de 1948. Disponível em [http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/01/06\\_tosi\\_significado\\_dudh.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/01/06_tosi_significado_dudh.pdf). Acesso em: 26 set. 2014.

THOMPSON, Paul. História e Comunidade. In: *A Voz do Passado – História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.20-44: 339.

VALLE, Lílian do. Ainda sobre a formação do cidadão: é possível ensinar a ética? *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 76, Out. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302001000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000300010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 31 Mar. 2014.

WERLE, Flavia Obino Corrêa; BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá; COLAU, Cintia Merlo. Espaço Escolar e História das Instituições Escolares. *Diálogo Educacional*. Curitiba, v.7, n.22, p.147-163, set/dez 2007.

## APÊNDICE A

### Questionário semi-estruturado de pesquisa – Ex-Aluno

Rol de perguntas por categoria de análise

#### “Clima da escola”

- 1 – Qual a sensação de ter estudado no KUNTZ e o que a escola representa para você?
- 2 – Como era o relacionamento entre as pessoas no KUNTZ?

Aluno/aluno, aluno/professor, aluno/diretor.

Obs. Sempre pedir exemplos

#### “Práticas docentes”

- 1 – Como os professores trabalhavam?
- 2 – Os professores trabalhavam de forma parecida?
- 3 – Os professores eram acessíveis em sala de aula e fora dela? Em que medida?
- 4 – Havia perguntas em sala de aula? Havia liberdade para participação nas aulas?
- 5 – Os professores trabalhavam em conjunto?

Obs. Sempre pedir exemplos

#### “Currículo”

- 1 – Você lembra como era o currículo do KUNTZ?
- 2 - Quais as suas maiores dificuldades como aluno?
- 4 – Qual a lembrança que você tem das avaliações?
- 5 – Sobre as disciplinas – quais eram imprescindíveis na sua opinião?  
Quais as supérfluas?

Obs. Sempre pedir exemplos

#### “Envolvimento da Escola com a Comunidade”

- 1 – Em sua opinião, qual a visão que a comunidade tinha da escola?
- 2 – Em sua opinião, a comunidade tinha conhecimento sobre o dia a dia na escola?
- 3 – Como a comunidade se envolvia com a escola na época?
- 4 – Sobre a APM: havia a participação de sua família? Era ativa? O que você lembra da APM?

Obs. Sempre pedir exemplos

#### “Eventos Escolares”

- 1 – O que você se lembra dos eventos escolares?
- 2 - De quais eventos você participava?
- 4 – Qual o evento que mais marcou para você?

Obs. Sempre pedir exemplos

Pergunta síntese – a experiência como aluno do KUNTZ, foi importante na sua vida? De que forma?

## APÊNDICE B

### Questionário semi-estruturado de pesquisa – Professores

Rol de perguntas por categoria de análise

#### “Clima da escola”

- 1 – Qual a sensação de ter sido professor no KUNTZ?
- 2 – Como era o relacionamento entre as pessoas no KUNTZ?

Professor/aluno

Aluno/aluno

Professor/professor

Professor/diretor.

Obs. Sempre pedir exemplos

#### “Currículo/Avaliação e Práticas de Ensino”

- 1 – Como era o currículo do KUNTZ?
- 2 - Era um ensino exigente?
- 4 – Qual a lembrança que você tem das suas avaliações?
- 5 – Sobre as disciplinas – quais eram imprescindíveis na sua opinião?  
Quais as supérfluas?
- 6 – Os professores trabalhavam de forma conjunta?

Obs. Sempre pedir exemplos

#### “Práticas docentes”

- 1 – Como você e os demais colegas trabalhavam? Você conhecia o trabalho de seus colegas?
- 2 – Havia no KUNTZ um projeto ou plano pedagógico formal?
- 3 – Como era feito o planejamento anual do trabalho docente?
- 4 – Havia Coordenação Pedagógica na época? Em caso negativo, esse tipo de trabalho era realizado de alguma forma?
- 5 – O Diretor interferia de alguma maneira em seu trabalho como professor? Em que medida?
- 6 – Como você via a participação dos alunos em sala de aula? Havia liberdade para essa participação?
- 7 – O regime de ditadura do país interferia de alguma forma no seu trabalho docente? E no trabalho da escola de forma geral?
- 8 – Quais as suas maiores dificuldades em lecionar naquela escola?

Obs. Sempre pedir exemplos

#### “Eventos Escolares”

- 1 – O que você lembra dos eventos escolares? (Aqueles eventos que de alguma forma envolvia a todos na escola)
- 2 - De quais eventos você e os demais professores mais participavam?
- 3 – Qual o evento que mais marcou para você?

Obs. Sempre pedir exemplos

#### “Envolvimento da escola com a comunidade”

- 1 – Qual a visão que a comunidade tinha da escola e em sua opinião e como ela se envolvia com o KUNTZ?
- 2 – A comunidade interferia no trabalho docente?
- 3 – Sobre a APM: havia a participação dos professores? Era ativa?  
O que você lembra da APM?

Obs. Sempre pedir exemplos

Pergunta síntese – A experiência como professor do KUNTZ, foi importante na sua vida? Em que medida?

## APÊNDICE C

### Perfil dos entrevistados

**Aparecida Inês Alves da Fonte** – Formou-se no antigo Ginásio (hoje Ensino Fundamental) no Colégio Estadual de Praia Grande (Depois denominado E.E. “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”) no ano de 1970. Na mesma escola concluiu o Colegial (hoje Ensino Médio) no ano de 1973, na primeira turma de escola. Ingressou em 1974 no curso de Licenciatura em Matemática da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Santos, hoje UNISANTOS. No início dos anos 1990 foi removida para o “Kuntz” como professora efetiva de Matemática daquela escola onde, alguns anos depois, se aposentou. Concedeu entrevista para esta dissertação na condição de ex-aluna e ex-professora.

**Carlos Ananias Lobão** – Formou-se no antigo 1º grau (hoje Ensino Fundamental) no Colégio Estadual de Praia Grande (Depois denominado E.E. “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”) no ano de 1973. Na mesma escola, em 1976, terminou o 2º Grau (Hoje Ensino Médio). É empresário no ramo ótico da cidade a mais de 30 anos. Ocupou, de 2009 a 2014, o cargo de Secretário de Cultura e Turismo do Município de Praia Grande.

**David Shoji** – Formou-se no antigo Ginásio (hoje Ensino Fundamental) no Ginásio Estadual de Praia Grande (Depois denominado E.E. “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”), na primeira turma da escola em 1967. É Bacharel em Direito, ocupando hoje o cargo de Oficial Maior do 1º Cartório do Registro Civil e Tabelionato de Praia Grande.

**Dorivaldo Loria Junior** – Primeiro Prefeito eleito de Praia Grande em 15 de novembro de 1968. Foi prefeito da cidade em três oportunidades: de 1969 a 1972, de 1977 a 1982 e de 1989 a 1992. Foi durante as suas duas primeiras administrações à frente da Prefeitura que está inserida boa parte do recorte temporal desta pesquisa.

**Edwiges Maria Morato** – Formou-se no antigo 1º grau (hoje Ensino Fundamental) no ano de 1975 na E.E. “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”. É Fonoaudióloga formada pela PUC de Campinas e Bacharel em Linguística pela UNICAMP. É Mestre e Doutora em Linguística pela UNICAMP, Pós-Doutora em Linguística pela Universidade de Sorbonne na França e Livre docente em Linguística pela UNICAMP.

**Elisabeth Colafati Salles Ramos** – Ingressou como Professora recém formada no Colégio Estadual de Praia Grande (Depois denominado E.E. “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”) em 1971, com 22 anos de idade e permaneceu na escola como docente até o ano de 1982. Lecionou nas disciplinas de Desenho, Física e Ciências.

**Ítalo Delsin** – Professor da E.E. “Dr. Reynaldo Kuntz Busch” de 1970 a 1979, na disciplina de Geografia. É também Bacharel em Direito desde 1967. Exerceu a advocacia concomitantemente ao cargo de Professor efetivo da rede estadual. Hoje, aposentado na docência, trabalha em um escritório de advocacia na área cível.

**João Antonio Paes Pinto Antunes** – Formou-se no antigo Ginásio (hoje Ensino Fundamental) no Colégio Estadual de Praia Grande (Depois denominado E.E. “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”) na turma de 1971. É publicitário e foi funcionário público da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande. Hoje, está aposentado.

**José Egberto Cavariani** – Graduiu-se em Educação Física no ano de 1970, começando sua vida profissional no Colégio Estadual de Praia Grande (Depois denominado E.E. “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”) no início do ano seguinte. É Mestre em Educação pela USP e atuou na docência da disciplina de Educação Física na escola até o ano de 1976.

**Katsu Yonamine** – Natural do Japão, veio ainda criança para o Brasil, fixando residência em Praia Grande numa comunidade agrícola então existente na cidade. Formou-se no 2º Grau no Colégio Estadual de Praia Grande (Depois denominado E.E. “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”) em 1974. É Engenheiro Civil graduado pela UNESP. Foi Engenheiro na empresa Andrade Gutierrez e Secretário de Serviços Públicos na Prefeitura de São Vicente. É Vereador desde o ano 2000 e atualmente encontra-se afastado de seu mandato na Câmara, para ocupar o cargo de Secretário de Serviços Urbanos de Praia Grande.

**Maria Aparecida Fonseca Delsin** – Professora da E.E. “Dr. Reynaldo Kuntz Busch” entre os anos de 1969 a 1980, nas disciplinas de História, OSPB e Educação Moral e Cívica. Bacharelou-se em Direito no ano de 1990 e hoje, depois de aposentada da carreira docente, exerce a advocacia na área cível.

**Maria Olivia Pinto Esteves Alves** – Formou-se no antigo 1º grau (hoje Ensino Fundamental) no Colégio Estadual de Praia Grande (Depois denominado E.E. “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”) na turma de 1974. Concluiu na mesma escola o antigo 2º grau (hoje Ensino Médio) no ano de 1977. Bacharelou-se em Direito no ano de 1983 pela Universidade Católica de Santos. Alguns anos depois, por concurso, torna-se Juíza de Direito na comarca de Praia Grande e hoje ocupa o cargo de Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na capital.

**Nanci Gmeiner Ponce Amieiro** – Professora da disciplina de Língua Portuguesa desde a inauguração da escola, até o ano de 1985. Fez parte, portanto da primeira equipe de professores do antigo Ginásio Estadual de Praia Grande. É a mais antiga professora, ainda viva, da E.E. “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”.

**Olindo Cavariani** – Atualmente com 94 anos de idade, o Prof. Olindo, a época da inauguração do antigo Ginásio Estadual de Praia Grande (depois denominado E.E. “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”) ocupava o cargo de Delegado Regional do Ensino Secundário e Normal de Santos. Foi o Prof. Olindo, que juntamente com o Vereador Oswaldo Toschi a época, articulou a instalação da escola em Praia Grande.

**Sonia Maria Pacheco Veiga** – Professora das disciplinas de Língua Portuguesa e Inglês, ingressou como docente na escola em 1971. Veio de Araraquara – SP e fixou-se na cidade de Praia Grande, especialmente para o ingresso como docente no antigo Colégio Estadual de Praia Grande (Depois denominado E.E. “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”). Aposentou-se na mesma escola em 1997, onde viveu toda a sua trajetória docente.

**Suely Sanchez Toschi de Medeiros Guimarães** – Foi a primeira secretária da E. E. “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”, desde sua inauguração, em 1965, até o ano de 1978. Atualmente é responsável pelo acervo histórico do Museu da Cidade da Secretaria de Cultura e Turismo de Praia Grande. Foi através dela que se teve acesso a grande parte do material iconográfico desta dissertação.

## APÊNDICE D

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, \_\_\_\_\_,  
 nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_,  
 profissão \_\_\_\_\_ endereço \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_

estou sendo convidado (a) a participar, na condição de entrevistado (a), de um estudo acadêmico realizado no programa de MESTRADO da UNIVERSIDADE CATOLICA DE SANTOS denominado “MEMORIAS DE UMA FORMAÇÃO CIDADÃ – E.E. REYNALDO KUNTZ BUSCH – 1965 a 1978”, a ser realizado pelo Mestrando Silvio Luis dos Anjos sob a orientação do Prof. Dr. Vandr  Gomes da Silva.

O objetivo da referida pesquisa   o de refletir acerca do significado e sentido da idéia de forma o da cidadania através do trabalho escolar na Escola Estadual “Reynaldo Kuntz Busch”, no município de Praia Grande no período compreendido entre os anos de 1.965 a 1.978.

A minha participa o no referido estudo será voluntária, livre de qualquer  nus e me   facultado o direito de a qualquer momento deixar de participar da mesma, o que deverei fazer por escrito com a devida ciência do pesquisador.

  assegurado durante toda a realiza o da pesquisa o livre acesso a todas as informa es e esclarecimentos que se fizerem necessários.

Ao termino do estudo, autorizo que minhas opiniões, informa es e esclarecimentos sejam utilizados com fins acad micos para a publica o da disserta o de mestrado bem como de outros produtos dela derivados.

Praia Grande, \_\_\_\_\_

---

Nome

R.G.

---

Mestrando - Silvio Luis dos Anjos - Pesquisador

## APÊNDICE E

### **Os eventos de formatura da E.E. “Dr. Reynaldo Kuntz Busch”**

Um momento marcante na história da Escola Estadual “Dr. Reynaldo Kuntz Busch” no início da década de 1970, foram as solenidades de formatura que eram realizadas ao final de cada ano, configurado-se em um verdadeiro acontecimento social na cidade. As solenidades aconteciam no antigo Cine Yara (hoje desativado como cinema, pois passou a abrigar desde a década de 1990 uma Igreja Evangélica) e contavam sempre com a presença de diversas autoridades municipais.

O empresário no ramo cinematográfico da cidade, Mariano Pagani Filho que foi proprietário de outros dois cinemas na cidade, cedia anualmente o auditório de sua sala de espetáculos, gratuitamente, para as solenidades de colação de grau do “Kuntz”.

O Prefeito da cidade sempre se fazia presente ao lado do Presidente da Câmara Municipal e do comandante do 6º G. A. Cos. M. (Unidade Militar do exército sediada na cidade). As autoridades eclesiásticas e os presidentes de clubes de servir também se faziam presentes, além de todos os professores da escola que não faltavam a esse acontecimento. Era costume a época e também fazia parte das solenidades de formatura, a realização de uma Missa de ação de graças que era realizada na Paróquia de Santo Antônio e era celebrada pelo vigário paroquial, Padre Frederico Vettori. Ele também era convidado para a solenidade de colação de grau e, como autoridade eclesiástica, sentava-se a mesa principal. Nos dois eventos, colação de grau e Missa, os alunos compareciam devidamente uniformizados, pois não havia ainda o costume da utilização de becas que na época eram adotadas apenas nas formaturas em nível superior.

Os bailes de formatura eram realizados no salão principal do Ocian Praia Clube e eram abrilhantados pelos melhores conjuntos musicais da baixada santista a época. Todos os formandos e seus familiares compareciam ao baile em traje passeio completo: paletó e gravata para os homens e vestido longo para as mulheres. Essa exigência estava estabelecida no convite. Assim, a formatura do único Instituto Estadual de Educação de Praia Grande tornava-se um acontecimento social de relevância na cidade.

A partir de 1972 foi adotado o costume de imprimir convites específicos para a colação de grau e também para o baile. Os convites contavam com o nome de toda a equipe administrativa da escola, data dos eventos, nomes do patrono e paraninfo da turma, mensagens dos formandos e registravam nominalmente todos os formandos daquele ano. Esses convites e seus conteúdos estão reproduzidos nas páginas seguintes.

## A Escola no ano de 1.972

Figura 33 – O convite de formatura de 1972



A capa do convite dos formandos de 1.972

Fonte: Acervo pessoal do Prof. José Egberto Cavariani.

**Diretor da Escola Substituto:** Prof. Adauto Marcondes Freire.

**Corpo Docente:** Abílio Alves Martins, Amélio Quarantani, Arthur Antonio Urbano, Athail Rangel Pulino, Balthazar de Lima e Silva, Dulce Robillard de Marigny Pires, Elizabeth da Silva Colafati, Helio Sant'Anna e Silva, Helyette Maria Ierard, Hellyethe Maria Renda Corrêa, Iraima Leonardo do Nascimento, Joarez de Jesus G. Ferreira, José Egberto Cavariani, Leila Maria Lopes, Luzia Rita do Amparo, Marcio Schneider Reis, Margarida Elias Pinto, Maria Adília de Souza, Maria Esther Fazzion de Souza, Nanci Neves Gmeiner, Regina Coeli Ribeiro, Regina Stela Freire Gusmão. Silvia Cintra A. Ferreira, Sylvia Barbosa Sandoval, Therezinha Ivone T. Dante, Valfrides Beneti, Waldemar Corrêa, Wilson Amaral, Yara Budin Fonseca e Zeny Egberto Cavariani.

**Formandos – Curso ginásial:** Ada Maria Soares, Adair Corrêa, Ademar Vasques Pereira, Ademir Vanini, Alexandre Sérgio Barros, Anita Fernandes Corrêa, Antonio Carlos Alexandrino Gomes, Antonio Paulo D'Aquino Noronha, Bernadete Martins da Silva, Carlos Roberto Vanini, Cecília Maria Pereira Albuquerque, Claudete Maria de Farias, Cleide Jane Ferreira, Dagmar Silva, Edmar Policarpo Junior, Edna David dos Santos, Edna Neves da Silva, Edson Fernandes, Eliana David dos Santos, Erecê de Oliveira, Fátima Silvia Pereira, Gilmar Moyá, Gleide Selma Tavares Santana, Hikuko Yonamine, Hiroko Yonamine, Hiroshi Yonamine, Ieda Leôncio Teixeira, Inês Fátima Dias, Irene Iañes da Rocha, Isabel Cristina da Silva, Ivo Lopes Fernandes, João José Del'Osso, Joaquim Martins da Silva, Jorge Kato, Jorge Luiz de Andrade Barros, José Alves da Silva, José Luiz Farah, José Roberto Carvalho, José Soares, José Wagner Monteiro, Laudicéia Salgado Hottz, Liriane Alves Pilatti, Livia Buscariolli, Luis Alberto Aristides, Luiz Carlos Neves, Luiz Yukio Iwatani, Maria Aparecida da Silva, Maria Bernadth Máximo, Maria Cândida Pereira, Maria Elizabeth Máximo, Maria das Graças F.O. Campos dos Santos, Maria José Lacerda, Maria Helena Pires da Silva, Maria

de Lourdes Fernandes, Maria Márcia de Oliveira, Marisa Claudia da Costa, Marlene Alves Soares, Marlene de Oliveira Sellari, Masakatsu Yonamine, Meire Rariz Siqueira, Mineko Naka, Mirian de Queiróz, Nelson Fiel de Souza, Nilza Azevedo Pinto, Nivan de Melo Maciel, Osvaldo Vasques Pereira, Paschoal Maria Errichiello, Paulo Lourenço Máximo, Paulo Massaru Kanashiro, Pedro Luiz Sant'Anna, Raquel Auxiliadora Chini, Reinaldo Moreira Bruno, Rita de Almeida Afonso, Roberto Leite Chagas, Roberto Martins da Costa, Roberto Vilcinkas, Rosana Martha Machado, Rosemary Roland, Rubens Cesar Barbosa Del Nero, Sadao Iwatani, Sandra Aparecida Marcondes de Camargo, Sandra Maria de Oliveira Silva, Santo Sciulli, Sergio Moura da Silva, Silvio Akira Tamashiro, Suely Ocanhas Rodrigues, Suely Gonçalves da Silva, Tania Maria Monacci, Terezinha Kanashiro, Tomoku Mekarú, Wagner Luis da Silva, Vera Mercadante Oliva, Zilda Moyá, Walter Tarabay.

**Solenidades:** Dia 21 de dezembro – 8 horas – Missão de Ação de Graças na Matriz de Santo Antonio. Dia 21 de dezembro – 20 horas – Solenidade de entrega dos diplomas no Cine Yara.

**Patrono:** Cel. Oswaldo Muniz Oliva.

**Paraninfo:** Helio Sant'Anna e Silva

**Homenagem Especial:** Aduino Marcondes Freire, Dorivaldo Loria Junior e Maria Dolores Rariz Siqueira.

**Oradora da turma:** Sandra Aparecida Marcondes de Camargo.

**Comissão de Festas:** Cecilia Maria Pereira Albuquerque, José Wagner Monteiro, Liriane Alves Pilatti, Luiz Carlos Neves, Maria Elizabeth Máximo, Sandra Aparecida Marcondes de Camargo, Santo Sciulli, Zilda Moyá, Walter Tarabay.

- Dados transcritos do convite de formatura do ano de 1.972

**Observação:** Comandava a unidade militar do Exército em Praia Grande e foi escolhido como o Patrono da dessa turma o Coronel Oswaldo Muniz Oliva que é pai do atual ministro da Educação Aloísio Mercadante. Sua irmã, Vera Mercadante Oliva formou-se na escola nessa turma de 1972.

## A Escola no ano de 1.973

Figura 34 – O convite de formatura de 1973



A capa do convite dos formandos de 1.973.  
Fonte: Acervo pessoal da ex-aluna Eliana Alves da Fonte

**Inspetoria Setorial:** Ana Maria Prado Ranzani.

**Diretor:** Enil Fonseca.

**Diretor Substituto:** Prof. Adauto Marcondes Freire.

**Assistente de Direção:** Profa. Yara Budin Fonseca.

**Orientadora:** Profa. Terezinha Ivone Teixeira Dante.

**Secretária:** Nivia de Souza Kohl.

**Secretária Substituta:** Sueli Sanches Toschi.

**Escriturários:** Norma Pontes, Carlos Edmundo de Castro Nogueira e Marli Fernandes.

**Bibliotecária:** Denise Reis Buldo.

**Inspetora de alunos:** Isaura dos Santos Fernandes.

**Serventes:** Ruth Rafaela Moreno Christo, Maria de Lourdes Sant'Anna, Iracema Ariaz Marini, Domingos Costa, Zélia Gomes de Oliveira e Benedita Santana da Graça.

**Corpo Docente:** Alan da Silva, Antonia Pereira de França, Arthur Antonio Urbano, Clara Lucia Antas Miranda, Denise Levy, Dulce Robillard M. Pires, Elizabeth da S. Colafati, Fernando Jorge Grave da Silva, Helyette Maria Ierarde Ribeiro, Helio Sant'Anna e Silva, Iraima Leonardo Nascimento, Joarez de Jesus G. Ferreira, John Paul Sandall Junior, José Egberto Cavariani, José Gregghi Filho, Luiz Fernando Ferrari, Luzia Rita do Amparo, Mara Cecília C. Ribeiro, Margarida Elias Pinto, Maria AP. Fonseca Delsin, Maria Nilse Pompilio Negrão, Nanci Neves Gmeiner, Nelson AP. Ribeiro, Nildercio Madazio, Regina Coeli R. de Moraes, Regina Stela Freire Gusmão, Roque Sandoval, Sylvia Barbosa Sandoval, Sylvia Cintra A. Ferreira, Sonia Maria Pacheco, Terezinha Ivone Teixeira Dante, Valfrides Beneti, Yone Santos Camargo, Yara Budin Fonseca e Zeny Assis Beneti.

**Formandos do 1º grau** – Adernoel Lopes Serra, Adir Garcia Volcov, Alberto Fernandes Prior, Aldenize Teixeira da Costa, Alexandre Sergio Barros, Aloísio de Souza Junior, Antonio Carlos Cardoso, Antonio Carlos Rodrigues, Antonio Carlos Almeida Tavares, Antonio José Moreira Neto, Antonio Jose Vasques Pereira, Anderson Molina Nascimento, Arlindo Leôncio Cavalcanti, Ana Luiza Sgarb, Armando Jaguary Dias Neto, Benito Biasini, Benedito de Souza Firmino, Carlos Ananias Lobão, Carlos Antonio dos Santos Pardal, Carlos Roberto Dias, Carlos Roberto Salgado Hottz, Célia Teruio Iwatani, Carmem Dias Gomes, Cleuci Lara de Oliveira, Cristina Santin Pacheco, Clóvis Martins Soares, Daniel Coelho Lemos, Dirceu Santana da Graça, Dilva da Silva Rocha, Edna Abrantes Dourado, Edgar Fernandes, Edson Eduardo D’Assunção, Elisete Garcia Volcov, Elizabeth de Oliveira, Elizabeth Fernandes Correia, Elisa Lourdes Cannarozzo, Eliana Zulianni, Eliana Alves da Fonte, Elvira Sais da Silva, Edmundo Mourão Ribeiro, Ézio Milani de Queiróz, Edvaldo Ogeda, Ernesto Rodrigues, Esequias Alves Damasceno, Francisca das Chagas Costa, Francisco Amador Joly, Francisco Luiz Ferreira, Gileno Eduardo Rodrigues, Geraldo D’Aquino Noronha, Gumercindo de Barros Vieira, Geni da Silva, Helena de Lourdes Baptista, Helenice Ferreira, Helenice dos Santos, Helio Iwatani, Heliete Rodrigues de Melo, Hilda Rodrigues de Melo, Ivanira Telles Santilho, Ivan de Melo Maciel, João Barbosa Filho, João Ulisses Lopes Loli, João Baptista da Silva, Jaspe Lopes Bastos, José Carlos de Souza, José Luiz Amaral, José Miguel Heredia Gimeno, José Ricardo Alves, José Roberto Bernardino da Silva, José Antonio Boccia R. de Oliveira, José Antonio Gallego Alvarez, José Carlos Kirch, José Jorge Gonzaga, José Antonio Guerra Gonzalez, José Soares, José Carlos Leite, José Francisco Iañez da Rocha, Josefa Lima Alves, José Mazzarro Filho, Jorge Katto, Jorge de Souza Coppini, Leila Camargo Diegues, Lucelena Silva de Lima, Lucy Colluccio, Lucy Borstnez, Luiz Carlos Fredmann, Luiz Cubila Filho, Luiz Carlos de Souza, Luis de Aquino Junior, Luzia Aparecida Miguel, Laura Suely Bolonine, Márcia Gonçalves, Márcia Mariano da Silva, Márcia Maria de Siqueira, Márcia Camillo, Maria Inês dos Santos, Maria Regina Ortiz da Silva, Maria Aparecida Rosa, Maria José Ribeiro, Maria Isabel de Oliveira, Maria Isabel Aguiar, Maria Hilda Barbosa, Maria Helena Habib, Maria Aparecida Lourenço Lopes, Maria das Graças F.O.C. dos Santos, Maria de Fátima de Quadros, Maria de Fátima Andrade de Oliveira, Maria Elizabeth Rossi dos Santos, Maria Luiz Paixão, Maria Luiza Borges de Souza, Mayza Turco, Marco Antonio Acayaba, Madalena Figueiroa, Margarete Neves Vendramel, Mariazinha Ferreira Pires, Maritano de Jesus dos Santos Camara, Milton Gonçalves, Moacyr Delgado Arantes, Midori Higa, Matheus Augusto Rodrigues da Silva, Nadia Doncev, Nair de Almeida, Nilson Roberto Alves, Nilton Alcântara Alves de Andrade, Oswaldo dos Anjos Rodrigues, Orlando Guerreiro, Paulo Rodrigues de Lima, Paula Klumpp Campisi, Renata de Campos, Ricardo Ananias Lobão, Ricardo Mamana, Ricardo dos Santos, Ricardo Camillo, Ricardo Sarti, Ritsuko Mekarú, Ronaldo Marques, Rosa Helena Centanini Navarro, Roberto Camacho Gimenes, Roberto Massaji Tamamoto, Rogério Rovai, Roseli Cardoso, Sahiko Nakazoto, Sandra Bueno de Toledo, Sandra Stephani, Selma Aparecida de Oliveira Silva, Sergio Luiz Correa Dias, Sergio Luiz Rossi, Silvia Lemes ferreira, Silvia Márcia de Sá, Silvia de Queiróz, Sidnei Alves, Silvia Regina Candido, Sonia Pinto Pereira, Suely Santana da Silva, Sueli Ferreira, Suely Gonçalves da Silva, Suely dos Santos, Stenio Alves dos Santos, Tânia Ribeiro, Tomotsu Yonamine, Yara Christina de Aquino, Yoneco Arakaki, Karla Yone Joaquina Wolentarski, Kaoru Oshiro, Kiyoshi Oshiro, Walmir Campoi, Walter Kachichian, Walter Leonardo Tamburini, Wanderley Cardoso, Waldir Vince Gomes, Walter Albano de Almeida, Walter Luiz Coletti, Valdo Antonio Moreira Bruno, Vera Lucia Sant’Anna.

**Solenidades:** Dia 27 de dezembro – 8 horas – Missão de Ação de Graças na Matriz de Santo Antonio. Dia 27 de dezembro – 20 horas – Solenidade de entrega dos certificados no Cine Yara.

**Patrono:** Olindo Cavariani.

**Paraninfo:** Prof. Roque Sandoval.

**Paraninfo Religioso:** Pe. Frederico Vettori.

**Orador da turma:** Carlos Ananias Lobão.

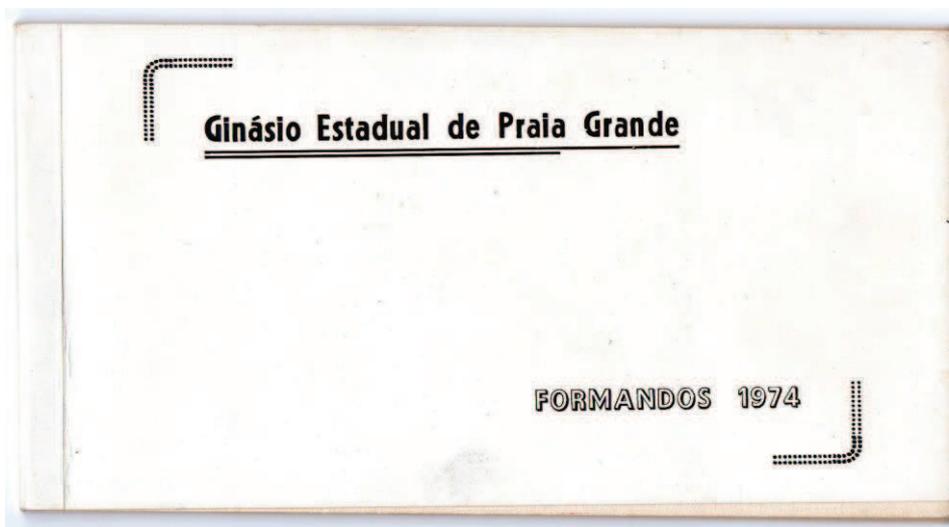
**Comissão de Formatura:** Presidente – Walter Luiz Colletti, Vice-Presidente – Carlos Ananias Lobão, primeiro tesoureiro – Anderson Molina Nascimento, segundo tesoureiro – Maritano Jesus Santos Camara, primeira secretária – Suely dos Santos, segunda secretária – Silvia Regina Candido, suplente – Célia Iwatani, Coordenadora – Profa. Therezinha Ivone Teixeira Dante.

**Observação;** Em 1973 formou no Colégio Estadual de Praia Grande, a 1ª turma do Colegial (hoje Ensino Médio) que era representada por apenas uma classe que funcionou no período noturno. Porém por motivos desconhecidos eles não fizeram questão de participar dos eventos e por isso seus nomes não estão registrados no convite de formatura. Não houve também participação dos mesmos no baile de formatura. No entanto, mesmo não tendo seus nomes registrados no convite, eles compareceram a cerimônia de colação de grau no Cine Yara para receber os seus certificados, pois na época essa participação era obrigatória.

- Dados transcritos do convite de formatura do ano de 1.973

## A Escola no ano de 1.974

Figura 35 – O convite de formatura de 1974



A capa do convite dos formandos de 1.974

Fonte: Acervo pessoal do ex-aluno Avedis Keskissian

**Diretor da Escola:** Prof. Adauto Marcondes Freire.

**Assistente de Diretor:** Profa. Yara Budin Fonseca.

**Secretária:** Suely Sanches Toschi.

**Corpo Docente:** Adauto Marcondes Freire, Alan da Silva, Alfredo Ponce Amieiro, Antonio Celso Ricciardi, Antonio Geraldo Balthazar, Arthur Antonio Urbano, Carlos Alberto Nicolau, Clara Lucia Antas Miranda, Cyrene Farinazzo de Mello, Dalva de Souza Oliveira, Denise Levy, Dulce Robillard de Marigny Pires, Elizabeth da Silva Colafati, Helena Sako, Fernando Jorge Grave da Silva, Helio San'Ana e Silva, Helyette Maria Ierardi, Joarez de Jesus Gonçalves Ferreira, Jose Egberto Cavariani, Julia Duboc de Souza, Luiz Fernando Ferrari, Luzia Rita do Amparo, Margarida Elias Pinto, Maria Aparecida Fonseca Delsin, Maria Direce de Aguiar Almeida, Maria Eugenia Morato Cavariani, Marlene Rogelia do Nascimento, Nanci Neves Gmeiner, Nelson Aparecido Ribeiro, Neuza Loureiro Zani, Regina Stela Freire Gusmão, Roque Sandoval, Selene Moure de Oliveira, Sonia Maria Pacheco, Therezinha Ivone Teixeira Dante, Yara Budin Fonseca, Vera Margarida de Carvalho Lopes, Valfrides Beneti, Zeny de Assis Beneti.

### **Formandos do 1º grau:**

**8ª Serie "A"** – Adalgisa Teixeira da Costa, Affonso Celso Ianicelli, Aguinaldo Machado Filho, Alsuíres Soares Andrade, Alzira Lopes Fabris, Ana Maria da Silva, Antonio Tavares de Santana Filho, Antonio Carlos Rakoci, Carlos Roberto Borrelli, Celeste Antenore, Edgar Policarpo Sobrinho, Edgardo Daniel Zilli, Eduardo Augusto de Campos, Hamilton Soares de Andrade, Iglete Farisco, Ivete Lemos de Almeida, Izabel Maria Gomes Nieto, Izildinha Laura Maria Ferreira, Jorge Luiz de Oliveira, José Piloni, Julio Mariano Junior, Kiyokazu Oshiro, Mara Cristina da Costa, Márcia Regina Peres Ramos, Maria Aparecida Marcelino Matos, Maria Cicera de Lima, Maria Isabel Hellmeister, Maria Olivia Pinto Esteves Alves, Marisa Turco, Nicolas Kiyoharo Okubo da Silva, Oswaldo Moreira, Regina Maura da Silva, Reginaldo Dini, Robison Accacio Ariaz de Oliveira, Rosana Fernandes, Salete Piçarra Paulos, Sonia Aparecida Lourenço, Sonia Mara Lacerda Brito, Tânia Barbosa Lefevre, Teresa

Cristina Gonçalves Lopez, Vera Lucia da Silva, Walter Fernandes Correa Filho, Wlamir Lazaro.

**8ª Série “B”** – Ana Angélica Vilela, Arlete Maria de Jesus da Silva, Bernardete Baronti, Creuza Maria Gomes, Eliane Lucia de Noronha, Elisabeth Conceição Abi Saber, Erineide Maria da Silva, Laura Correia Leite, Maria Cristina Ghioldi, Maria José Rodrigues, Marly Aparecida Ruggeri, Nadja Felipe de Melo, Sandra Aparecida Coppini, Sandra Regina Albertini, Selma Alfredo da Silva, Suely Bueno de Toledo, Tereza Tamashiro, Vânia Cristina Garcia, Vera Aparecida Ledo, Vera Lucia Galvão da Silva, Antonio Carlos Falcão Reis, Armando Dias Aguiar, Avedis Keskissian, Carlos Roberto Massoni, Everaldo Chaves de Oliveira, Fernando Fernandes Pereira, Fernando de Melo, Flavio Martinho da Costa, Geraldo Jose Stoco, Gerson de Castro Aguiar, Gerson Luiz Maia, Hilário Gabriel do Prado, Jaime Tadeu Correia, João Carlos Pereira da Silva, José de Moura, Katsumasa Arakaki, José Silvino de Freitas Junior, Leilo Moreira Filho, Luiz Alfredo Pacheco, Marcelino Guerra Gonzalez, Marco Antonio Santos da Rocha, Valdir Ferreira, Valter de Andrade Oliveira,

**8ª Serie “C”** – Ana Cristina Cordeiro Cabral, Carmen Dias Sterque, Cleusa das Dores Mendes de Sá, Edméa Fernandes, Edna Januario da Rocha, Elisete Garcia Volcov, Geni Silva, Helenice Fronza Tito, Ida Lourenço Lopes, Jocenice dos Santos, Jucelei Barnabela Guerrice Alcarás, Laurete Giaquinto, Leila Camargo Diegues, Liane Aparecida Padovani, Lilian de Oliveira, Magda Lemos, Márcia Vendramel, Margarete Neves Vendramel, Maria Cristina Lemos, Maria de Fátima Andrade de Oliveira, Maria de Fátima Borelli Ferraz, Mariza Gonçalves de Oliveira, Marli Aparecida Rosa, Mayza Turco, Nadia Maria de Melo, Renata de Campos, Rosa Aparecida Sandor, Sandra Martins, Thereza Maria de Lourdes Ferreira, Adelino da Silva Antunes, Benedito de Souza Firmino, Edson Luiz Pereira, Edvaldo dos Santos Passos, Gilmar Alves Guimarães, José Leon Gasbarro Junior, Pedro Manfioli Uvinha, Shin Yonamine.

**8ª Serie “D”** – Alexandra Victoroma Simmons, Antonia Eva Martins, Dilza Terezinha da Silva, Elaine Roseli Coletti, Iva Jose da Silva, Leda Maria Alexandrino Gomes, Lucidalva Gomes Aguiar, Márcia Aparecida Dias de Oliveira, Maria das Dores Pereira, Maria Eduardo Gomes, Maria de Fátima dos Santos, Marlene Barbosa da Silva, Minerva Gales da Silva, Nadejda Vistoroma Simmons, Naomi Higa, Rosa Maria Pinho, Rosalina de Fátima Custodio, Rute Maria da Silva, Zuleica Aparecida Gutierrez, Adilson Tassi, Alberto Waldemar Demaria, Antonio Carlos dos Santos, Antonio Neves, Carlos Alberto Gonçalves, Carlos Augusto Oliveira Campos Araujo, Edeuto Prazeres de Andrade, Edval Nunes dos Santos, Esmeraldo Gabriel Bezerra, Epifânio Meyer, Ézio Milani de Queiróz, Francisco Arthur Muniz dos Santos, Humberto Benigno Ribeiro, Isael Gales da Silva, João Toledano Junior, José Carlos Catira, José Ferreira de Farias, Ronaldo Cesário, Vicente Caetano de Araujo.

**8ª Serie “E”** – Analda Xavier, Barbara Aparecida Bezerra Moreira, Dagmar Silva, Iraci Ramos, Janete Servos, Lisete Sellari, Márcia Aparecida Rissato, Maria Aparecida Cordeiro, Maria Gloria da Silva, Maria Hilda Barbosa, Maria do Socorro Germano, Olivete Soares dos Santos, Telma Galvão, Vera Lucia Rocha, Antonio Carlos Rodrigues, Antonio Pereira Leite Neto, Carlos Alberto dos Santos, Charles Gotardo Giarola, Eujácio Elzito Silva Galles, Gileno Eduardo Rodrigues, Jorge Luiz Rodrigues, José Antonio Guerra Gonzalez, José Carlos Casado, José Laércio Santana, José Lucio de Almeida, José Roberto Pereira Leite, Manoel Mourão Ribeiro, Manoel Francisco de Ponte, Mauricio Aparecido Ruggeri, Milton Gonçalves, Oliveldo Izidro Adriano, Oséas Lendimuth, Oswaldo Souza Dantas, Rafael Ângelo Neto, Wilson Sobral, Vidal Campos dos Santos.

**Formandos do 2º Grau:**

**3ª Série “A”** – Ana Lucia Sgarbi, Berenice Rossi, Elizabeth Aparecida dos Santos Pardal, Maria de Fátima da Silva, Mitoko Arakaki, Rosângela Maria Roland, Sueli Aparecida Stoco, Tânia Regina Garcia, Terezinha Aparecida Ribeiro Maneira, Zuleide Bernardo Silva, Carlos Antonio Lapique Martinez, Carlos Batista Alves, Fernando José Gonzalo Lapique Martinez, João Paulo dos Santos Peralta, José Roberto Borelli, Julio Everaldo Mazzola, Nelson Domingues Alves, Reinaldo Edison Niederbichler, Ricardo Augusto Rocha Ferreira.

**3ª Serie “B”** – Célia Regina Ogeda, Elizabeth Elias Ledo, Helena Cuervo Rodrigues, Kinuko Higa, Margarete Aparecida Cheorlin, Maria de Fátima Silva, Maria de Lourdes Salin, Maria Noelia Pinto, Oneide Campreghar Silva, Silvia Regina Galdeano, Alberto Hideyuki Hayama, Heraldo Augusto de Moraes, Hortêncio de Oliveira Moraes, João Tadashi Tamamoto, Jorge Gomes Castro, José Carlos de Oliveira, José Carlos Peres Sanchez, José Marivaldo Alves da Silva, José Roberto Medeiros, Katsu Yonamime, Luiz Salvador Gutierrez, Paulo Alexandrino Gomes, Pedro dos Santos Silva, Wanderlei de Oliveira.

**3ª Serie “C”** – Elaine Moya, Irani Carneiro, Maria Eulina dos Santos, Maria do Rosário Melle Botti, Regina Célia Centanini, Rita de Cássia dos Santos Barreto, Roseli Fernandes dos Santos, Rosenilda Aparecida Fernandes, Rosiclei Fernandes dos Santos, Sueli Pereira, Tereza Keiko Iwatani, Terezina Puig Peres, Wanderli Caetano, Antonio Carlos Palomares, Ariovaldo Benassi, Arlindo Candido Sobrinho, Benedito Israel de Paula, Carlos Escobar Dias Sterque, Estevão Haruo Abe, Edison Januário da Rocha, Ferdinando de Souza Quadros, Gilberto Pereira de Quadros, Hirotoshi Arakaki, Mario Tamashiro.

**Solenidades:** Dia 30 de dezembro – 9 horas – Missa de ação de Graças na Igreja Santo Antonio – Boqueirão – Dia 30 de dezembro – 20 horas – Colação de Grau em sessão solene no Cine Yara – Boqueirão.

**Patrono:** Sr. Oswaldo Toschi.

**Paraninfos:** 8ª Série – Antonio Celso Ricciardi – 3º Colegial – Margarida Elias Pinto.

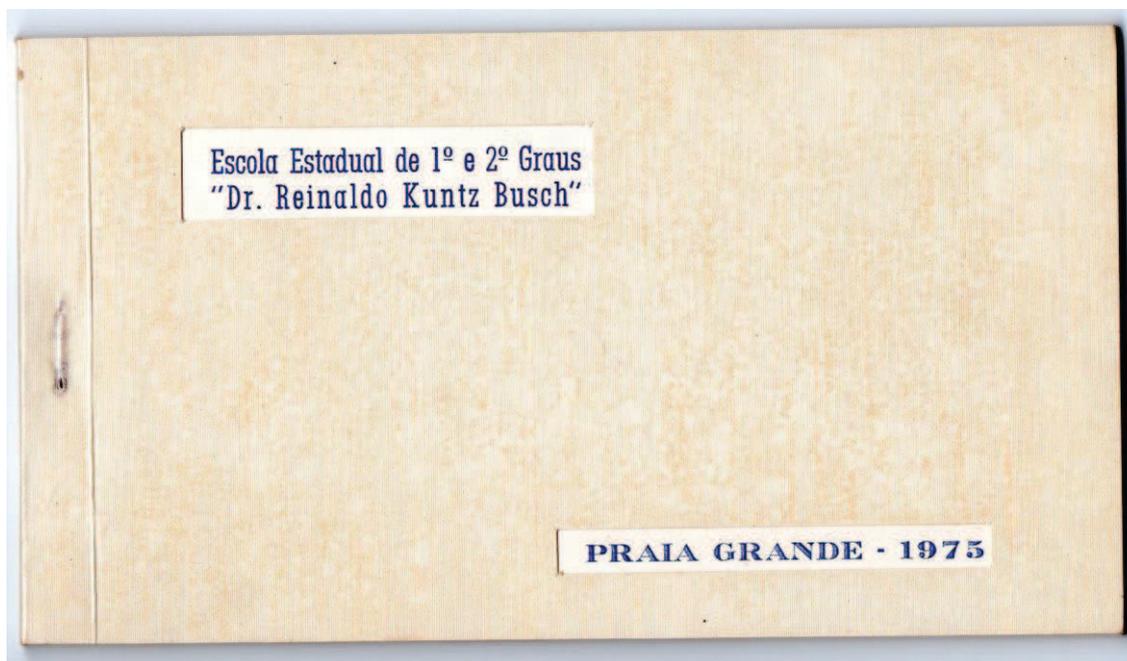
**Oradores:** 3º Colegial – Carlos Escobar Dias Sterque – 8ª Serie – Eduardo Augusto de Campos.

**Comissão de Formatura:** **Prof. Coordenador** – Antonio Celso Ricciardi, **Presidente** – Antonio Carlos dos Santos, **Vice Presidente** – Sueli Pereira, **1º Tesoureiro** – Carlos Alberto Gonçalves, **2º Tesoureiro** – Jorge Luiz Rodrigues, **1ª Secretária** – Maria Olivia Pinto Esteves Alves, **2ª Secretária** – Mariza Gonçalves de Oliveira, **Relações Públicas** – Antonio Carlos Rakoci, Avedis Keskissian, Hortêncio de Oliveira Moraes, Analda Xavier. **Vogais:** Edson Luis Pereira, Ivete Lemos de Almeida, Oswaldo Moreira e Nadja Felipe de Melo.

- Dados transcritos do convite de formatura do ano de 1.974

## A Escola no ano de 1.975

Figura 36 – O convite de formatura de 1975



A capa do convite dos formandos de 1.975.

Fonte: Acervo pessoal do ex-aluno Silvio Luis dos Anjos

**Diretor:** Prof. Adauto Marcondes Freire.

**Assistente de Direção:** Profa. Yara Budin Fonseca.

**Secretária:** Suely Sanchez Toschi.

**Escriturários:** Carlos Edmundo de Castro Nogueira e Cordélia Penha Morato.

**Bibliotecária:** Silvia Cupo Martins Ferreira.

**Inspetores de alunos:** Manoel Campoi, Bruce Rodrigues Alves e Isaura dos Santos Fernandes.

**Serventes:** Ruth Rafaela Moreno Christo, Valtercira da Silva Zacarias, Maria de Lourdes Correia Sant'Anna, Iracema Arias Marini, Maria das Dores S. Benedito, Domingos Costa e Benedita Santana da Graça.

**Jardineiro:** Domingos da Costa.

**Patrono:** Leopoldo Estasio Vanderlinde.

**Paraninfos:** Maria Aparecida Fonseca Delsin e Denise Levy.

**Oradora da Turma:** Sandra Aparecida Marcondes.

**Homenagem Especial:** Liani Araujo Ferreira, Prof. Enil Fonseca, Cel. Estelio Telles Pires Dantas e Sr. Oswaldo Toschi.

**Solenidades:** Dia 26 de dezembro – 19 horas – Missa de Ação de graças na Matriz de Santo Antonio. – 20 horas – Solenidade de entrega dos diplomas no Cine Yara. Dia 30 de janeiro – Baile de formatura no Ocian Praia Clube.

**Corpo docente:** Denise Levy, Nanci Neves Gmeiner, Sonia Maria Pacheco, Joarez de Jesus Gonçalves Ferreira, Julia Duboc de Souza, Maria Aparecida Fonseca Delsin, Alfredo Ponce Amieiro, Yara Budin Fonseca, Zeny de Assis Benetti, Valfrides Benetti, Elizabeth da Silva

Colafati, José Egberto Cavariani, Terezinha Ivone Teixeira Dante, Margarida Pinto Baptista, Helena Sako, Neuza Loureiro Zani, Jose Roberto Tonolli, Arnaldo Teizen, Antonio Celso Ricciardi, Dulce Robillard de M, Pires, Cyrene Aparecido de Mello, Antonio Geraldo Balthazar, Nelson Aparecido Ribeiro, Arthur Antonio Urbano, Ana Maria Guerra Leal, João Helio Simões, Vera Margarida de C. Lopes, Ítalo Delsin, Odair Ciriaco Fernandes, Lourdes Rodrigues da Costa, Maria Eugenia Morato Cavariani, Carlos Alberto Nicolau e Marlene Rogelia Nascimento.

**Formandos – 1º grau:** Alzira Dias Sterque, Célia Sadako Kiyuna, Clarice Queda, Clayre Gonçalves Gallizzi, Divete Gomes, Edinalva Aparecida dos Santos, Edwiges Maria Morato, Ivanilde Gomes de Andrade, Jucelei B. Guerrisse Alcarás, Luzia Tobias Muniz, Márcia Gonçalves de Oliveira, Márcia dos Santos Carneiro, Maria Lucia Ribeiro Pereira Machado, Maria Angélica Novaes, Marianci Anagnostu, Margareth Martins da Silva, Neusa Shinzato, Sandra Henrique Brancaltoni, Sandra Lucia Fernandes Cruz, Álvaro Aioldi, Álvaro Ferreira Filho, Carlos Eduardo Nascimento, Edmundo Dias Gomez, Eduardo João Custodio, Gerol, Heinz Pillekamp, Ivan Gomes de Andrade, João Nelson Pereira, José Carlos dos Santos, José Horacio de Oliveira, José Salvador Belotto Junior, Marco Aurélio Lemes Rodriguez, Miguel Carlos Guerreiro, Paulo Cezar Lisboa, Reinaldo dos Santos, Sergio Carlos Passos, Samuel Denilo C. Plotero, Silvia Helena Monteiro, Bárbara Cantero Marino, Ione de Alvarenga G. Costa, Aparecida Cristina Ferreira, Célia de Oliveira Silva, Dalva Ribeiro, Elizabeth Conceição Abi Saber, Helena Kanashiro, Helenice Fronzatto, Luiza dos Santos Rodrigues, Maria da Gloria Moraes, Marli Aparecida Siqueira, Maria Del Carmen Garcia Nieves, Maria José Rodrigues, Maria Keiko Shinzato, Renata Carolina Juliano, Rita Cristina Lemes Soler, Rita de Cássia Uliana, Rosangela Lemes Soler, Stela de Oliveira Costa, Thais Borges, Thereza Maria de Lourdes Ferreira, Arthur José Loreto, Edivaldo dos Santos Souza, Edson Milani de Queirós, Fernando de Mello, Helvio Rodrigues de Mello, Jair Kundzin, Jose Candido Lemes filho, Marcio Parizoti Zezzi, Maria das Mercedes G. Mandu, Rui da Silva Diogo, Izabel Cristina Vieira Leite, Silvio Luis dos Anjos, Wagner Alberto Torres Correa, Waldman Wanderlei Dell’Osso, Simone Quinquinato, Moises Rimonato Bastos, Solange Aparecida Aurichio, Albilene Botelha de Oliveira, Conceição de Jesus Souza, Eliana Lopes Bastos, Elizabeth Aparecida Falsetti, Helena de Mattos, Jeane Cristina Creorlin, Laudicéia de Araujo Ferreira, Maria Ferlante, Martha Virgínia Scatolin, Meira Aparecida Sbrissa, Regina A. dos Santos Aguiar, Regina Fátima Francisco, Rosangela Cristina Silva, Sandra Cristina Correa Dias, Shirley Lacerda Brito, Solange Aparecida Voltolini, Sonia Célia Martelo, Wania Gonzalez Machado, Antonio Carlos Ferreira, Carlos Alberto Menichelli, Dacio da Silva, Eduardo Antonio Meloti, Eduardo Carneiro, Iorlando Nonato dos Santos, Roberto Agnelo, Sergio Mendes Adão, Silvio Pascoal Evangelista, Walmir de Andrade Oliveira, Célia Regina Veloso, Creuza Maria Gomes, Daysy Shibata Nascimento, Edna Ferreira dos Santos, Flavia Maria da Silva, Hilda Cristina de Almeida, Ivã Márcia de Nazareth Marciano, Margareth de Campos Batistoni, Maria Aparecida dos Santos, Maria Donzilia Peralta, Maria Magnólia Alves Sant’Ana, Maria Moura da Silva, Raquel Betini, Roselaine de Castro Machado, Sandra Aparecida Albertini, Silva Helena Marques Orbeli, Solange Monteiro Lauro, Almir Manoel, Álvaro Fernandes Filho, Amaury Lazaro, Antonio Bruno, Edson Edmundo D Melotti, Fernando Fernandes, Henrique Puche Pereira, João Carlos Pereira da Silva, João Luis Heredia Gimeno, Jorge Missao Iwatani, Marcos Luis Ceccon, Marcus Souza Carvalho, Roberto Sciulli, Sergio Cantino, Sandra Electra Rumanato Bastos, Silvia Aparecida Gil, Edmea Fernandes, Florismar Tavares de Araujo, Gilda Ferreira da Silva, Helena Maria de Paula, Ismenea de Jesus Alvarenga, Ivete da Silva Ribeiro, Lucia Regina de Souza, Luci Lidia Rafael, Maria Edith Prestes Pinho, Maria de Fátima B. Ferraz, Maria Luzia Luz Rodrigues, Marina do Carmo Tamburo, Neide Setembrino dos Santos, Suzy Knoop, Arthur Muniz dos

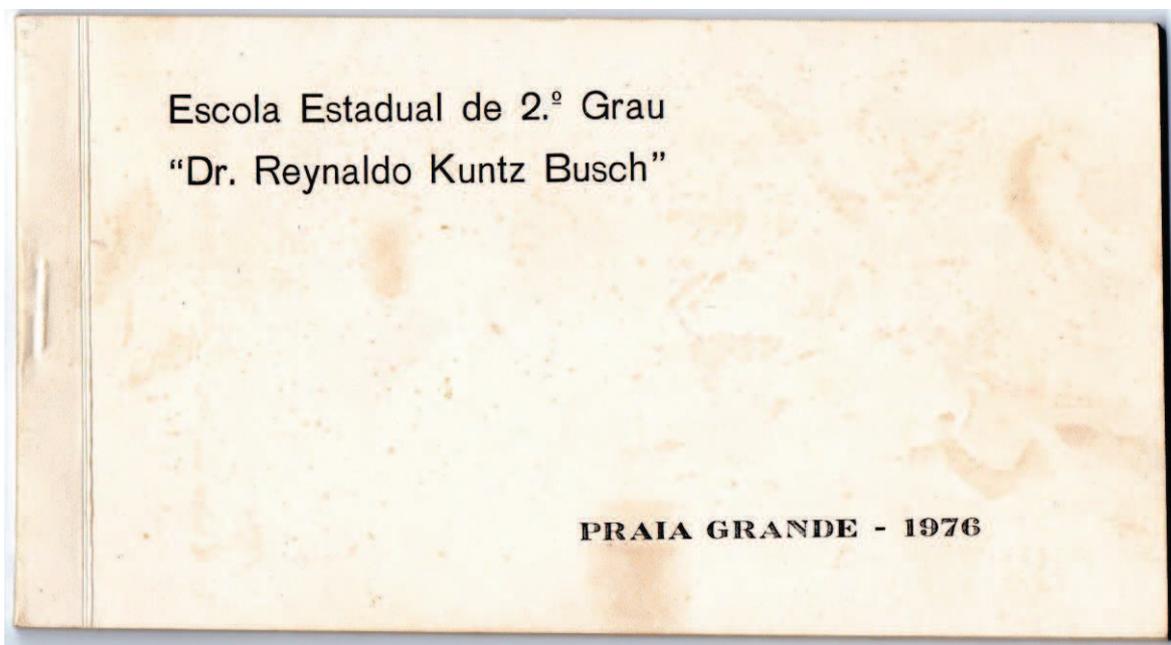
Santos, Carlos Hitoshi Shinzato, Domingos Leôncio Cavalcante, José Joaquim Souza, Hilário Gabriel do Prado, José Carlos A. Gomes, José Roberto Carvalho Sanches, José Vitor Carvalho Sanches, Laerte Aparecido Consolin, Luis Carlos Escolaste, Luis Carlos Motoyama, Manoel Francisco de Ponte, Ronaldo Cesário, Walter Massafumi Tamamoto, Washington Luis Ferreira de Souza, Dorisvaldo José de Almeida, Carlos Eduardo Barbosa Pinto, Arlete Bortoloto, Yara Lutzemberger, José Vitorio Massoni, Washinton Luis Reis, Marcos Silva Santos, Antonio Caiado Szitas, Albertina Ferreira de Lima, Analinda Palmiere, Angelina Malfatti, Barbara A Bezerra Moreira, Dilma Pereira da Silva, Ednólia Gales da Silva, Elaine Aparecida Rocha, Eleni Cardoso, Eunice do Prado Rodrigues, Ivani Tavares Rhormens, Jovelina dos Anjos Rodrigues, Laura Paes Leite Filha, Marilene Feitosa Lemos, Maria Cristina S. Dias, Maria Incerti Godoy, Akira Higa, Elias Pereira da Silva, Gilberto Justo, Marcelino Guerra Gonzalez, Nelson Vecino, Paulo Agnello, Roberto Mario dos A. Silva, Robson dos Anjos Silva, Severino Dantas de Araujo, Tsuyoshi Nekar, Waldir Demaria, Washington C. de Carvalho, Antonio Roberto Fernandes, Antonio Cicero dos Santos, Telma Bastos Rocha, Maria Cristina Campoi, Marco Antonio Fernandes, Magno Gasparino, Edu Nunes A. Silvino Silvério.

**Formandos – 2º grau:** Cecilia M. Pereira Albuquerque, Claudete Maria de Farias, Erecê de Oliveira, Hilda Fernandes Prior, Irene Ianez da Rocha, Liriane Alves Pilatti, Livia Buscarioli, Maria A. Marques Prazeres, Maria Cândida Pereira, Maria Rozinda A. Campos, Ozaleia do Nascimento, Rosana Martha Machado, Sandra A.M. Camargo, Terezinha Kanashiro, Antonio Lopes Correa, Carlos Batista Alves, Edmar Policarpo Junior, Jaime A. Faria de Oliveira, José Luis Farah, Mauro Kakizaki, Paschoal Mario errichiolo, Roberto Martins Costa, Santo Sciulli, Maria Inês Zechmeister, Ângela Maria Monteiro, Ikuko Yonamine, Izilda Rodrigues, Maria Bernardette Máximo, Maria da Gloria Souza, Maria Helena Pires da Silva, Marlene Alves Soares, Marlene Oliveira Sellari, Nivan de Mello Maciel, Regina Célia Centanini, Roseli Fernandes dos Santos, Wilma Aparecida dos Santos, Ademir, Vanini, Antonio Carlos A. Gomes, Edson Fernandes, Gilmar da Paixão Menezes, Hiroshi Yonamine, Mario Lopes Correa, Nelson Fiel de Souza, Paulo Massaru Kanashiro, Pedro Luis Sant'Anna, Roberto Leite Chagas, Sergio Moura da Silva, Silvio Akira Tanashiro, Vagner Luis da Silva, Sandra da Silva Delfino, Reinaldo Moreira Bruno, Carlos Roberto Vanini, João Tadashi Tomamoto.

- Dados transcritos do convite de formatura do ano de 1.975

## A Escola no ano de 1.976

Figura 37 – O convite de formatura de 1976



A capa do convite dos formandos de 1.976.

Fonte: Acervo pessoal da Sra. Maria Alice de Almeida Santos

**Diretor efetivo:** Prof. Dr. Enil Fonseca.

**Diretor Substituto:** Prof. Adauto Marcondes Freire.

**Assistente de Direção:** Prof. Pedro Fez.

**Secretária efetiva:** Nivia de Souza Kohl.

**Secretária substituta:** Suely Sanchez Toschi.

**Escriturários:** Carlos Edmundo de Castro Nogueira.

**Inspetores de alunos:** Isaura dos Santos Fernandes, Manoel Campoi e Ruth Rafaela Moreno Christo.

**Serventes:** Benedita Santana da Graça, Iracema Ariaz, Valtercira da Silva Zacarias e Zulmira de Aquino Barbosa.

**Jardineiro:** Antonio Severiano de Souza.

**Patrono:** Sra. Circe Sanchez Toschi.

**Paraninfo do 1º grau:** Prof. Luiz Fernando Ferrari.

**Paraninfo do 2º grau:** Profa. Denise Levy.

**Orador da Turma – 1º grau:** Marília Marques da Costa.

**Orador da Turma – 2º grau:** Jurema Inah Benedicte.

**Homenagem Especial:** Isaura dos Santos Fernandes, Suely Sanchez toschi e Ida Pereira Leite.

**Solenidades:** Dia 22 de dezembro: 8.00 horas – Missa de Ação de Graças na Matriz de Santo Antonio. 20.00 horas – Cerimônia de entrega dos certificados no Cine Yara.

**Corpo docente:** Denise Levy, Nanci Neves Gmeiner, Sonia Maria Pacheco Veiga, Joarez de Jesus Gonçalves Ferreira, Julia Duboc de Souza, Maria Aparecida Fonseca Delsin, Alfredo Ponce Amieiro, Ítalo Delsin, Yara Budin Fonseca, Rosa Maria Pachelli, Antonino Cubo, Zeny de Assis Benetti, Maria do Carmo Lima Salgado, Neide Maria Leptokarydis, Valfrides

Beneti, Maria Stela Silva Pacheco, Luiz Fernando Ferrari, Lazaro Mota, Claudio Jose Hernandes de Almeida, Elizabeth Colafati Salles Ramos, Marlene Rogelia do Nascimento Ramos, Maria Aparecida Guimarães, Maria Alice Duarte Lisboa, José Egberto Cavariani, Luiz Redó Garcia, Paolo Di Bello, Therezinha Ivone Teixeira Dante, Maria Fernanda Lopes dias, Margarida Pinto Baptista, Vera Helena Dias, Roberto Ferreira Sandoval, Leila Fernandes Gomes, Roque Sandoval, Dulce Robillard de Marigny Pires, Cyrene Farinazzo de Mello, Aldo Talizin, Anamaria Gatti Florenzano, Márcia Cajazeira Vasques, Arthur Antonio Urbano, Maria Julia dos Santos Monteiro, João Helio Simões, Maria Conceição Montefusco Lobão, Sylvia Barbosa Sandoval Beline, Suzana Arantes de Noronha Pinto, Lourdes Rodrigues da Costa, Nilva Aparecida Giacomini, Francis Olympia L.M. Ferreira, Lazara Cândida Flauzino, Maria Aparecida N.O. Duarte, Helena Sako, José Roberto Tonolli, Arnaldo Teizen, Antonio Celso Ricciardi, Eneide Armanda de S. Bastos, Stela Politi Chavier, Marilda de Oliveira Lopes.

#### **Formandos – 1º grau**

**8ª Serie “A”:** Concepcion Alonso Martinez, Cristina Filomena Buscariolli, Elizabeth Conceição Abi Saber, Gerusa de Castro Aguiar, Helena Aparecida Golz Roso, Yolanda Aparecida Branquinho, Josefa Isabel Ferreira, Leila dos Santos Carneiro, Lilian Rissio Costa, Magna Flora Calis, Maria Carmen Garcia Nieves, Maria de Fátima Almeida Santos, Maria de Fátima Araujo, Marianne Pereira da Silva, Miyuki Kanashiro, Nadeja Maria de Melo, Neusa Maria Aliberti, Rosana das Graças Utrera, Sandra Regina de Oliveira, Solange Dotta, Sonia Regina Hellneister, Stela Yoshiro Morine, Tereza Cristina Rodrigues Cardoso, Zulma Maria Olimpio, Carlos Antonio David, Clovis Winter, Edgar Dall’Acqua, Eduardo Luiz de Oliveira, Ismael Marciano, José Eduardo Morato, Luiz Carlos Ikeda, Luiz Carlos Spósito, Manoel Pestana de Souza, Marcio Parizoti Zezzi, Osvaldo Tamamoto.

#### **Formandos – 1º grau**

**8ª Serie “B”:** Alair Bortoloto, Aleide Maria da Silva, Cristina Benedicta, Cristina Célia Dias, Deize Maria Regina Aliberti, Elza da Natividade Moreira, Eunice Pereira de Almeida, Helena Ferreira de Farias, Jucelia Guerrice Alcarás, Rita de Cassia Cunha, Rita de Cássia Uliana, Rosangela Aparecida Gomes, Silvia Regina Lopes de Oliveira Cipriano, Sonia Regina Ronosto, Wanda Escobar Melgarejo, Maria Cristina Borges de Souza, Adilson Ferreira, Agnaldo Aparecido Bezerra Cavalcanti, Antonio Luiz de Souza, Benedito Sergio Siqueira, Claudio Winter, Douglas Gomes Bazoli, Francisco Vicente Calixto Neto, José Antonio de Souza Dias, Lacerda Okarenski de Souza, Luiz Francisco Borges Lopes, Miguel Carlos Guerreiro, Nilson Alves de Andrade, Paulo Roberto Borges Lopes, Paulo da Silva, Osamu Yonamine, Rafael Lucas Evangelista, Takashi Yonamine, Vicente Fernandes Junior.

#### **Formandos – 1º grau**

**8ª Serie “C”:** Aglair Teixeira da Costa, Edmilce Alves Jorge, Edna Alves Cabral, Lana Cristina Borstnez de Moura, Leonarda Gonçalves Pedro, Magali Aparecida Silva, Maria Cristina Vieira da Silva, Maria de Fátima Pedro, Maria Gorete de Souza Rodrigues, Maria Lilian de Souza, Maria Marta Stocco, Nancy Ferreira, Suely Ernesto Ferreira, Sueli da Gama Guimarães, Vera Lucia Cruz, Valquíria de Fátima Rufato, Wilma Helena da Silva, Alcides Pereira Filho, Armando Andrade Gomes, Atef Antoine Bakhit Ragi, Dagmar Viana, Inaldo da rocha Netto, José Antonio Benavent Caldas, Luiz Fernando de Almeida Antunes, Marco Cesar de Paiva Abreu, Paulo Sergio Bernardino da Silva, Wander Henrique Brancalho.

#### **Formandos – 1º grau**

**8ª Serie “D”:** Alzira Dias Sterque, Cássia Maria Ferreira Pereira Dias, Edileuza de Souza Nogueira, Edna Ferreira dos Santos, Luzia Muniz Tobias, Lylian Carla Borstnez de Moura,

Maria Isabel de Oliveira, Maria Stefanuto, Shirley Ogalla Cali, Tânia Maria de Oliveira Felipe, Antonio Carlos Lemes Rodrigues, Arthur Aprígio Faria Junior, Carlos Augusto Mourão Ribeiro, Eduardo Pereira Leite, Nabor Galvão dos Reis, Ocimar José Remoaldo, Paulo Tamashiro, Pedro Dias Costa, Rubens Anusiewics, Thadeu Martini, Valdir da Silva Lopes, Wagner Barbosa de Macedo, Walter José Calfat, Marcio Frischeisen, Silvia Aparecida Gil, Marta Lemke, Livia Maria Teixeira Cavalcanti, Gesilene Vitti.

#### **Formandos – 1º grau**

**8ª Serie “E”:** Barbara Aparecida Bezerra Moreira, Beatriz de Souza Fernino, Dilma Pereira da Silva, Elisabete Aparecida dos Santos, Ilza Dias Costa, Jovelina dos Anjos Rodrigues, Laudicéia Salgado Hottz, Maria Aparecida dos Santos, Maria da Graça Santos, Maria das Mercedes Gomes Mandu, Sandra Electra Rimonato Bastos, Amauri Tavares Rhormens, Dacio da Silva, Domingos Leôncio Cavalcante, Dorisvaldo José de Almeida, Edson Miranda dos Santos, Francisco de Lima, Joel da Paixão Menezes, Jorge Puig Peres, José Carlos Alexandrino Gomes, José Horacio de Oliveira, José Roberto Carvalho Sanches, José Roberto da Silva, Luiz Carlos Escolaste, Luiz Carlos Lopes Ribeiro, Marcos Viana, Oriolando Asse dos Santos, Osair Osris Calis, Osvaldo José Maria, Reinaldo Camilo, Ronald da Silva Diogo, Wagner Alberto Torres Correia, Márcia Silva Santos, Ivan Gomes de Andrade, Maria Aparecida da Silva Rocha, Adriana de Melo, Edson Alves dos Santos, Wilson José da Silva, Marcos Antonio Florito, Atelicio Ferreira da Silva.

#### **Formandos – 1º grau**

**8ª Serie “F”:** Cleonice das Neves, Cornélia Aparecida Franzoni, Divete Gomes, Elaine Aparecida Rocha, Eliana Aparecida Nunes, Francisca Sindeaux de Alencar, Isabel Cristina Vieira Leite, Jeane Cristine Cheorlin, Laudiceia de Araujo Ferreira, Leila Camargo Diegues, Maiza Pires Rodrigues, Mara Aparecida Piai, Mercia Pereira da Silva, Olivete Soares dos Santos, Sandra Regina Albertini, Telma Bastos Rocha, Vera Lucia de Lima Pinto, Zilmanete da Cruz, Ailton Ryden, Artur Jose Loreto, Daniel da Silva Muniz, Edson Milani de Queiróz, Edu Nunes Silvério, Francisco Ivan Barbosa, Gilmar Feitosa Lemos, Jaime Gomes Travesso, José Raimundo Silva Oliveira, Luiz Facundo Almeida, Luiz Paulo de Souza, Luiz Roberto Francelino Gil, Nilton Pereira dos Santos, Moyses Rimonato Bastos, Onofre Gouveia Souza, Roberto Marques, Sergio Zerbinatti, Marília Marques da Costa, Madalena Alarcon Garcia, Rosely de Fátima Celso, José Wilson da Silva, Narley Jorge Alfaro.

#### **Formandos – 2º grau**

**3ª Serie “A”:** Aldenize Teixeira da Costa, Carmen Dias Gomes, Eliana Alves da Fonte, Eliana Zulianni, Elizabeth Fernandes Correa, Heliete Rodrigues de Melo, Jurema Inah Benedicte, Karla Yone Joaquina Wollentarski, Maria Aparecida Florentino Facioli, Maria Aparecida Tonini, Maria de Fátima de Quadros, Maria de Lourdes Fernandes, Paulo Klumpp Campisi, Sandra Bueno de Toledo, Selma Aparecida de Oliveira Silva, Yara Christina de Aquino, Yoneca Arakaki, Gumercindo de Barros Vieira, José Antonio Gallego Alvarez, José Roberto Bernardino da Silva, Luiz de Aquino Junior, Luiz Antonio Silveira Filho, Mauro Correa Cesar, Rogério Rovai, Stenio Alves dos Santos, José Miguel Heredia Gimeno, Edgar Fernandes, Neudir Filomena Bilha, Elvira Laís da Silva, Maria Luiza Borges de Souza.

#### **Formandos – 2º grau**

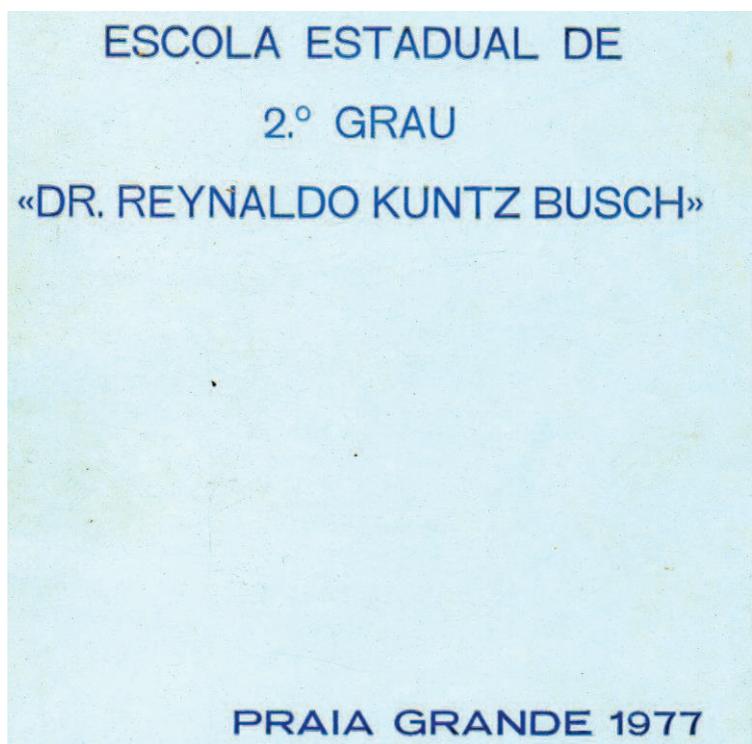
**3ª Serie “B”:** Alba Maria Viana, Anita Fernandes Correa, Cacilda Aporcino Colares, Célia Teruio Iwatani, Cristina Pacheco Braun, Elisa Lourdes Cannarozzo, Helenice dos Santos, Hilda Rodrigues de Mello, Jânia da Paixão Menezes, Maria Aparecida da Silva, Nadia

Doncev, Rosely Cardoso, Suely dos Santos, Tânia Mara Chiste Yanini, Vera Lucia Sant'Anna, Carlos Ananias Lobão, Carlos Roberto Gomes de Luna, Douglas Dias Marques, Edivaldo Ogeda, João José Dell'Osso, José Carlos Kirch, José Carlos de Souza, José Francisco Ianêz da Rocha, José Luiz Amaral, José Ricardo Alves, Luiz Cubilia Filho, Nilson Roberto Alves, Ricardo Sarti, Roberto Camacho Gimenes, Roberto Massagi Tamamoto, Ronaldo Marques, Sergio Luiz Correa Dias, Tomotsu Yonamine, Walter Albano Almeida, Wanderley Cardoso, Mario Antonio Polopoli, Claudio Souza Nascimento, Maria Regina Ortiz da Silva, Ricardo Ananias Lobão, Alberto Fernandes Prior, Jorge de Souza Coppini.

- Dados transcritos do convite de formatura do ano de 1.976

## A Escola no ano de 1.977

Figura 38 – O convite de formatura de 1977



A capa do convite de formatura de 1977

Fonte: Acervo pessoal do ex aluno Avedis Kesksissian

**Diretor Efetivo:** Prof. Dr. Enil Fonseca.

**Diretor Substituto:** Prof. Aduino Marcondes Freire.

**Assistente de Diretor:** Prof. Pedro Fez.

**Secretária Efetiva:** Nivia de Souza Kohl.

**Secretária Substituta:** Suely Sanches Toschi.

**Escriturário:** Carlos Edmundo de Castro Nogueira.

**Inspetor de Alunos:** Manoel Campoi.

**Bibliotecárias:** Maria Aparecida Tavares Rhormens e Hebe Gomes Dorado.

**Serventes:** Benedita Santana da Graça, Elizabete Virginia dos Santos Alves, Elvira Giraldez Garcia, Iracema Ariaz, Ruth Rafaela Moreno Christo, Valdete Batista da Conceição, Valdete Dantas da Silva, Valtercira da Silva Zacarias.

**Jardineiro:** Antonio Severiano de Souza.

**Corpo Docente:** Aldo Talizin, Alfredo Ponce Amieiro, Antonio Domingos de Carvalho, Aparecida Inez Alves da Fonte, Arilza de Oliveira Rosa, Arthur Antonio Urbano, Bento Giordano de Carvalho Neto, Caleb Soares da Silva, Cássia Maria de Vita, Catia Maria Azevedo Vivan, Denise Levy, Ernesto Pinto Rodrigues, Ítalo Delsin, Irã Assis Rocha, Ivone Leite Penteadado, Joarez de Jesus Gonçalves Ferreira, José Carlos Gatto, José Faustino Figueira Barral, Julia Duboc de Souza, Leonidio José Gonçalves, Leontina Duarte Urbano, Lucia Helena M. Ferreira, Margarida Pinto Baptista, Márcia Cajazeira Vasques, Márcia Helena R. Lorenz, Márcia Lourenço Amâncio, Maria Aparecida Fonseca Delsin, Maria Diva Pires, Maria do Rosário Alves, Maria Elisa F.B. Ramos, Maria Jacinta P. Athia, Nanci Neves Gmeiner, Nelson Bernardo Filho, Neuza dos Santos Fernandes, Rita de Cássia Rabelo, Roque

Sandoval, Sonia Maria Ferreira, Sonia Maria Pacheco Veiga, Therezinha Ivone Teixeira Dante.

**Formandos do 1º Grau:**

**8ª Série “A”** – Alana Betânia Tavares da Silva, Alba Zilda Ferreira de Vasconcelos, Aurlina Carrazedo Feijó, Catia Regina Paiuta, Damaris Antonieta Damasceno, Elza Ferreira dos Santos, Jacira Maria da Silva, Jucélia guerrisse Alcarás, Kátia Aparecida Tessariol, Kátia Gomes, Kimi Shinzato, Márcia Aparecida de Almeida, Márcia Aparecida Teixeira, Maria Eunice Lima de Freitas, Maria Inez de Melo Maciel, Maria Luiza Santos Novais, Marilu Barbosa Guimarães, Marisia Ikeda, Nadya Alves de Souza, Nalba Luz Guimarães Silva, Rosely Coelho Santana, Sueli Maciel, Tânia da Paixão Menezes, Tânia Mara dos Santos, Tereza Cristina Nabuco Dutra, Vânia Lilian de Almeida, Álvaro Augusto Fernandes, Armindo Pessoa da Silva, Eduardo Camacho Gimenes, Eduardo Villela, Francisco Carlos Astolfo, Francisco Carlos Lourenço Lopes, Guilherme José N. Trovão, Humberto Pires Garcia Martins, Jeferson da Silva Constâncio, João Lucio de Almeida Junior, José Antonio Pereira Casa Nova, Marcos Antonio Miranda Augusto Pereira, Paulo Masaiti Yonamine, Samir Salomão Nassur Filho.

**8ª Série “B”** - Dulce Xavier de Souza, Edna Mendes de Gouveia, Elaine Cristina Lacerda Brito, Eliza Saeko Tamashiro, Elza Sant’Anna, Evelin Ikeda, Ida Amabile P. Muradas, Indiamara Hummler, Ivana Maria Marciano, Leir Maria da Silva, Maria Cristina Gonçalves Silveira, Maria das Graças Ferreira de Lima, Mariângela Rocha, Maribês Jimenez Jimenez, Massako Shinzato, Regiane Helena Ferraz, Regina Maria Bottari, Rosemeire Conceição da Silva, Sandra Fernandes Alves, Silvana Aparecida Mancuzzo, Sonia Manfredi, Sueli Maria da Silva, Tania Márcia dos Santos, Wilma Maciel de Araujo, Abdias Martins de Lima, Almir Guimarães Silva Junior, Antonio Sergio Pereira Machado, Evandro Santos Ribeiro, Hugo Guillermo Orlando, João Geraldo Teixeira Cavalcanti, José Carlos Lopes Rodrigues, José Carlos dos Santos, Jucelino Oliveira Ataíde, Marcio Santos da Rocha, Marcus Vinicius Scatolin, Miguel Angel Moreno Gallego, Ricardo Gil Roberto da Silva, Shigeo Arakaki, Thadeu Martini.

**8ª Série “C”** – Catarina Papadimitriou, Concepcion Alonso Martinez, Diorema Maria Cavalheiro, Doriane Mariano Siqueira, Eliana David, Isabel Maria dos Santos, Kasuko Yonamine, Lindinalva Malta dos Santos, Liz Cristine Povoação, Luiza Fouquet, Luiza Sybele B. de Moura, Luzinete Alves Pereira, Márcia Aparecida de Jesus, Márcia Maria Cassin, Márcia Regina Lobel, Maria de Lourdes Gama, Maria Gonçalves Costa, Marta Gonçalves de Oliveira, Marta Hernandez Folador, Meire Aparecida Rosa, Rosana Maria Roland, Rosemary Aparecida Martini, Setimi Higa, Sonia Regina Cassin, Viviane Maria de Souza, Yoná Cordoni Mello, Yukiyo Nakazato, Diniz Maciel de Araujo, Domingos Fernandes da Silva, Eduardo David, Francisco Carlos Tonini, Francisco vicene Calixto Netto, Helder Sá da Costa, José Eduardo Morato, José Toshio Higa, Luzinete Alves Pereira, Luiz Tetsuo Mekaru, Moacir Luis dos Santos, Ronaldo Barbosa.

**8ª Série “D”** – Ana Lucia Duarte, Anita França Silva, Helia Telho de Almeida, Hilda Cristina de Almeida, Idalina Aparecia Leite, Maria Aparecida Caíres Soares, Marisa Carla Arruda, Nádia Maria Araujo, Neuza Pereira dos Santos, Sandra Aparecida da Costa, Solange Gomes, Veronice Maria Moura, Adilson Santos Fontes, Afrânio Cesar dos Santos, Alexandre Marcelo Cury, Anicerso França Silva, Antônio Luiz de Souza, Antonio Mourão Ribeiro, Arlindo Leôncio Cavalcante, Carlos Alberto Francisco, Carlos Ricardo Curcio, Fernando Canedo Maceira, Helton Ryden, Jaime Pinto Pereira, Joan da Cruz, João Benicio Filho, José Carlos

dos Santos, Luiz José da Silva, Manoel Pestana de Souza, Marco Antonio Caetano de Oliveira, Mauricio Horacio de Faria, Miguel Antonio da Silva Filho, Milton Frade Sanches, Pedro Gomes Pimentel Filho, Pedro Paulo Cannarozzo, Valdir Bibiano de Souza, Valmir dos Santos, Vanderlei de Freitas, Vivaldo Turella França, Wladimir Costa Fernandes.

**Formandos do 2º Grau:**

**3ª Série “A”** - Ana Angélica Villela, Ana Maria Viveiros Barreto, Bernardete Baronti, Celeste Antenori, Jocenice dos Santos, Magda Lemes, Mara Cristina da Costa, Márcia Rodrigues dos Santos, Maria Aparecida de Lourdes Arruda, Maria Cicera de Lima, Maria Olivia Pinto Esteves Alves, Marly Aparecida Ruggeri, Nadia Maria de Melo, Renata de Campos, Rosa Maria Pinho, Sandra Aparecida Coppini, Suely Bueno de Toledo, Tânia Barbosa Lefreve, Vera Lucia Galvão da Silva, Viviani Maria Cordoni Belotto, Affonso Celso Ianicelli, Aguinaldo Machado Filho, Antonio Carlos de Souza, Armando Dias Aguiar, Avedis keskissian, Gerson Aparecido Gomes, Gerson de Castro Aguiar, Gilmar Alves Guimarães, João José Amador, José Piloni, Julio Mariano Junior, Marco Antonio Acayaba, Masanori Yonamine, Nicolas K.O. da Silva, Walter Fernandes Correa Filho.

**3ª Serie “B”** – Alzira Lopes Fabris, Ana Maria da Silva, Edna Januário da Rocha, Eliane Lucia de Noronha, Inez Marques Burle, Ivanira Telles Santillo, Lilian de Oliveira, Lucy Collucio, Márcia Vendramel, Maria Aparecida Lourenço Lopes, Maria Inês dos Santos, Nadja Felipe de Melo, Naomi Higa, Sandra Ximenes, Sirlei Fátima Copetty, Sonia Aparecida Lourenço, Sonia Mara L. Brito, Vera Lucia da Silva, Zuleica Aparecida Gutierrez, Aníbal Pereira de Souza Neto, Antonio Carlos dos Santos, Antonio Joaquim Martins de Oliveira, Carlos Roberto Massoni, Danilo Dias Marques, Edson Florêncio Ribeiro, Edvaldo Santos Passos, Ernesto Rodrigues, Ezequias Alves Damasceno, Flávio Martinho da Costa, João Batista da Silva, Luis Carlos Friedemann, Marco Antonio dos Santos Rocha, Marcos Israel Miastkuosky, Paulo Cesar Pio Salamanca.

**Solenidades:** Dia 27 de dezembro – 18,30 horas – Missa de ação de graças na Matriz de Santo Antonio – Dia 27 de dezembro – 20,00 horas – Cerimônia de entrega dos Certificados no Cine Yara.

**Patrono:** Edmilson das Neves.

**Paraninfos:** 1º grau – Profa. Catia Maria Azevedo Vivan – 2º grau – Therezinha Ivone Teixeira Dante.

**Oradores:** 1º grau – Regina Maria Bottari – 2º grau – Carlos Roberto Massoni.

**Comissão de Formatura** – Coordenador – Prof. Arthur Antonio Urbano. Membros – Ana Maria da Silva, Ana Maria Viveiros Barreto, Avedis Keskissian, Catia Regina Paiuta, Helia Telho de Almeida, Jucélia Guerrisse Alcarás, Lilian de Oliveira, Liz Cristine Povoação, Magda Lemes, Maria Aparecida Caíres Soares, Meire Aparecida Rosa, Nadja Felipe de Melo, Regina Maria Bottari, Thadeu Martini.

- Dados transcritos do convite de formatura do ano de 1.977.

## A Escola no ano de 1.978

Figura 39 – O convite de formatura de 1978



A capa do convite dos formandos de 1.978.

Fonte: Acervo pessoal do ex-aluno Silvio Luis dos Anjos

**Diretor Efetivo:** Prof. Dr. Enil Fonseca.

**Diretor Substituto:** Prof. Aduino Marcondes Freire.

**Assistente de Diretor:** Prof. Pedro Fez.

**Secretária Efetiva:** Nivia de Souza Kohl.

**Secretário Substituto:** Carlos Edmundo de Castro Nogueira.

**Escriturarias:** Suely Sanchez Toschi e Nilza Corrêa Ramos Veiga.

**Inspetor de Alunos:** Manoel Campoi.

**Bibliotecárias:** Jurema Camargo e Maria Aparecida Tavares Rhormens.

**Serventes:** Benedita Santana da Graça, Elizabete Virginia dos Santos Alves, Iracema Ariaz, Joana B. Dias da Silva, Ruth Rafaela Moreno Christo, Valdete Batista da Conceição, Valteir da Silva Zacarias.

**Jardineiro:** Antonio Severiano de Souza.

**Solenidades:** dia 26 de dezembro – 19 horas – Missa de Ação de Graças na Matriz de Santo Antonio. Dia 27 de dezembro – 20 horas – Solenidade de entrega dos diplomas no Clube de Praia São Paulo. Dia 27 de dezembro as 23 horas baile de formatura no Clube de Praia São Paulo.

**Corpo Docente:** Alan da Silva, Arthur Antonio Urbano, Bento Giordano de Carvalho Neto, Catia Maria Azevedo Vivan, Cira Maria Lordelo Muniz, Dalva Keiko Oshiro, Denise Levy, Elizete Ometto, Glaucia Eloise Maria Vilarinho, Joarez de Jesus Gonçalves Ferreira, Jorge Cardoso Sagica, José Carlos Gatto, José Faustino Figueira Barral, Lectícia de Almeida Ferreira, Leonidio José Gonçalves, Leontina Duarte Urbano, Lucia HelenaM. Ferreira, Luis Paulo Tucci turco, Márcia Helena R. Lorenz, Margarida Pinto Baptista, Maria Aparecida Fonseca Delsin, Maria Corina Furlan, Maria Diva Pires, Maria do Rosário Alves, Maria Edméia M, Borges, Maria Elisa F. B, Ramos, Maria Emilia P. Ladeira, Marli Jorge Pereira, Nanci Neves Ponce Amieiro, Neuza dos Santos Fernandes, Roque Sandoval, Sonia Maria Ferreira, Sonia Maria Pacheco Veiga, Tânia Maria Schimidt Gomes, Therezinha Ivone Teixeira Dante.

#### **Formandos :**

**2º Grau - Assistentes Técnicos de Administração** – Creuza Maria Gomes, Florismar Tavares de Araujo, Iva Márcia de Nazareth Marciano, João Nelson Pereira, João Pereira da Silva, José Laércio Santana, Josélia Batista Santos, Maria Aparecida Corbaneze, Maria Edith Prestes Pinho, Maria Luiz Luz Rodrigues, Neuza Shinzato, Silvio Luis dos Anjos, Sônia Elizabete Viana, Sueli Destro, Vânia Aparecida Stocco, Zeli Pires da Silva.

**2º Grau – 3ª Série** – Arlete Bortoloto, Carlos Eduardo Nascimento, Eduardo Pereira Novaes, Helvio Rodrigues de Mello, Ione Mauricio, José Aparecido Moreira, José Carlos Maciel de Souza, José Salvador Bellotto Junior, Margaret de Campos Batistoni, Miguel Sposito, Reinaldo dos Santos, Rosana Cunha, Solange Monteiro Lauro, Wagner Soares da Silva, Walmir Campoi, Zélia Virginia Peres F. da Cunha.

**1º Grau** – Ana Lucia Andrade e Silva, Ana Maria da Graça, Ana Maria Friedmann, Ana Maria M, dos Santos, Angélica Maria Parra Huici, Antonio Carlos Pereira Machado, Célio Pereira dos Santos, Claudio Roberto dos Santos Carmo, Débora Maria Criniti, Délia Maria Loreto, Denise Cardoso Ferreira, Denise Mendonça Santos, Edna Pereira dos Santos, Fernanda Maria Loreto, Fernando Rodrigues Alves Pardal, Genilza Lopes Fabris, Ismael Marciano, Ítalo Marciano, Itamar Marciano, José Roberto Martins, Léo Noronha Dedonne, Letícia Maischerger da Silva, Luis de Barros Moreira, Luiz Carlos de Almeida Antunes, Marçal Parizoti Zezzi, Marco Antonio Meliani, Marcos Alves Nunes da Silva, Marcos Pastorello, Maria Aparecida dos Santos, Mario Lucio Almeida Santos, Marli Curcio, Paulo Roberto Peres Ramos, Regina Mainente, Regina Maura da Mota, Renata Ananias Lobão, Rita de Cássia Costa, Rosana Bosco Munhoz, Rose Mary Gagliardi, Rosimeire Guimarães Silva, Rosely Aparecida da Silva, Rosmary Nebias Nogueira, Rossana Aredes Novaes, Rubens Cardoso Ribeiro, Ruy Ferreira Jobim Neto, Simone Alves Custodio, Solange Bueno de Toledo, Sonia Conceição Silva, Valeria Aparecida Baptista Dias.

- Dados transcritos do convite de formatura do ano de 1.978.

## ANEXO A

**Decreto que transforma o Ginásio em Colégio Estadual de P. Grande**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Secretaria Geral Parlamentar  
Departamento de Documentação e Informação

**DECRETO N. 52.443, DE 28 DE ABRIL DE 1970**

*Transforma em Colégio, o Ginásio Estadual de Praia Grande, em Praia Grande*

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao que lhe representou o Secretário de Estado dos Negócios da Educação, a vista dos pronunciamentos dos órgãos técnicos da Pasta, encarregados da elaboração do plano geral de criações e transformações de estabelecimentos de ensino secundário,

Decreta:

**Artigo 1.º** - Fica transformado em Colégio o Ginásio Estadual de Praia Grande, em Praia Grande.

**Artigo 2.º** - Seu funcionamento no corrente ano letivo, obedecerá a calendário especial, elaborado por sua direção e aprovado pela Delegacia do Ensino Secundário e Normal a qual se acha jurisdicionado.

**Artigo 3.º** - Será permitido, no corrente exercício, a instalação de apenas classes de primeira série do segundo ciclo.

**Artigo 4.º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 28 de abril de 1970.

ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ

Antonio Barros de Ulhôa Cintra,  
Secretário da Educação

Publicado na Casa Civil,  
aos 28 de abril de 1970.

**ANEXO B****Muda a denominação do Colégio Estadual de Praia Grande**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Secretaria Geral Parlamentar  
Departamento de Documentação e Informação

*Dá a denominação de Escola Estadual de 1.º e 2.º Graus «Dr. Reynaldo Kuntz Busch» ao Colégio Estadual de Praia Grande*

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei nº 742:

**Artigo 1º** - Passa a denominar-se Escola Estadual de 1.º e 2.º Graus «Dr. Reynaldo Kuntz Busch» o Colégio Estadual de Praia Grande no Município de Praia Grande.

**Artigo 2.º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 5 de novembro de 1975.

PAULO EGYDIO MARTINS

José Bonifácio Coutinho Nogueira,

Secretário da Educação

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa,

Aos 5 de novembro de 1975.

Nelson Petersen da Costa,

Diretor Administrativo - Subst.

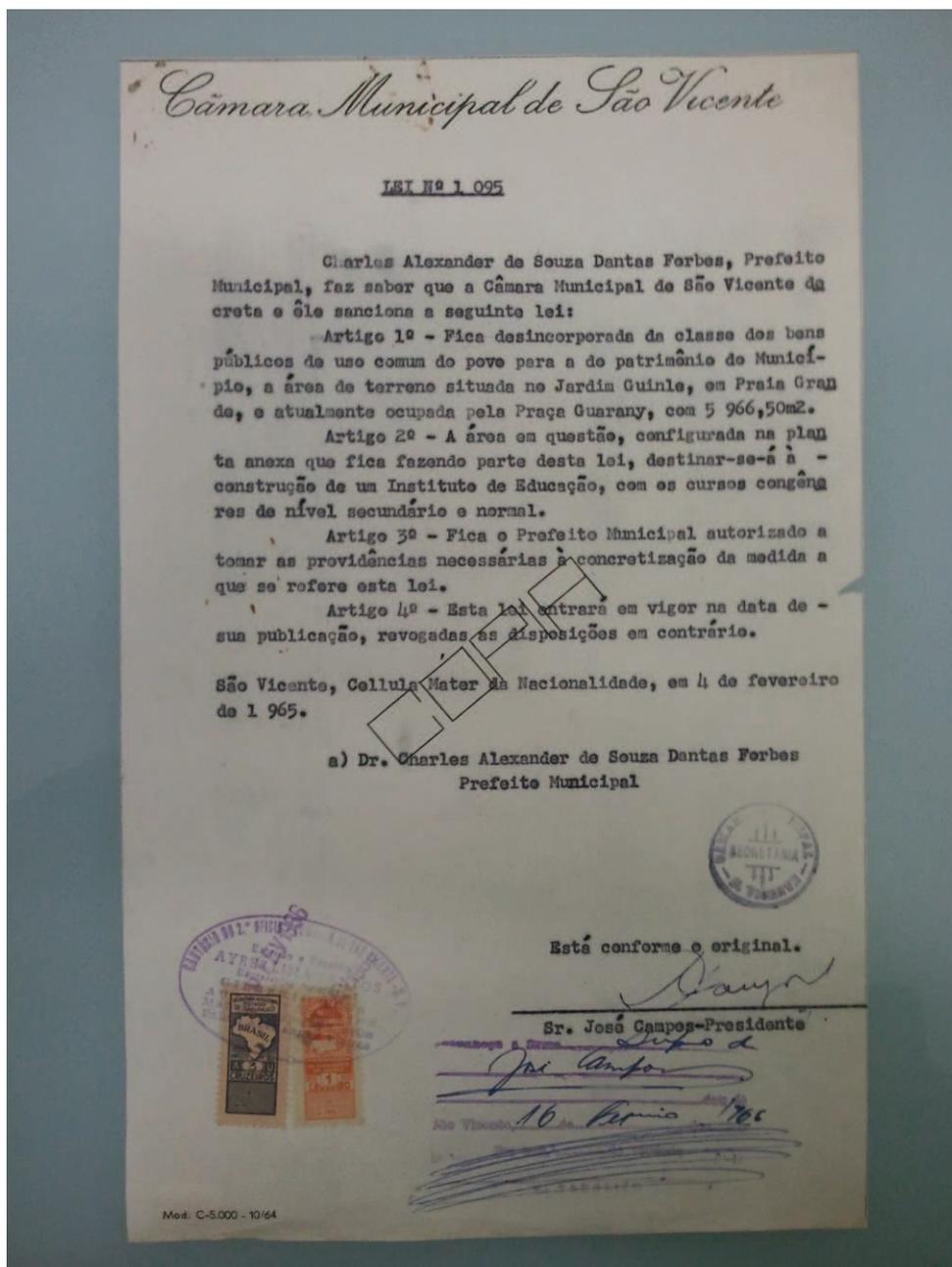
**ANEXO C**

**Lei 1.095/65 – Câmara Municipal de São Vicente**

**Destina a Praça Guarani no Bairro de Praia Grande**

**para a construção de um Instituto de Educação do Estado**

Figura 40 – Lei 1095/65 Câmara Municipal de São Vicente



Copia do original da Lei 1095/65 que cede a Praça Guarani no Boqueirão para a construção de um Instituto de Educação do Estado em Praia Grande